

5

Referências Bibliográficas

AMORIN, Frederico. Graduação em economia: estudo de currículo *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, MEC/INEP v.53, n. 118, p. 22-43, abr./jun. 1970.

APPLE, M. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: Moreira, A. F. B.; Da Silva, T.T. (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 22-45.

APPLE, M. *O conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BUENO, Luiz de Freitas. *Evolução do ensino de economia no Brasil: ensaios econômicos*. São Paulo: FGV, 1972.

BUCHHOLZ, Todd G. *Novas idéias de economistas mortos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CSE n. 0054/2004 (Sujeito a Homologação)*. Disponível em www.corecon-rj.org.br Acesso em: mar/2004.

CASTRO, Nivalde José de. *O economista: a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON/SP, 2001.

COSTA, Maria José. *História da universidade federal rural do Rio de Janeiro, Projeto de pesquisa*. Rio de Janeiro, 2002 (mimeo).

DAEMON, Dalton. *Reflexões sobre a economia brasileira*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1982.

DANTAS, José Adalberto Mourão. O ensino de economia no Brasil: velho tema e novas discussões. *Revista universidade e sociedade*, ano 13, n.17, p.51-54, jun, 1998.

DUARTE, Rosália. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Rio de Janeiro: mimeo, 2004.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1993.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Comunidade de conhecimento, pesquisa e formação do professor de ensino superior. In: MOROSINI, Marília Costa. (Org.) *Professor do ensino superior - identidade, docência e formação*. Brasília: Universitas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

LORINO, Philippe. *O economista e o administrador: elementos de microeconomia para uma nova gestão*. São Paulo: Nobel, 1992.

MACEDO, E. Aspectos metodológicos em história do currículo. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (orgs). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre redes de saberes*. p. 40-53. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. S. Paulo: Grijalbo, 1977.

MATOS, Jorge Rocha de. Profissionais da economia do conhecimento. Disponível em http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce59/jorge_rocha_de_matos.pdf
Acesso em: jul/05.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomás Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Maurício Mesquita; GIAMBIAGI, Fábio (org). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

NAPOLEONI, Cláudio. *Curso de teoria econômica*. Rio de Janeiro: Graal, 1963.

PRADO, Eleutério F.S. Autismo e o Expurgo do Social. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosDivulgacao/ExpurgoSocial.pdf>
Acesso em: jun/2005.

RICUPERO, Rubens. UNCTAD – passado e presente: nossos próximos quarenta anos. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/cei/boletim/boletim2/02-Ricupero.pdf> Acesso em jul/2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1978.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SALOMON, Dêlcio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalho científico*. 4.ed. Belo Horizonte : Interlivros, 1974.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Antônio Maria da. O ensino de economia: questões teóricas e empíricas. Trabalho apresentado no *1o. Simpósio do Ensino de Economia*. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 1996.

SIMPÓSIO DO ENSINO DE ECONOMIA; *O ensino de economia: questões teóricas e empíricas: textos apresentados*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Economia, 1996.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.) *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANEXOS

Anexo I

SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Econômicas		
CONSELHEIROS: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer		
PROCESSO Nº: 23001.000074/2002-10, 23001.000303/2001-15 e 23001.000150/2003-60		
PARECER Nº CNE/CES 0054/2004	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 18/2/2004

I – RELATÓRIO

A Lei 9.131, sancionada em 24/11/95, deu nova redação ao Art. 9º, § 2º, alínea “c”, da então LDB 4.024/61, conferindo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE”, tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394, de 20/12/96, publicada em 23/12/96.

Para orientar a elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais, o CNE/CES editou os Pareceres 776, de 3/12/97, e 583, de 4/4/2001. Por seu turno, a SESu/MEC publicou o Edital 4, de 4/12/97, convocando as instituições de ensino superior para que realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos do que resultassem propostas e sugestões para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, contribuindo essas, significativas, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou também, em 11/3/2003, o Parecer CES 067/2003, contendo todo um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, inclusive para o efetivo entendimento da transição entre o regime anterior e o instituído pela nova LDB 9.394/96, como preceitua o seu Art. 90, tendo, por razões de ordem metodológica, estabelecido um paralelo entre Currículos Mínimos Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Constata-se que, quanto aos Currículos Mínimos, o Referencial enfocou a concepção, abrangência e objetivos dos referidos currículos, fixados por curso de graduação, ensejando as respectivas formulações de grades curriculares cujo atendimento implicava fornecer diplomas profissionais, assegurado o exercício das prerrogativas e o direito de cada profissão. No entanto, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais o Parecer elencou os princípios que lhes

embasam a formulação, disto resultando o nítido referencial entre o regime anterior e o proposto para nova ordem jurídica.

Ainda sobre o Referencial esboçado no Parecer 067/2003, verifica-se que existem mesmo determinadas diretrizes que poderiam ser consideradas comuns aos cursos de graduação, enquanto outras atenderiam à natureza e às peculiaridades de cada curso, desde que fossem contempladas as alíneas "a" a "g" do item II do Parecer 583/2001, "litteris":

"a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado;

"b- Competência/habilidades/attitudes.

"c- Habilitações e ênfase.

"d- Conteúdo curriculares.

"e- Organização do curso.

"f- Estágios e atividades complementares

"g- Acompanhamento e Avaliação".

É evidente que as Diretrizes Curriculares Nacionais, longe de serem consideradas como um corpo normativo, rígido e engessado, para não se confundirem com os antigos Currículos Mínimos Profissionalizantes, objetivam, ao contrário "servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais".

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa "heterogeneidade das mudanças sociais" sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir "contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes".

Para o entendimento das mudanças entre o regime acadêmico sob o ordenamento jurídico anterior (Leis 4.024/61 e 5.540/68) e o instituído pela atual LDB (9.394/96), torna-se necessário refletir sobre os fundamentos, concepção e princípios que nortearam o então Conselho Federal de Educação, quando emitiu o Parecer CFE 397/62, ensejando a Resolução s/n, de 8/2/63, e, posteriormente, o Parecer 375/84, de que resultou a Resolução CFE 11/84, fixando os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Econômicas, como forma de cotejar com o que se preconiza para a fixação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Ciências Econômicas, à luz da nova ordem jurídica educacional brasileira.

Estes instrumentos normativos revelam a concepção dos cursos em cada época, como também ocorrera antes de 1961, quando em funcionamento o Conselho Nacional de Educação, transformado, a partir da LDB 4.024/61, em Conselho Federal de Educação, sem, contudo, nesses dois momentos, alterar significativamente suas competências.

A partir da LDB supra mencionada, os seus arts. 66, 68, parágrafo único, e 70, definem o objetivo da educação superior, a importância do diploma conferindo privilégio para o exercício das profissões e para admissão em cargos públicos, bem como a competência do então CFE para fixar currículo mínimo e duração dos cursos que habilitassem à obtenção do diploma assim concebido, "litteris":

"Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

(...)

"Art. 68.

"Parágrafo único. Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão em cargos públicos, ficam sujeitos ao registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das respectivas profissões.

(...)

"Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal... vetado... serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

"Parágrafo único. Vetado".

A remissão e subseqüente transcrição do "parágrafo único vetado" são valiosas para a contextualização dos elementos de controle a que estava submetida a educação superior, servindo "as razões do veto" como alerta daquela época para os dias atuais:

"Art. 70.

"Parágrafo único (vetado). A modificação do currículo ou da duração de qualquer desses cursos em um ou mais estabelecimentos integrantes de uma universidade, depende de aprovação prévia do mesmo Conselho, que terá a faculdade de revogá-la se os resultados obtidos não se mostrarem vantajosos para o ensino".

Assim, as "razões do veto" do transcrito parágrafo único contemplam, já para aquela época, restrições ao "rigorismo formal (...)" que nada contribui para a elevação dos padrões de ensino e para a sua adaptação às condições locais":

"O art. 70 (caput) já exige currículo mínimo e anos previstos de duração fixados pelo Conselho Federal de Educação para os cursos cuja diplomação assegure privilégios, o que constitui o máximo de regulamentação admissível em face da autonomia universitária. Pelo parágrafo único as exigências atingem a extremos ao impor autorização prévia do mesmo Conselho para qualquer modificação no currículo ou na duração dos cursos. A experiência brasileira indica que nada ganhamos com a regulamentação rígida do ensino superior até agora vigente, pois dela só obtivemos um rigorismo formal no atendimento das

exigências da lei em que nada contribui para a elevação dos padrões de ensino e para sua adaptação às condições locais".

O ato normativo, portanto, diferenciador ou caracterizador dos sentidos de época ou da contextualização do processo educacional brasileiro não pode transformar-se em um fim em si mesmo, mas deve ser concebido como o instrumento com que se atendem às respectivas peculiaridades e, conseqüentemente, do novo tempo em que vivemos, a exigir dos profissionais maior autonomia na sua capacidade de incursionar, com desempenhos científicos, no ramo do saber ou na área do conhecimento onde se situa a sua graduação, no ritmo célere com que se processam as mudanças.

Isto significa que era plenamente possível, àquela época, cogitar-se do currículo mínimo nacional para o curso de graduação em Ciências Econômicas, com os conteúdos determinados para todo o País, reservando-se às instituições de ensino uma margem limitada para agregar, na composição do seu currículo pleno, algumas disciplinas optativas, dentre as relacionadas pelo próprio Conselho, a fim de que, também dentre elas, o colegiado de curso e, a seguir, os alunos escolhessem uma ou duas, segundo suas motivações ou se as instituições de ensino pudessem oferecer ou estivessem empenhadas por fazê-lo.

De resto, na educação superior, os currículos mínimos nacionais representaram o perfil nacional de um determinado profissional, que se considerava habilitado para exercer a profissão em qualquer parte do País desde que tivesse o seu diploma registrado como decorrência da conclusão de um curso de graduação reconhecido, o que implicava em prévia constatação de que o respectivo currículo mínimo estabelecido pela via ministerial tivesse sido religiosamente cumprido.

Em face, portanto, do que dispunha o art. 70 da LDB vigente, em fevereiro de 1962, logo após a publicação da referida Lei, o Conselho Federal de Educação editou o Parecer 397/62, para os currículos mínimos e duração dos cursos de graduação em "Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas", do qual resultou a Resolução s/n, de 8/2/63, fixando "os mínimos de conteúdo e de duração dos cursos" acima referidos.

O currículo mínimo assim concebido, com duração de quatro anos, perdurou, em âmbito nacional, até o advento da Resolução CFE 11/84, decorrente do Parecer 375/84-CFE, que fixou o novo currículo mínimo e a duração para o curso de graduação em Ciências Econômicas, como se detalha, por época e pelo respectivo ato normativo, nos comentários aduzidos nos parágrafos pertinentes deste Relatório.

Pela Resolução CFE s/n de 8/2/63, o currículo curso de graduação em Ciências Econômicas ficou definido como um conjunto de nove disciplinas para o ciclo básico e oito disciplinas para o ciclo de formação profissional, como a seguir se detalha:

Ciclo Básico:

Introdução à Economia

Matemática

Contabilidade

Estatística

História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil

Geografia Econômica

Instituições de Direito

Introdução à Administração e
Sociologia

Ciclo de Formação Profissional:
Análise Macroeconômica
Contabilidade Nacional
Economia Internacional
Moedas e Bancos
História do Pensamento Econômico
Análise Microeconômica
Finanças Públicas e
Política e Programação Econômica

Ademais, a Resolução CFE s/n, de 8/2/63, ao fixar a duração do curso em quatro anos letivos, sob regime seriado, correspondentes a oito semestres letivos, também admitiu, no parágrafo único do art. 2º, que o curso fosse "organizado com maior duração e menor carga horária por dia", havendo "a possibilidade de matrícula em disciplina ao invés de matrícula por série".

Constata-se então que poderia ocorrer flexibilização quanto à duração ou no sistema de oferta, mas não poderia ocorrer nos dois segmentos do currículo mínimo, nas disciplinas obrigatórias, ali estabelecidas para o ciclo básico e para o ciclo de formação profissional.

Convém registrar que a fixação do referido currículo refletiu os resultados de inquérito realizado em 15 Escolas de Economia, pelo Conselho Federal de Educação e de estudos na espécie feitos por comissão de professores constituída pela então diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, além de "sugestões isoladas providas de algumas escolas e de grupos de professores", convido transcrever os seguintes registros extraídos do Parecer 397/62, editado com base no art. 70 da LDB 4.024/61, que reflete o caráter rígido em matéria curricular, na época:

"Pelo inquérito acima citado, verifica-se variação significativa de escola para escola no currículo adotado nos cursos de economistas. Algumas matérias são ensinadas em todas, às vezes com diferenças de nomes. Em certos casos a nomenclatura diversa terá sido utilizada como possível propósito de ênfase a certos ângulos ou setores do mesmo conhecimento. São também numerosas as matérias lecionadas em uma ou duas escolas apenas".

No mencionado Parecer consta também o entendimento sobre currículo mínimo, especificamente, para o curso de graduação em Ciências Econômicas:

"A expressão currículo mínimo deve ser entendida, a nosso ver, em termos de possibilitar o primeiro contato com a profissão, a aprender a estudar as teorias e técnicas que lhe são pertinentes e a aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendizagem em serviço vai ensinar".

Aduza-se ainda que o Conselho Federal de Educação ensejou flexibilização quanto à metodologia utilizada na operacionalização do currículo, indicando alternativas para que as

faculdades pudessem melhor desenvolver os trabalhos acadêmicos, de maneira a permitir maior incursão científica e de pesquisa durante o curso, como se observa do seguinte excerto:

"O curso de Economia terá que utilizar com muita freqüência seminários, trabalhos escritos de pesquisa bibliográfica, pesquisas de dados, debates, análises etc., o que impõe forte redução do número de matérias a serem ensinadas, mesmo as que muitos reputam importantes.

"Esta visto que o currículo que estamos apresentando não enumera todas as matérias que podem ser ensinadas em um curso de formação de economistas. O CFE fixa apenas um mínimo (obrigatório) que será o núcleo. Às escolas caberá integrá-lo com as matérias que julguem necessárias, em caráter compulsório ou eletivo, bem como desdobrá-las, segundo suas possibilidades financeiras e de professorado e as conveniências e interesses profissionais e culturais do meio e dos alunos".

O currículo mínimo, portanto, não somente direcionava um determinado desempenho profissional na época, como também - se não enumerava todas as matérias - continha aquelas a serem cumpridas nacionalmente, como núcleo exigido de todas as escolas, com as respectivas denominações apresentadas na referida Resolução.

Nesse contexto, sob a égide da então LDB 4.024/61, foi assim mantido o currículo mínimo estabelecido em 8/2/63, ainda que mudanças pudessem ter ocorrido a partir da edição da Lei 5.540, de 1968, considerada como a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Superior ou Lei de Reforma Universitária, com flexibilizações relacionadas com a oferta de cursos de graduação, observadas, no entanto, sempre, as competências do Conselho Federal de Educação para a fixação dos currículos mínimos nacionais e sua duração para os cursos de graduação.

Esses níveis de competência do Conselho Federal de Educação não se modificaram com o advento da Lei de Reforma Universitária, como se observa dos arts. 26 e 27 da mencionada Lei:

"Art. 26. O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional.

"Art. 27. Os diplomas expedidos por universidades federal ou estadual nas condições do art. 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, correspondentes a cursos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, bem como os de cursos credenciados de pós-graduação serão registrados na própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o Território Nacional.

"§ 1º. O Ministério da Educação e Cultura designará as universidades federais que deverão proceder ao registro de diplomas correspondentes aos cursos referidos neste artigo, expedidos por

universidades particulares ou por estabelecimentos isolados de ensino superior, importando o registro em idênticos direitos.

"§ 2º. Nas unidades da Federação em que haja universidade estadual, nas condições referidas neste artigo, os diplomas correspondentes aos mesmos cursos, expedidos por estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado, serão registrados nessa Universidade".

Foi mantido, portanto, em 1968, o mesmo balizamento da LDB de 1961, que norteava o Parecer 397/62 e a Resolução de 8/2/63, atos esses que, apesar do currículo mínimo aprovado, obrigatório em âmbito nacional, revelaram certo avanço na metodologia para a operacionalização do currículo pleno do curso de graduação em Ciências Econômicas, na medida em que ensejavam a flexibilização na duração e na oferta, como antes comentado, e abriram espaço para que as unidades de ensino otimizassem o processo educativo, desde que fossem cursadas as matérias nacionais fixadas para os dois ciclos anteriormente mencionados.

Assim foi o curso de graduação em Ciências Econômicas até 1984, quando adveio o Parecer CFE 375/84, de que resultou a Resolução Nº 11/84, com as modificações ali introduzidas e que se constituíram um novo marco legal, vigente ainda até então, até que seja revogada com a deliberação da Câmara de Educação Superior sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, ora relatadas, em decorrências das peculiaridades da LDB 9.394/96.

O Parecer 375/84 ensinou que o curso de graduação em Ciências Econômicas fosse concebido com um currículo mínimo que compreendesse as seguintes matérias, respectivamente, de "formação geral" e de "formação profissional", nesta última incluindo "atividade curricular" (sic), denominada "monografia", integrante daquele núcleo comum profissionalizante:

I – MATÉRIA DE FORMAÇÃO GERAL

I-A Núcleo Comum (seis matérias)

1. Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Idéias Sociais)
2. Introdução à Economia
3. Matemática
4. Introdução à Estatística Econômica
5. Instituições de Direito
6. Contabilidade e Análise de Balanços

I-B Matérias de Escolha

7. Sociologia
8. Ciência Política
9. Antropologia
10. Economia e Ética

II – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

II-A Núcleo Comum – Formação Teórico-Quantitativa (oito matérias)

11. Estatística Econômica e Introdução à Econometria
12. Contabilidade Social
13. Teoria Macroeconômica

-
- 14. Teoria Microeconômica
 - 15. Economia Internacional
 - 16. Economia do Setor Público
 - 17. Economia Monetária
 - 18. Desenvolvimento Sócio-Econômico
-
- II-B Núcleo Comum – Formação Histórica (quatro matérias)
 - 19. História do Pensamento Econômico
 - 20. História Econômica Geral
 - 21. Formação Econômica do Brasil
 - 22. Economia Brasileira Contemporânea
-
- II-C Núcleo Comum – Trabalho de Curso (duas matérias)
 - 23. Técnicas de Pesquisa em Economia
 - 24. Monografia (atividade curricular)
-
- II-D Matérias de Escolha
 - 25. Política e Planejamento Econômico
 - 26. Elaboração e Análise de Projetos
 - 27. Processamento de Dados
 - 28. Econometria
 - 29. Economia Agrícola
 - 30. Economia Industrial
 - 31. Economia Regional e Urbana
 - 32. Economia do Trabalho
 - 33. Demografia Econômica
 - 34. Economia dos Recursos Naturais
 - 35. Economia dos Transportes
 - 36. Economia da Energia
 - 37. Economia da Tecnologia
 - 38. Administração
 - 39. Metodologia da Análise Econômica
-

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução CFE 11/84, até as matérias de escolha pelas instituições estiveram previamente estabelecidas naquele ato normativo.

Além disso, “monografia”, como “trabalho de curso” ou “trabalho de graduação” (sic), integrou o currículo mínimo estabelecido no art. 2º daquela Resolução, com tratamento especial e obrigatório em termos de carga horária a que devesse corresponder, fixando-se ainda uma exigência ou condição para que o aluno se candidatasse à sua elaboração, isto é, à monografia só poderia habilitar-se o aluno que tivesse completado pelo menos 1.800 horas-aula do currículo pleno, ou seja, 2/3 do currículo mínimo fixado no art. 1º da Resolução 11/84.

O curso de bacharelado em Ciências Econômicas teria que ser ministrado com, pelo menos, 2.700 horas-aula, aí incluídas as 240 horas da monografia, e cuja integralização teria de ocorrer no mínimo de quatro anos e no máximo de sete anos, correspondentes a, pelo menos, oito semestres letivos, e, no máximo, quatorze semestres letivos, e cujo termo médio, a cargo da escola, estaria nesse intervalo a ser fixado no currículo da instituição, de acordo com a carga horária do seu currículo pleno a que se obriga a cumprir.

Como se observa, até as "Matérias de Escolha" para a composição do currículo pleno de cada instituição já estavam elencadas como "Matérias Integrantes do Currículo Mínimo Nacional".

Pretendia-se, apesar disso, o alcance do caráter plural das ciências econômicas, formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos, ajustados ao disposto no parágrafo único do art. 3º, versando sobre as Matérias de Escolha, no seguinte teor:

"Art. 3º."

"Parágrafo único. A escolha a que se refere este artigo, feita pelo colegiado de orientação didática do curso poderá ser revista quando o indicarem a evolução da economia e as necessidades do ensino".

As quinze "Matérias de Escolha", também "integrantes do currículo mínimo" nacional, como já se disse, não poderiam ensejar opções outras senão dentre as elencadas.

Os princípios elencados no Parecer 375/84, considerados como "princípios básicos para a proposta", não mais correspondem às exigências da realidade do mundo contemporâneo, na graduação em Ciências Econômicas, em face da concepção de um novo perfil do egresso.

Certamente a concepção da dinâmica para a educação superior, prevista na LDB 9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais que informam, por seu caráter geral, as peculiares Diretrizes Curriculares da Graduação em Ciências Econômicas, se revela nas finalidades, dentre outras, expressas nos incisos II e III do art. 43 da referida LDB, "litteris":

"Art. 43."

"II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; (destaca-se)

"III – incentivar o trabalho de pesquisa e iniciação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive". (destaca-se)

Outra, pois, é a atual concepção dos cursos de graduação, incluindo a graduação em Ciências Econômicas, a partir da Lei 9.394/96, incumbindo ao Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Superior, fixar as diretrizes curriculares para cada curso de graduação, como, aliás, já estava estabelecido na anterior Lei 9.131/95, mantida no art. 92 da nova LDB.

As diretrizes curriculares de cada curso de graduação se voltam e se orientam para o devir, para o vir-a-ser, sem prejuízo da imediata inserção do profissional no mercado de trabalho, como co-responsável pelo desenvolvimento social brasileiro, não se podendo direcioná-las a uma situação estática ou contextual da realidade presente.

Desta maneira, enquanto as precedentes Leis 4.024/61 e 5.540/68 atribuíram ao então Conselho Federal de Educação competência para definir "currículos mínimos nacionais e a duração dos cursos de graduação", a maioria dos quais vigentes desde 1962, as atuais Leis 9.131/95, 9.394/96 e 10.172/2001 apresentam nova configuração para as definições políticas da educação brasileira, coerentes com a Carta Magna promulgada em 5/10/88.

Este Parecer, portanto, contempla as orientações das Comissões de Especialistas e as da SESu/MEC, as quais, na sua grande maioria, foram acolhidas e reproduzidas na sua quase totalidade, não só por haver concordância com as idéias suscitadas no conjunto do ideário concebido, mas também como forma de reconhecer e valorizar a legitimidade do processo coletivo e participativo, que deu origem à elaboração dos documentos sobre Diretrizes Curriculares Gerais dos Cursos de Graduação, cujas propostas foram encaminhadas pela SESu/MEC para deliberação deste Colegiado.

Em segmento próprio deste Parecer, todas as propostas e contribuições foram objeto de acurada reflexão, não significando despreço algum àquelas eventualmente não contempladas, posto que o presente Parecer deve revelar-se harmônico com os princípios e finalidades que informam as atuais legislação e política educacional brasileira.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 105–114

cujas especificações e detalhamento atenderam ao disposto nos Pareceres CES/CNE 776/97, 583/2001 e 067/2003, especialmente quanto à metodologia adotada, enfocando, pela ordem, organização do curso, projeto pedagógico, perfil desejado do formando, competências/habilidades/attitudes, conteúdos curriculares, organização curricular, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, acompanhamento e avaliação e trabalho de curso.

?? Organização do Curso

A organização do curso de graduação em Ciências Econômicas, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de curso ou de graduação, ambos como componentes opcionais da instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

?? Projeto Pedagógico

As instituições de ensino superior deverão, na elaboração do projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Econômicas, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualização, o seu currículo pleno e sua adequada operacionalização e coerente sistemática de avaliação, destacando-se os seguintes elementos estruturais, sem prejuízo de outros:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações do pensamento econômico, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional;
- IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- X - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso ou trabalho de graduação, de acordo com a opção das instituições de ensino, sob diferentes modalidades;
- XI - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado opcional, quando for o caso, contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e
- XII - concepção e composição das atividades complementares.

Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas deverão ser observadas as seguintes exigências:

- I - comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

II – pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

III – ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e

IV – ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício futuro da profissão.

?? Perfil Desejado do Formando

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar condições para que o bacharel em Ciências Econômicas esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, imbuído de sólida consciência social indispensável ao enfrentamento das situações emergentes, na sociedade humana e politicamente organizada. Cogita-se, portanto, formar um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira, percebidas no conjunto das funções econômicas mundiais.

O Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Ciências Econômicas deve estar comprometido com perfil desejado do graduando. Por isto mesmo serão estabelecidas as condições para que o bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar:

I - uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social;

II - capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

III - capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e

IV - domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

?? Competências e Habilidades

Os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas devem formar profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

II - ler e compreender textos econômicos;

III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;

IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciências econômicas;

V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;

VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos sócio-econômicos;

VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

?? Conteúdos Curriculares

Os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações

com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras, e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I – Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica;

II – Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento sócio-econômico;

III – Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e

VI – Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, técnicas de pesquisa em economia e estágio curricular supervisionado, quando for o caso.

?? Organização Curricular

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas se reflete, indubitavelmente, na organização curricular, para a qual a instituição de ensino superior exercitará seu potencial inovador e criativo, com liberdade e flexibilidade, e estabelecerá expressamente as condições para a efetiva conclusão do curso, desde que comprovados a indispensável integralização curricular e o tempo útil fixado para o curso, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as instituições de ensino superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, observada a pré-requisitação que vier a ser estabelecida no currículo, atendido o disposto na Resolução decorrente deste Parecer.

?? Estágio Curricular Supervisionado

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deve contemplar objetivamente a realização ou não de estágios curriculares supervisionados, tão importantes para a dinâmica do currículo pleno com vistas à implementação do perfil desejado para o formando, não os confundindo com determinadas práticas realizadas em instituições e empresas, a título de “estágio profissional”, que mais se assemelha a uma prestação de serviço, distanciando-se das características e finalidades específicas dos estágios curriculares supervisionados.

Voltado para desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos e práticas em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, importando em

reprogramação da própria prática supervisionada, assegurando-se-lhe reorientação teórico-prática para a melhoria do exercício profissional.

Dir-se-á, então, que Estágio Curricular-Supervisionado é componente direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

Assim sendo, o estágio poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior Acadêmico competente, na instituição.

Convém enfatizar que as atividades de estágio deverão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Portanto, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade opcional da instituição, no momento da definição do projeto pedagógico do curso, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados.

?? Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso.

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho e com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo, devendo ser estabelecidas e realizadas ao longo do curso, sob as mais diversas modalidades enriquecedoras da prática pedagógica curricular, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Em resumo, as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, mesmo que adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e

atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares podem também compreender estudos desenvolvidos em cursos sequenciais ou em cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Econômicas ou em outras áreas correlatas, desde que esses cursos estejam reconhecidos e as instituições devidamente credenciadas para resguardar o aproveitamento de estudos em que o aluno tenha sido aprovado.

Trata-se, portanto, de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Nesse mesmo contexto, estão as atividades de extensão, que podem e devem ser concebidas no projeto pedagógico do curso, atentando-se para a importante integração das atividades do curso de Ciências Econômicas com as experiências da vida cotidiana na comunidade, e nos mercados informais ou emergentes, alguns dos quais estimulados até por programas de governo. Com efeito, fica estabelecida a coerência com o disposto no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição. Assim, podem ser integradas às atividades complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando.

?? Acompanhamento e Avaliação

As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação e consolidação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor e a clara percepção das implicações sócio-econômicas do seu tempo, de sua região, da sociedade brasileira e das relações do Brasil com outros modelos e manifestações da economia mundial.

Importante fator para a avaliação das instituições é a produção que elas podem colocar à disposição da sociedade e de todos quantos se empenhem para o seu desenvolvimento econômico-social, valendo-se do crescimento e no avanço da ciência e da tecnologia. Com efeito, a produção que uma Instituição divulga, publica, socializa, certamente será um forte e ponderável indicador para o acompanhamento e avaliação sobre a Instituição, sobre o curso e para os alunos em particular que, durante o próprio curso, já produzem, como reflexo da consciência que possuem quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades e de seu comprometimento com o desenvolvimento político, econômico e social.

Nesse passo, destacando-se, de logo, a exigência legal no sentido de que os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

?? Trabalho de Curso

E necessário que o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas contenha a clara opção de cada instituição de ensino superior sobre a inclusão ou não de trabalho de curso, também denominado trabalho de graduação.

Desta maneira, o "trabalho de curso" ou "trabalho de graduação" deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá desenvolvê-lo em diferentes modalidades, a saber: monografia, projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, ou ainda apresentação de trabalho sobre o desempenho do aluno no curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares e técnicas de pesquisa em economia.

Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Econômicas trabalho de curso, nas modalidades referidas, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Econômicas, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília-DF, em 18 de fevereiro de 2004.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Relator

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer – Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto do Relator, com declaração de voto do conselheiro Jacques Schwartzman.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2004

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão – Presidente

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Vice-Presidente

IV – Declaração de Voto

Voto a favor da criação de um “Núcleo Duro”, composto pelos conteúdos de Formação Teórico, quantitativa, correspondendo a 50% da carga horária total do curso.

Brasília(DF), 18 de fevereiro de 2004-03-08

Conselheiro Jacques Schwartzman

Anexo II



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº DE DE DE 2002.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do
Curso de Graduação em Ciências Econômicas,
bacharelado, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE 776/97, de 3/12/97, 583/2001, de 4/4/2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Economia, propostas ao CNE pela SESu/MEC, e considerando o que consta dos Pareceres CES/CNE 67/2003, de 11/3/2003, e Parecer 0054/2004, de 18/2/2004, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003 e,

RESOLVE:

Art. 1º. A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º. A organização do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de curso ou de graduação, ambos como componentes opcionais da instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

§ 1º. O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações do pensamento econômico, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional;

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso ou trabalho de graduação, de acordo com a opção das instituições de ensino, sob diferentes modalidades;

XI - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado opcional, quando for o caso, contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e

XII - concepção e composição das atividades complementares.

§ 2º. Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deverão ser observadas as seguintes exigências:

I - comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

II - pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

III - ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e

IV - ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício futuro da profissão.

Art. 3º. O Curso de Graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.

Parágrafo único. O Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigido os seguintes pressupostos:

I - uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social;

II - capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

III - capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e

IV - domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

Art. 4º. Os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas devem possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

- II - ler e compreender textos econômicos;
- III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica;
- V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos sócio-econômicos; e
- VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

Art. 5º. Os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras, e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica;

II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento sócio-econômico;

III - Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e

VI - Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, técnicas de pesquisa em economia e estágio curricular supervisionado, quando for o caso.

Art. 6º. A organização curricular do Curso de Graduação em Ciências Econômicas estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as instituições de ensino superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, observada a pré-requisitação que vier a ser estabelecida no currículo, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º. O estágio supervisionado é um componente curricular opcional da instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º. O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º. As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º. Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas o estágio supervisionado de que trata este artigo, a sua regulamentação específica, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, conterá, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º. As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º. As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação e consolidação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O trabalho de curso ou de graduação é componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá desenvolvê-lo nas modalidades monografia, projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, ou ainda apresentação de trabalho sobre o desempenho do aluno no curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares e técnicas de pesquisa em economia.

Parágrafo único. Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Econômicas trabalho de curso ou trabalho de graduação, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 11. A duração do Curso de Graduação em Ciências Econômicas será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente a Resolução CFE 11/84.

Anexo III

Cursos de Graduação



CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Foto: Mariana Abreu

LEGISLAÇÃO

Criação: Deliberação nº 14 / 69 - CEPE
 Deliberação nº 24 / 98 - CEPE (Noturno)
Reconhecimento: Parecer nº 4.820 / 75 - CFE
 Decreto nº 77.198 / 76 - MEC

DURAÇÃO DO CURSO

Mínima: 4 anos; máxima: 7 anos

TÍTULO

• Bacharel em Ciências Econômicas

ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL

- Planejamento, projeção, programação e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza.
- Estudo e pesquisa de problemas ligados à produção e circulação de bens e serviços.
- Estudos, análises e pareceres pertinentes à macroeconomia e microeconomia.
- Estudo da política econômico-financeira de importação e exportação.
- Estudo da produtividade, lucratividade, rentabilidade, eficiência do capital e liquidez.
- Estudo das políticas monetária, econômico-financeira, tributária e aduaneira, inclusive incentivos.
- Estudo de políticas salariais, custo de vida, mercado de trabalho e de serviços.
- Magistério de nível superior.

CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

- Empresas comerciais e industriais.
- Bancos.
- Órgãos governamentais de financiamento e planejamento.
- Instituições de desenvolvimento e pesquisa econômica.
- Bolsas de valores.
- Mercado financeiro.
- Instituições de Ensino Superior.
- Assessoria e consultoria a empresas, federações e sindicatos em estudos setoriais.



Copyright © 2001 Universidade Federal RURAL do Rio de Janeiro.
 Envie mensagens com comentários ou sugestões para o Webmaster UFRJ.

Anexo IV

Ciências Econômicas

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Título: BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Campo de Atuação:

- ⇒ Empresas comerciais e industriais
- ⇒ Bancos
- ⇒ Órgãos governamentais de financiamento e planejamento
- ⇒ Instituições de desenvolvimento e pesquisa econômica
- ⇒ Bolsas de valores
- ⇒ Mercado Financeiro
- ⇒ Instituição de ensino superior
- ⇒ Assessoria e Consultoria a empresas, federações e sindicatos em estudos setoriais

Legislação

- Criação: Deliberação nº 14/69-CEPE
- Reconhecimento: Parecer nº 4.820/75-CFE
Decreto nº 77.198/76-MEC

Coordenação Didática: Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

Integralização 180 créditos

- Disciplinas Obrigatórias 152 créditos
- Monografia 16 créditos
- Disciplinas Optativas 12 créditos
- Carga-Horária 2.700 horas

Duração

- * Mínima 04 anos
- * Máxima 07 anos

Estrutura Acadêmica

- * Semestral
- * Sistema de créditos
- * Turno integral

PERIODIZAÇÃO			
Disciplinas	Créditos	Pré-requisitos	
1º Período			
IC 251 Matemática	(4-0)	-	
149 Contabilidade Básica	(4-0)	-	
IC 222 Introdução à Economia I	(4-0)	-	
IC 411 Instituição Dir. Público Privado	(4-0)	-	
413 Introdução à Sociologia	(4-0)	-	
IC 438 Introdução às Ciências Sociais	(4-0)	-	
Total	24		
2º Período			
IC 252 Matemática II	(4-0)	IC 251	
280 Estatística Básica	(4-0)	-	
IC 173 Análise das Demonstrações Cont.	(4-0)	IC 149	
IC 223 Introdução à Economia II	(4-0)	IC 222	
IC 412 Introdução à Ciência Política	(4-0)	-	
IC 420/IC 422L Língua Francesa ou Inglesa	(4-0)	-	
Total	24		
3º Período			
IC 256 Matemática para a Economia	(4-0)	IC 252	
282 Estatística para a Economia	(4-0)	IC 280	
IC 130 Matemática Financeira	(4-0)	-	
IC 107 Contabilidade Nacional	(4-0)	IC 222	
IC 220 História do Pens. Econômico I	(4-0)	IC 223	
IC 110 História Econômica Geral	(4-0)	-	
Total	24		

4º Período

IC 215 Econometria I	(4-0)	IC 282
IC 219 Finanças Públicas	(4-0)	IC 287
IC 221 História do Pens. Econômico II	(4-0)	IC 220
IC 407 Formação Econ. Adm. do Brasil	(4-0)	IC 410
IC 440 Prática Prod. Textos Científicos	(4-0)	-

Total 20

5º Período

IC 201 Análise Macroeconômica I	(4-0)	IC 207
IC 204 Análise Microeconômica I	(4-0)	IC 251 e IC 223
IC 210 Economia Agrária	(4-0)	-
IC 231 Economia Brasil Contemporânea	(4-0)	IC 223

Total 16

6º Período

IC 202 Análise Macroeconômica II	(4-0)	IC 201
IC 205 Análise Microeconômica II	(4-0)	IC 204
IC 232 Tópicos Especiais Econ. Brasileira	(4-0)	IC 231
IC 233 Elaboração e Análise de Projetos	(4-0)	IC 204
IC 246 Técnica Pesquisa em Economia	(4-0)	-

Total 20

7º Período

IC 203 Análise Macroeconômica III	(4-0)	IC 202
IC 206 Análise Microeconômica III	(4-0)	IC 205
IC 234 Economia Internacional	(4-0)	IC 202
IC 235 Moedas e Bancos	(4-0)	IC 201
IC 236 Política e Planej. Econômico	(4-0)	IC 219
IC 237 Desenvolvimento Econômico	(4-0)	IC 201

Total 24

8º Período

IC 270 Monografia p/Economistas	(16-0)	IC 440 e IC 442
---------------------------------	--------	-----------------

Total 16

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplinas	Créditos	Pré-requisitos
109 Educação Física	(0-2)	-
101 Administração Empresa Agrícola	(2-0)	-
131 Mercado Financeiro	(4-0)	IH 130 e IH 149
132 Orçamento de Empresa	(4-0)	IH 140
140 Teoria e Contabilidade de Custos	(4-0)	IH 149
169 Administração Financeira I	(4-0)	-
170 Administração Financeira II	(4-0)	IH 169
216 Econometria II	(4-0)	IH 215
228 Seminários sobre Teoria Econôm.	(4-0)	IH 221
229 Sistemas Econômicos Comparados	(4-0)	IH 221
238 Economia Regional e Urbana	(4-0)	IH 223
239 Economia Industrial	(4-0)	IH 223
240 Economia Política	(4-0)	IH 223
241 Análise de Custo/Benefício	(4-0)	IH 233
242 Tópicos Esp. Economia Agrária	(4-0)	IH 210
243 Economia da Energia	(4-0)	IH 201
244 Teoria das Decisões Financeiras	(4-0)	IH 130
245 Metodologia da Anál. Econômica	(4-0)	-
261 Economia do Trabalho	(4-0)	IH 220
262 Demografia Econômica	(4-0)	IC 280 e IH 223
403 Direito Agrário e Legislação	(2-0)	-
406 Extensão Rural	(2-0)	-
432 Sociologia Sociedades Agrárias	(4-0)	-
443 Antropologia Econômica	(4-0)	-
444 Estado e Agricultura	(4-0)	IH 432

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE ACADÊMICO

A matrícula deverá ser renovada a cada período letivo. O aluno que deixar de renová-la será desligado da Universidade.

As matrículas em disciplinas estão sujeitas às seguintes verificações:

- * Limite mínimo de 12 créditos;
- * Limite máximo de 32 créditos;
- * Cumprimento do pré-requisito ou co-requisito e;
- * Horários de aulas coincidentes (choque de horários).

Para tratar de assuntos relativos à matrícula, dirija-se à Divisão de Matrícula, sala 97 do Pavilhão Central.

Para tratar de assuntos relativos à conceitos e integralização curricular, dirija-se à Divisão de Registros Acadêmicos, sala 96 do Pavilhão Central.

O currículo pleno foi aprovado nos termos da Deliberação nº 17/85-EPE, e deverá ser integralizado pelos alunos que ingressaram a partir de 1985.

WELSON GIACOMO LÓSS
Decano de Ensino de Graduação
Tel.: 682 1112

LUIZ CARLOS MARTINS
Diretor do DAARG
Ramal: 394

ENEDITO F. DE ARAÚJO
Diretor DM
Ramais: 564/262

SÔNIA REGINA O. ALBUQUERQUE
Diretora da DRA
Ramais: 473/562

JOSÉ CLAUDIO CAVALCANTE DE O. LIMA
Coordenador do Curso
Deplo. de Ciências Econômicas - ICHS
Ramal: 336

III - 215 : ECONOMETRIA I

Pr.: III-217

Modelos lineares, regressão múltipla, Mínimos quadrados generalizados, Coeficiente de correlação, Teste de modelos generalizados, Estimação conjunta.

III - 216 : ECONOMETRIA II

Pr.: III-215

Propriedades estatísticas dos estimadores, Métodos de estimação, Erros, Séries temporais, Funções de produção, Simulação e previsão.

III - 217 : ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS I

Pr.: III-205

Formas de planejamento, Projetos como unidade de planejamento global setorial, Itens para elaboração de um projeto: mercado, engenharia, dimensionamento e localização, investimentos e financiamento.

III - 218 : ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS II

Pr.: III-217

Avaliação (análise do projeto) sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista social (governo). Viabilidade e rentabilidade, Análise da empresa do mercado e do processo econômico. Análise econômica e financeira, Análise das perdas.

III - 219 : FINANÇAS PÚBLICAS

Pr.: III-201

Funções dos Estados nas economias capitalistas, O financiamento das atividades públicas, Análise da natureza da estrutura de gastos públicos, O equilíbrio público e suas consequências, Política fiscal nas teorias clássica e keynesiana, A política fiscal no Brasil.

III - 220 : HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I

Pr.: III-225

As formas de produção pré-capitalistas, A implantação do capitalismo e o surgimento da Economia política, Teorias do valor, O pensamento clássico, As concepções relativas à acumulação capitalista da Economia política à Teoria Econômica.

III - 221 : HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II

Pr.: III-220

Fundamentos do pensamento marxista, As transformações do capitalismo e o pensamento keynesiano, O pensamento econômico moderno e suas principais contradições, O pensamento econômico na América Latina.

III - 222 : INTRODUÇÃO À ECONOMIA I

Pr.: III-227

Objetivos e métodos da Ciência Econômica, A Economia de mercado e sua contribuição estrutural, A produção, a circulação e a apropriação, Análise dos agentes econômicos.

III - 223 : INTRODUÇÃO À ECONOMIA II

Pr.: III-222

A noção de excedente econômico, Modelos históricos de desenvolvimento, O subdesenvolvimento e suas características, Teorias do crescimento econômico.

III - 224 : MOEDAS E BANCOS I

Pr.: III-201

Origens, funções e formas de moedas, Natureza das moedas de pagamento, Circulação e destinação de meios de pagamento, O sistema bancário, Políticas monetárias e fiscal.

III - 225 : MOEDAS E BANCOS II

Pr.: III-224

O processo bancário, Investimento nas economias capitalistas, A estrutura e funcionalidade do mercado financeiro, A circulação financeira e suas consequências, A evolução do mercado financeiro na América Latina e análise do caso brasileiro, A estrutura e desenvolvimento atual do Sistema Financeiro Nacional, As relações governamentais relativas ao mercado financeiro.

III - 226 : PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Pr.: III-227

Elementos do planejamento, Metodologia, Pressupostos do planejamento, Modelos de intervenção do planejamento no Brasil, na América Latina e no Exterior, Avaliação crítica dos planos.

III - 227 : POLÍTICA E PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA
(4-0)

Pr.: III-219

Colocação metodológica. A política econômica dentro de uma perspectiva histórica. Conceção e formulação da política brasileira. A experiência brasileira.

III - 228 : SEMINÁRIOS SOBRE TEORIA ECONÔMICA
(4-0)

Pr.:

Objetivo específico: fazer com que o aluno domine a apresentação e o debate de vários textos selecionados.

III - 229 : SISTEMAS ECONÔMICOS COMPARADOS
(4-0)

Pr.: III-202 e III-220

Fundamentos metodológicos da análise comparativa. Critérios de análise e avaliação de diferentes sistemas econômicos. Análise e comparação de alguns casos concretos. URSS, USA, Iugoslávia, Índia, Paquistão, Japão, Itália, Israel, China, México, Argentina e Brasil.

III - 230 : TEORIA DO INVESTIMENTO
(4-0)

Pr.: III-202

Fluxos monetários. Valor cronológico do dinheiro. Taxa de rendimento. Equivalência. Rentabilidade de um investimento. Opção entre vários investimentos. Vida econômica. Investimentos governamentais.

III - 300 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DO LAR

CHEFE: Terezinha Franco Tenório de Albuquerque
SUBCHEFE: Ângela Singui Marques Guimarães Ribeiro

CORPO DOCENTE:

Adail Lima Sales - licenciado em Educação Familiar/UFRRJ, 1976 - Mestre em Ciência dos Alimentos/ESAL, 1981.

Ângela Singui Marques Guimarães Ribeiro - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1975 - Mestre em Ciência dos Alimentos/ESAL, 1982.

123

Edina Lottti Pinto - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1970 - Especializada em Ciências Domésticas/UFRRJ, 1979.

Júlia Mary Rodrigues da Silva - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1970 - Mestre em Educação/UFF, 1978.

Isabel Maria Ribeiro Ratto - licenciada em Ciências Domésticas/UFRRJ, 1966 - Curso de Mestrado em Ciências Sociais/PUCC-SP.

José Binko Mrawak - Bacharel e licenciado em Filosofia/Unicamp e Gregoriana, 1960 - Pós-doutor.

Maria da Aparecida Campos - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ (Visitante) 1954.

Maria da Conceição Gomes Valle - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1978 - Especializada em Ciências Domésticas/UFRRJ, 1979.

Maria Olga Ferreira de Mello - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1960 - Mestre em Educação/FEV, 1982.

Maria Vilany Freire Arzun Barbosa - licenciada em Educação Familiar/Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1964.

Nirres Werneck Neto - licenciada em Educação Familiar/UFRRJ, 1974 - Especializada em Administração/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

Terezinha Franco Tenório de Albuquerque - licenciada em Educação Familiar/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1964.

Therezinha Pereira dos Santos - graduada e licenciada em Enfermagem/Escola de Enfermagem do Rio de Janeiro.

Anexo V

UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS
PRIMEIRO INFORMATIVO 1 967

Notícias: Para maior desenvolvimento e atualização do ensino a cargo deste Departamento, a sua direção obteve a renovação do contrato do prof. LUIZ SALVADOR LOPES, que desde 1 966, colabora nos temas/ de planejamento e programação linear.

Foi também contratado, como especialista, o prof. HENRIQUE BOSCHI, para temas específicos de Teoria Econômica.

Foram normalmente iniciadas todas as atividades de ensino pertinentes ao Departamento, para o ano letivo de 1 967, a 1º de março.

Sociologia Rural - Uma expectativa simpática, um largo crédito/ de confiança e um desejo sincero de cooperação receberam o atual governo a 15 de março. Tais expectativas se justificam no detalhe animador, entre outros, contido na afirmativa, muitas vezes já repetida, de destaque à formação de maiores recursos humanos na sociedade em desenvolvimento.

Esta diretriz é exatamente o tema central das atividades do Departamento de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Rural do Brasil, continuação do ideal iniciado na encíclica Rerum Novarum, evoluindo até a Populorum Progressio.

Anote-se, antes de tudo, que a atual programação do Departamento é herança já antiga, vinda dos extintos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, criados em 1938, na Escola Nacional de Agronomia, em cujos programas figurava o ensino da Sociologia Rural.

Esse esforço teve grande apóio quando, como ajuda da F.A.O. ao Ministério da Agricultura para a criação do Serviço Social Rural, esteve no Brasil um grande mestre da Sociologia Rural, o pranteado prof. JOHN H. KOLB. Em sua permanência na U.R.B. coube-lhe deixar um caminho progressista a percorrer nos estudos e nas pesquisas.

Mais recentemente o prof. A.O. HALIER, assistente do prof. KOLB, esteve um ano no DCES onde preparou FRANCISCO ESCOBAR DUARTE, tragicamente desaparecido.

Agora o DCES, com o apóio do Magnífico Reitor prof. PAULO DACOB- SO FILHO, consegue iniciar uma nova fase para os estudos da Sociologia Rural, obtendo a contratação de um ex-aluno dos professores KOLB e HALIER, brasileiro MS e PhD em Sociologia Rural pela Universidade de Wisconsin, Dr. JOÃO BOSCO GUEDES PINTO, para docente de Sociologia Rural, ponto de partida para amplas atividades de ensino e pesquisa.

Abre-se, assim, à juventude universitária, um amplo campo para estudos especializados. Existe um potencial inesgotável de trabalhos só-

2. bre o fascinante tema de Sociologia Rural em nosso país, onde, ainda, quase a metade da população vive no meio rural.

Assim, o pensamento do atual Governo, a filosofia das encíclicas, as atividades do D.C.E.S. se associam passando de imediato à primeira etapa com a preparação de estudiosos e pesquisadores. Estes trabalhadores terão diante de si um imenso campo de ação e a oportunidade para conhecer profundamente os nossos problemas, examiná-los à luz do que há de mais moderno na matéria, para finalmente propor as soluções mais adequadas à maneira de pensar, à maneira de agir da gente brasileira.

Ensino, pesquisa e extensão - Os universitários da URB trabalham conhecimento, desde os Estatutos, com essas três palavras do mais alto significado, porque traçam os rumos da nossa ação universitária.

Na realidade as três palavras acima, tão simples e curtas, mostram longos caminhos de trabalho, mas também sucessos e prêmios para a juventude estudiosa. Dai a necessidade de serem bem sentidas para que todas as forças existentes se unam e alcancem o objetivo.

1. Devemos entender por ensino a transmissão de idéias e fatos a alunos, pelo professor em aula, no laboratório, no campo. Grandiosa é a tarefa de ensinar, exigindo do professor técnica apropriada, conhecimentos profundos, qualidades morais destacadas, como se exigem interesse, esforço, dedicação sem limites por parte dos alunos.

A nossa URB, pelo seu regime, tem as melhores condições para proporcionar ensino no mais elevado gabarito, embora tenhamos, também, de reconhecer a existência de algumas falhas. Aqui a colaboração - aluno - professor - administração - precisa sempre ser a mais intensa / possível em favor do melhor ensino. Mas orgulhamo-nos: temos muito já conquistado, mais que outros já alcançamos e algo nos falta alcançar. Precisamos trabalhar firmemente porque é da nossa responsabilidade perante a Nação o progredir sempre.

2. Compreende-se como pesquisa o trabalho dirigido com o propósito de provar, experimentar ou descobrir novas técnicas. Exige um elevado espírito de persistência no estudo, de interesse pela ciência, um bom preparo prévio, a presença de especialistas, a existência de laboratórios e de campos.

Não bastam instalações para os pesquisadores, ainda que sejam estes a alma da pesquisa. Necessita-se escolher ou estabelecer prioridades, porque com poucos recursos há que aplicá-los da melhor forma possível afim de que os resultados práticos daí decorrentes alcancem e beneficiem um sempre maior número de pessoas e instituições.

A presença da Universidade Rural do Brasil - Uma universidade é o laboratório onde se sintetiza a civilização, o desenvolvimento da sociedade, e onde se busca a universalidade do tratamento das ciências.

É na Universidade onde pesquisadores buscam novas leis e suas aplicações na vida prática. É na Universidade Rural do Brasil onde pesquisadores buscarão novas leis e novos métodos para levar maior produtividade e bem-estar ao trabalhador rural e à sua família.

A característica primordial de uma Universidade é a universalidade no tratamento da ciência. Mesmo onde os campos das diversas aplicações científicas se confundam ou quando os problemas estudados abarquem os campos de diferentes ramos da ciência, a ação conjugada das cátedras, departamentos, institutos, laboratórios e outras dependências da Universidade favorecerá a elucidação do problema.

Sabemos que a Universidade Rural do Brasil, em particular, tem por objetivo estudar os problemas ligados ao meio rural. Para tanto é mister que a Universidade Rural do Brasil procure evoluir, tornando-se cada vez mais objetiva na identificação, estudo e solução dos problemas rurais.

Conforme o seu estatuto, a Universidade Rural do Brasil tem suas atividades orientadas no sentido de que o ensino por ela ministrado seja beneficiado pela objetividade da pesquisa e, ambos ligados à extensão, garantam a aproximação do técnico ao produtor rural, visando conhecer-lhe os problemas e ajudá-lo a solucioná-los.

É preciso reconhecer que a classe rural brasileira está, neste instante, encontrando crescentes dificuldades das mais diversas sortes.

A classe rural, nela se incluindo os que têm terra e os que não a têm, que luta e trabalha para ajudar o progresso do Brasil, é o objetivo da Universidade Rural do Brasil. É uma tarefa imensa, a exigir juventude, esforço, dedicação patriótica sem limites e o mais acurado estudo da realidade.

Torna-se necessário criar e permutar a mais estreita confiança entre a gente rural e a URB.

* * * * *

3. 3. Dá-se o nome genérico de extensão a uma metodologia de trabalho educacional que consiste em ligar o técnico e o pesquisador / ao produtor. Particularizada a extensão rural é o conjunto de normas que o extensionista deve conhecer para transmitir ao produtor rural o uso de novas técnicas, com resultados vantajosos, aplicáveis na produção das plantas e dos animais. Reciprocamente o produtor dá a conhecer os seus problemas técnicos e econômicos que são levados às instituições competentes para que pesquisem suas soluções.

Por tudo isso, do extensionista, com a eficiente colaboração das economistas domésticas, exige-se preparo especializado e ligações/ com as fontes de informação sobre pesquisas, seus programas, seus resultados.

Estagiários - O Departamento de Ciências Econômicas e Sociais da URB realiza, entre suas atividades, a assistência a estudantes sob a forma de estágios, em prosseguimento a atividade já existente quando apenas cadeira de Economia Rural e quando, por alguns anos foi Instituto de Economia Rural.

Pode ser o estagiário o universitário, o técnico, o estudioso, o bolsista, quem quer que se interesse pelos temas afetos às ciências sociais rurais, que procure o DCES para informações, consultas, cursos, debates.

Há um regulamento para essas atividades e o estagiário recebe assistência dos docentes, é orientado no seu trabalho, é ajudado na medida das necessidades e do possível para mais facilmente alcançar / seu objetivo.

A meta principal do sistema de estagiários baseia-se no sentido de vocação. Todo e qualquer universitário vocacionalmente motivado para as ciências sociais rurais terá ampla ajuda no DCES, receberá as maiores atenções.

Anota-se que a experiência já é bastante ampla, com resultados satisfatórios.

* * * * *

Anexo VI

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ICS-UFRRJ -

Em seus objetivos o ICS buscará formas estruturais que melhor possibilitem seu funcionamento em alta rentabilidade.

Para comando e coordenação das atividades do ICS tem ponto de partida uma diretoria, cargo ocupado por docente nomeado pelo Sr. Presidente da República, cabendo-lhe representar o ICS nos colegiados da Universidade e demais ocasiões. Dirigirá o Instituto, traçando-lhe as normas de atuação.

Com a finalidade de atendimento direto ao diretor do ICS existe o chefe de secretaria, cargo em comissão, gratificado, devendo ser ocupado por funcionário com suficientes qualidades para o desempenho das atividades a êle relativas.

Ao chefe da secretaria caberão responsabilidades quanto à dinâmica do espaço ocupado e utilizado pelo ICS, bem como o relacionamento do Instituto com os demais órgãos universitários e pessoas e entidades externas.

Ao chefe da secretaria, além do assessoramento geral e específico ao diretor do ICS, ficarão subordinadas a portaria, as comunicações, o controle do pessoal, do material, do equipamento e das instalações. Cuidará da recepção aos visitantes, da sala de professores, das publicações, da correspondência; do Conselho Departamental.

Diretamente subordinados à diretoria do ICS ficarão os seguintes órgãos executivos:

Departamento de Ciências Econômicas;

Departamento de Administração e Ciências Contábeis.

Departamento de Ciências Humanas e Sociais;

. 2 .

Departamento de Economia do Lar; e

Departamento de Línguas.

Cada departamento terá um chefe e um funcionário para serviços de secretaria, uma biblioteca especializada, sala de estudo, de reuniões e de pesquisa.

Os departamentos serão fundamentalmente executivos e dividirão suas atividades em:

A. ensino:

- a) cabendo-lhe providenciar locais para aulas e respectivo material;
- b) programas para cada disciplina;
- c) calendário de atividades estudantis; e
- d) outras atividades específicas.

B. pesquisa:

- a) compete-lhe formular, realizar e divulgar trabalhos de pesquisa;
- b) as pesquisas poderão ser de laboratório e de campo;
- c) prevê-se a ajuda de pessoas e entidades nacionais e estrangeiras;
- d) mais atividades relacionadas com as pesquisas na área das ciências sociais, especialmente na área rural.

C. extensão:

- a) a extensão universitária será feita na uni-versidade e para os universitários;
- b) a extensão universitária será também destinada a estranhos à universidade; e
- c) como atividade extra-curricular os departamentos cuidarão dos plantões de professores, de estagiários e de bolsistas dando-lhes tarefas adequadas.

. 3 .

ESCRITÓRIO MODELO

Diretamente subordinado ao diretor do ICS funcionará o escritório modelo cuja finalidade fundamental será proporcionar treinamento em serviço.

Para tanto será montada uma similar de empresa com as diferentes atividades profissionais para serem desenvolvidas por alunos, desde o auxiliar mais modesto até o mais alto grau de chefia.

A atividade do universitário no escritório modelo valerá como disciplina curricular, equivalendo ainda a um estágio.

O escritório modelo terá um responsável indicado pelo diretor do ICS, com suficientes qualificações para coordenar o local, o material, o equipamento do escritório modelo e relacionar as pessoas nele envolvidas.

Em cada oportunidade cada docente deverá fazer a aplicação de sua disciplina no escritório modelo, em uma ou mais sessões de trabalhos práticos, segundo calendário a ser aprovado pelo diretor do ICS.

O escritório modelo poderá prestar serviços profissionais pessoas ou entidades, podendo ou não ser remunerado.

Cada universitário que trabalhar no escritório modelo receberá comprovante adequado a ser anotado no seu histórico escolar.

As atividades no escritório modelo terão horário adequado para que os alunos possam desenvolver todas as suas obrigações.

Sempre que possível um mesmo aluno realizará diferentes tarefas no sentido de que possa tomar conhecimento das diferentes partes dos serviços de uma empresa.

. 4 .

Os alunos serão obrigados a apresentar relatório de sua passagem pelo escritório modelo.

Deverá ser evitada a excessiva ou prolongada presença de um dado aluno no escritório modelo, salvo se tiver em cargo de orientar seus colegas, em colaboração com os docentes.

Para algumas tarefas será viável a contratação com pagamento a terceiros para algumas atividades do escritório modelo, inclusive de ensino e ou treinamento.

Anexo VII



DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONOMICAS

1) CORPO DOCENTE

Professor Titular:

Romolo Cavina

Professores Assistentes:

Antonio Manoel Henrique Pimenta (Econ.)

Antonio Máximo Magalhães Gomes Pires (Econ.)

Arthur Montresor da Silva Carneiro (Econ., Adv.)

Carlos Alberto de C. Afonso (Econ.)

Jorge Gabriel Kamache (Econ., Bac. em Ciências Sociais)

Luiz Salvador Lopes (Estatístico)

Mario José Branco (Econ.)

Milton Deirô Mendes da Silva (Econ.)

Oswaldo Freitas Borges (Econ.)

Roberto Alves Torres (Econ. e Jorn.)

Wander Pessoa de Mello (Estatístico)

2) CODIFICAÇÃO E EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

CIE 100 - Economia I - 3 (3-0) I

Pr.:

Apresentação do sistema econômico e seu funcionamento. Considerações introdutórias às problemáticas do crescimento econômico, e do subdesenvolvimento.

CIE 101 - Economia II - 3 (3-0) II

Pr.: CIE 100

Estudo da natureza e objeto da Economia e o lugar que ocupa no campo das ciências sociais; a conceituação e função dos elementos determinantes da atividade econômica.

CIE 200 - Economia III - 3 (3-0) I

Pr.: CIE 101

Instrumentos analíticos da Ciência Econômica. Estudo das condições de equilíbrio de mercados. Teorias sobre a formação de preços e suas variações. Leis de demanda e de rendimentos.

CIE 201 - Economia IV - 3 (3-0) II

Pr.: CIE 200

Instrumental analítico indispensável ao estudo dos mercados sob os vários regimes de competição; os tipos de funções de produção; fatores limitativos, curvas de custos e receitas; o equilíbrio da empresa nas concorrências perfeita e imperfeita; situações monopolíticas e suas consequências.

CIE 205 - Contabilidade Nacional I - 2 (2-0) I

Pr.: CIE 101

Aspectos de equilíbrio dos grandes agregados macro-econômicos: produto, renda e despesa. Estudo de esquema simplificado das Contas Nacionais e seu conteúdo.

CIE 206 - Contabilidade Nacional II - 2 (2-0) II

Pr. : CIE 205

Estuda a Contabilidade Nacional em seu sistema funcional; métodos de apuração, conceito e cálculo dos índices do produto real.

CIE 208 - Economia Rural I - 2 (2-0) II

Pr. :

Noções de teoria econômica e de economia pecuária. Funcionamento da empresa pecuária como unidade produtora e como participante da economia da comunidade, da região e do país.

CIE 210 - Matemática Financeira I - 3 (3-0) I

Pr. : MAT 101

Teoria e técnicas analíticas usuais para o completo domínio dos mecanismos básicos do mercado financeiro nacional. Temas financeiros da atualidade brasileira. Sistema Financeiro de Habitação e outros.

CIE 211 - Matemática Financeira II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 210

Complementação da CIE 210

CIE 300 - Economia V - 3 (3-0) I

Pr. : CIE 201

Estudo do comportamento do sistema econômico. Relações entre a renda nacional, o nível de emprego e dos preços, o consumo, a poupança e o investimento. Análise desses componentes. Esboço histórico da evolução da ciência econômica no campo da macroeconomia.

CIE 301 - Economia VI - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 300

A análise macro-econômica estudada em suas inter-relações

dinâmicas; a interferência do setor público e do comércio internacional; as teorias da determinação da renda; os efeitos multiplicadores e o princípio de aceleração constituem os objetivos.

CIE 310 - Finanças Públicas I - 3 (3-0) I

Pr. : CAC 151

Comportamento e estrutura das finanças do Estado; o domínio da ciência das Finanças; as necessidades e interesse individuais e coletivos; a atividade financeira do Estado moderno no sentido de prestação do máximo benefício social.

CIE 311 - Finanças Públicas II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 310

Estudo dos instrumentos de ação governamental no campo financeiro; a execução das finanças públicas; a mecânica das despesas e receitas pelos seus vários princípios; a estrutura da dívida pública; orçamento tradicional e orçamento programa; orçamentos correntes e plurianuais de investimentos.

CIE 320 - Mercado de Capitais - 2 (2-0) II

Pr. : CIE 101

O Mercado de Capitais no Sistema Econômico. Formação do Capital e Investimento: recursos para formação de capital. Setor Público e Privado. O Mercado de Crédito: estrutura e funcionamento. O Mercado de Capitais no Brasil. Alternativas do Investidor no Brasil: investimentos financeiros de rendas fixas e investimentos financeiros de renda variável. Os Intermediários Financeiros.

CIE 330 - Econometria I - 3 (3-0) I

Pr. : MAT 203, MAT 200, CIE 201

Estudo das relações quantitativas entre variáveis econômicas, com base em método da ciência estatística.

- CIE 331 - *Econometria II - 3 (3-0) II*
 Pr.: CIE 330
 Complementação da CIE 330
- CIE 340 - *Teoria e Política Econômica Monetária I - 3 (3-0) I*
 Pr.: CIE 206, CIE 201
 Teoria e política da moeda, do crédito e do sistema bancário.
 Teoria das variações do valor da moeda. Bancos Centrais.
- CIE 341 - *Teoria e Política Econômica Monetária II - 3 (3-0) II*
 Pr.: CIE 340
 Estudo do sistema Bancário Brasileiro. Elementos básicos da política monetária e da política econômica.
- CIE 350 - *Economia Internacional I - 2 (2-0) I*
 Pr.: CIE 201, CIE 206
 Teoria pura do comércio internacional e o princípio das vantagens comparativas; o comércio internacional e sua evolução; instrumentos de controle e legislação vigente; índices de comércio exterior e relações de troca.
- CIE 351 - *Economia Internacional II - 2 (2-0) II*
 Pr.: CIE 350
 Natureza e os efeitos das transações econômicas internacionais; mercadorias, serviços e capitais. O Balanço de Pagamentos e sua condição de equilíbrio; as taxas cambiais e o mecanismo de sua determinação.
- CIE 360 - *História do Pensamento Econômico I - 2(2-0) I*
 Pr.:
 O Socialismo como estrutura de um modelo de pensamento econômico; o cooperativismo e sua concepção econômica; o pensamento econômico da igreja católica e as encíclicas; o pensamento Keynesiano - suas relações funcionais básicas; o

comportamento dinâmico e a acumulação do capital. Os modelos de desenvolvimento pos-Keynesianos.

CIE 361 - História do Pensamento Econômico II - 2 (2-0) II

Pr. : CIE 360

Continuação da CIE 360

CIE 380 - Planejamento Econômico I - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 201, CIE 206

Estudo do planejamento com vistas ao desenvolvimento. Características do planejamento e conceitos de planos, programas e projetos.

CIE 400 - Economia Brasileira I - 3 (3-0) I

Pr. : CIE 301

Enfoque do desenvolvimento econômico nacional e seu modelo de crescimento. A interação da agro-indústria e outras relações intersetoriais em uma economia em fase de substituição da população no quadro físico e as experiências recentes em política econômica.

CIE 401 - Economia Brasileira II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 400

Abordagem dos desequilíbrios regionais em seus aspectos históricos e os mecanismos geradores respectivos; a dinâmica do processo inflacionário e as medidas adotadas para sua contenção.

CIE 410 - Estrutura e Análise de Projetos I - 3 (3-0) I

Pr. : CIE 301, CAC 302

Estudo das técnicas de preparação e avaliação de projetos para o setor público e privado. Através do estudo do uso dos fatores; das relações custo/lucro e benefício/custo, são apreciados os vários tipos de programação, seu significado e importância.

CIE 411 - Estrutura e Análise de Projetos II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 410

Os aspectos técnicos dos projetos; as fases de preparação; (estudo de mercado, engenharia, localização, tamanho, financiamento, capacidade de pagamento, etc) para a execução de trabalhos práticos de emergência. (Exequibilidade técnica e econômica).

CIE 420 - Política e Programação Econômica I - 3 (3-0) I

Pr. : CIE 301, CIE 380

Sistema Social. Política econômica.

CIE 421 - Política e Programação Econômica II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 420

Programação Global. Programação econômica

CIE 430 - Desenvolvimento Econômico I - 3 (3-0) I

Pr. : CIE 301, CIE 351

Desenvolvimento. Sub-desenvolvimento. Sistema de indicadores de desenvolvimento econômico. Processo de desenvolvimento econômico.

CIE 431 - Desenvolvimento Econômico II - 3 (3-0) II

Pr. : CIE 430

Desenvolvimento econômico. Planejamento para o desenvolvimento global, setorial, regional e urbano. Planos, programas e projetos.

CIE 440 - Teoria do Investimento I - 3 (3-0) I

Pr. : CAC 302, CIE 380, CAC 251

Base teórica para o cálculo dos investimentos. Instrumental matemático utilizado. Os aspectos econômicos e financeiros dos investimentos. Efeitos da inflação sobre o cálculo dos in-

vestimentos. Métodos de seleção, desenvolvimento e aplicação.

CIE 441 - Teoria do Investimento II - 3 (3-0) II

Pr.: CIE 440

Custo do capital aplicado. Transformações dos custos e receitas em séries uniformes. Taxa de rendimento interna e taxa de mercado. Seleção de investimento pelo cálculo do período de vida econômica mais vantajosa. Comparação entre alternativas. Métodos de financiamento (Francês e Sinking Fund Method). Cálculo das depreciações. Critérios da avaliação de investimentos sociais.

CIE 450 - Sistemas Econômicos Comparados I - 3 (3-0) I

Pr.: CIE 301, CIE 361

Conceituação dos sistemas econômicos. Sistemas individualistas ou capitalista. Sistema coletivista. Sistemas reais: Sistema Brasileiro.

CIE 451 - Sistemas Econômicos Comparados II - 3 (3-0) II

Pr.: CIE 450

Modelos econômicos históricos abrangendo o funcionamento, tendência do crescimento econômico e política econômica.

CIE 460 - Planejamento Econômico II - 3 (3-0) I

Pr.: CIE 380

Complementação da CIE 380.

CIE 461 - Planejamento Econômico III - 3 (3-0) II

Pr.: CIE 460

Estudos mais ampliados de planejamento econômico.

CIE 470 - Economia Agrícola I - 3 (3-0) I

Pr.:

Aplicação da teoria econômica às Empresas agropecuárias.

Estudos da produção e comercialização de produtos agropecuários.

CIE 471 - *Economia Agrícola II - 3 (3-0) II*

Pr. : CIE 470

Complementação da CIE 470

CIE 480 - *Análise de Mercados - 3 (3-0) II*

Pr. : CIE 201

Estrutura e Análise de Projetos. A análise dos mercados e os problemas empresariais. A pesquisa interna e externa. A pesquisa publicitária. As etapas do estudo de mercado e as técnicas de aplicações.

CIE 490 - *Economia Rural II - 3 (3-0) I*

Pr. : FIT 360, PAN 300

Estudo da empresa agropecuária no sentido econômico das atividades agrárias. Funcionamento da empresa agropecuária como unidade econômica e sua participação na comunidade regional e nacional.

CIE 491 - *Economia Rural III - 3 (3-0) II*

Pr. : CIE 490

Complementação da CIE 490

CIE 495 - *Economia e Organização Industrial - 3 (3-0) II*

Pr. : MAT 120

Anexo VIII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXOS AO REGIMENTO GERAL

PLANEJAMENTO CURRICULAR

1975

* Obs.: limite deixará de ser considerado quando as disciplinas pleiteadas forem as últimas para a conclusão do curso.

CICLO PROFISSIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS											
Código	carga horária semanal		Nome da disciplina	Obriga-tórias	Optativas	nº de créditos	nº de horas de atividade	pré-requisito	Có-requisito	TOTAL	
	T	P								créditos	ha. de ativi.
III-201	4	0	Análise Microeconômica I	x		4	60	IC-209 e III-207			
III-202	4	0	Análise Microeconômica II	x		4	60	III-201			
III-203	4	0	Análise Microeconômica III	x		4	60	III-202			
III-204	4	0	Análise Microeconômica I	x		4	60	IC-209 e III-223			
III-205	4	0	Análise Microeconômica II	x		4	60	III-204			
IC-210	4	0	Cálculo II	x		4	60	IC-209			
IC-211	4	0	Cálculo III	x		4	60	IC-210			
IC-212	4	0	Cálculo IV	x		4	60	IC-211			

CURSO DE GRADUAÇÃO
EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

— **Objetivo do Curso:**

- *Formar profissionais em economia*

— **Coordenação Didática do Curso:**

- *É da competência do respectivo Colegiado de Curso*

Obs.: para
conferência

CIÊNCIAS ECONÔMICAS	T O T A L			
	CRÉDITOS		Hs. de Atividades	
	Obrigatórios	Optativos	Obrigatórios	Optativos
1º Ciclo de Estudos	44	6*	660	90
Ciclo Profissional	128 + 12 (Estágio) 140	4	2.100	60

* - O estudante que obtiver os créditos de disciplinas optativas do 1º Ciclo em disciplinas obrigatórias do Ciclo Profissional, obriga-se a completar o número de créditos exigidos neste Ciclo com disciplinas optativas de seu próprio.

IH-123	4	0	Contabilidade Geral II	x			4	60	IH-122			
IH-207	4	0	Contabilidade Nacional	x			4	60	IH-222			
IH-208	4	0	Desenvolvimento Econômico I	x			4	60	IH-202 e IH-223			
IH-211	4	0	Economia Brasileira I	x			4	60	IH-204 e IH-224			
IH-213	4	0	Economia Internacional I	x			4	60	IC-217			
IH-215	4	0	Econometria I	x			4	60	IH-205			
IH-217	4	0	Elaboração e Análise de Projetos I	x			4	60	IH-217			
IH-218	4	0	Elaboração e Análise de Projetos II	x			4	60	IH-207			
IH-405	4	0	Estados dos Problemas Brasileiros	x			4	60	IH-410			
IH-219	4	0	Finanças Públicas	x			4	60	IC-227			
IH-407	4	0	Formação Econômica e Administrativa do Brasil	x			4	60	IH-223			
IC-217	2	2	Estatística Aplicada à Economia	-			-	-	IH-222			
IH-410	4	0	História Econômica Geral	x			4	60	IH-427			
IH-220	4	0	História do Pensamento Econômico I	x			4	60	IH-201			
IH-411	4	0	Instituições de Direito Público e Privado	x			4	60	IH-224			
IH-223	4	0	Introdução à Economia II	x			4	60	IC-209			
IH-428	4	0	Metodologia em Ciências Sociais	x			4	60	IH-219			
IH-224	4	0	Moedas e Bancos I	x			4	60	IH-202 e IH-220			
IH-225	4	0	Moedas e Bancos II	x			4	60	IC-226			
IH-134	4	0	Pesquisa Operacional I	x			4	60				
IH-226	4	0	Planejamento Econômico	x			4	60				
IH-227	4	0	Política e Programação Econômica	x			4	60				
IH-229	4	0	Sistemas Econômicos Comparados	x			4	60				
IC-227	2	2	Probabilidade e Estatística II	x			4	60				
			(escolher disciplina(s) optativas, dentre as listadas abaixo).	x			4	60				
IH-206	4	0	Análise Microeconômica III	x			4	60	IH-205			
IH-209	4	0	Desenvolvimento Econômico II	x			4	60	IH-208			
IH-210	4	0	Economia Agrária	x			4	60	IH-211			
IH-212	4	0	Economia Brasileira II	x			4	60	IH-213			
IH-214	4	0	Economia Internacional II	x			4	60	IH-215			
IH-216	4	0	Econometria II	x			4	60	IH-220			
IH-221	4	0	História do Pensamento Econômico II	x			4	60	IH-134			
IH-429	4	0	Métodos e Técnicas de Pesquisa	x			4	60	IH-413			
IH-135	4	0	Pesquisa Operacional II	x			4	60	IH-202			
IH-433	4	0	Sociologia das Sociedades Agrárias	x			4	60	IH-145			
IH-230	4	0	Teoria do Investimento	x			4	60				
IH-145	4	0	Técnica de Processamento de Dados I	x			4	60				
IH-146	4	0	Técnica de Processamento de Dados II	x			4	60				
IH-228	4	0	Seminários sobre Teoria Econômica	x			4	60				
-	0	12	* (Estágio Supervisionado em órgão público ou empresa privada).	x			12	180				

* Obs.: — O estágio será realizado no final do curso - duração 180 horas
 — A realização do estágio com aproveitamento, confere ao aluno 12 créditos
 — O estágio é considerado a parte prática do curso.

Anexo IX

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (DCE)

Curso de CIÊNCIAS ECONÔMICAS da U.F.R.R.J.

CHEFE DO DEPARTAMENTO

- PROFESSOR SIDINEI RAMOS

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO

- PROFESSORA LÉILA ANDRADE METELLO

Antiga Estrada Rio-São Paulo, Km 47

Seropédica - Itaguaí, RJ

CEP 23460 - Tel.: 782-1240 - Ramal: 336

DURAÇÃO DO CURSO				MATRÍCULA	
Tempo (ano)		Horas de Atividades Semanais			
Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Máximo	
3,5	5	7	12*	32	
*Este limite deixará de ser considerado quando as disciplinas pleiteadas forem as últimas necessárias à conclusão do curso.					
De acordo com o planejamento curricular sugerido pela Coordenação do Curso, temos o seguinte fluxograma em prática:					
DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLANO POR PERÍODO LETIVO					
OB = disciplinas obrigatórias					
OP = disciplinas optativas					
Cod./C. Horária	Disciplinas	OB/OP	Pré-Requisito		
1º Período					
IH 438 (4-0)	Introdução às Ciências Sociais	OB	-	IH 410 (4-0)	História Econômica Geral
IH 413 (4-0)	Introdução à Sociologia	OB	-	IH 220 (4-0)	História do Pensamento Econômico I
IH 222 (4-0)	Introdução à Economia I	OB	-	IH 207 (4-0)	Contabilidade Nacional
IH 149 (4-0)	Contabilidade Básica	OB	-	IH 130 (4-0)	Matemática Financeira
IC 251 (4-0)	Matemática I	OB	-	IC 276 (4-0)	Matemática para Economia
IH 411 (4-0)	Instituições de Direito Público e Privado	OB	-	IC 282 (4-0)	Estatística para Economia
IE 109 (0-2)	Educação Física	OB	-	2º Período	
2º Período					
IH 412 (4-0)	Introdução à Ciência Política	OB	-	IH 231 (4-0)	Economia Brasileira Contemporânea
IH 422 (4-0)	Língua Inglesa ou	OB	-	IH 210 (4-0)	Economia Agrária
IH 420 (4-0)	Língua Francesa	OB	-	IH 201 (4-0)	Análise Macroeconômica I
IH 223 (4-0)	Introdução à Economia II	OB	IH 222	IH 441 (4-0)	Metodologia da Análise Econômica
IH 128 (4-0)	Estrutura e Análise de Balanços	OB	IH 149 ou IH 122	IH 204 (4-0)	Análise Microeconômica I
IC 252 (4-0)	Matemática II	OB	IC 251	IH 216 (4-0)	Econometria II
IC 280 (4-0)	Estatística Básica	OB	IC 250 ou IC 251	IH 103 (4-0)	Administração Financeira e Orçamento II

1º Período			
IH 410 (4-0)	História Econômica Geral	OB	-
IH 220 (4-0)	História do Pensamento Econômico I	OB	IH 223
IH 207 (4-0)	Contabilidade Nacional	OB	IH 222
IH 130 (4-0)	Matemática Financeira	OB	-
IC 276 (4-0)	Matemática para Economia	OB	IC 252
IC 282 (4-0)	Estatística para Economia	OB	IC 280
2º Período			
IH 407 (4-0)	Formação Econômica e Administrativa do Brasil	OB	IH 410
IH 221 (4-0)	História do Pensamento Econômico II	OB	IH 220
IH 219 (4-0)	Finanças Públicas	OB	IH 207
IH 244 (4-0)	Teoria das Decisões Financeiras	OB	IH 130
IH 440 (4-0)	Práticas de Produção de Textos Científicos	OB	-
IH 215 (4-0)	Econometria I	OB	IC 282
IH 140 (4-0)	Teoria e Contabilidade de Custos	OP	IH 222
IH 102 (4-0)	Administração Financeira e Orçamento I	OP	IH 130
IH 432 (4-0)	Sociologia das Sociedades Agrárias	OP	-
IH 443 (4-0)	Antropologia Econômica	OP	-
IH 238 (4-0)	Economia Regional e Urbana	OP	IH 223
3º Período			
IH 231 (4-0)	Economia Brasileira Contemporânea	OB	IH 223
IH 210 (4-0)	Economia Agrária	OB	-
IH 201 (4-0)	Análise Macroeconômica I	OB	IH 207
IH 441 (4-0)	Metodologia da Análise Econômica	OB	-
IH 204 (4-0)	Análise Microeconômica I	OB	IC 251 e IH 223
IH 216 (4-0)	Econometria II	OB	IH 215
IH 103 (4-0)	Administração Financeira e Orçamento II	OP	IH 102

		8º Período	
IH 132 (4-0)	Orçamento de Empresa	OP	IH 149 ou IH 122
IH 444 (4-0)	Estado e Agricultura	OP	IH 432
IH 101 (2-0)	Administração de Empresa Agrícola	OP	-
IH 228 (4-0)	Seminários sobre Teoria Econômica	OP	IH 221
IH 239 (4-0)	Economia Industrial	OP	IH 223
6º Período			
IH 232 (4-0)	Tópicos Especiais em Economia Brasileira	OB	IH 231
IH 229 (4-0)	Sistemas Econômicos Comparados	OB	IH 221
IH 202 (4-0)	Análise Macroeconômica II	OB	IH 201
IH 233 (4-0)	Elaboração e Análise de Projetos	OB	IH 204
IH 205 (4-0)	Análise Microeconômica II	OB	IH 204
IH 442 (4-0)	Técnicas de Pesquisa em Economia	OB	IH 441
IH 405 (2-0)	Estudo de Problemas Brasileiros I	OB	-
IH 131 (4-0)	Mercado Financeiro	OP	IH 102
IH 406 (4-0)	Extensão Rural	OP	-
IH 403 (2-0)	Direito Agrário e Legislação	OP	-
IH 240 (4-0)	Economia Política	OP	IH 223
7º Período			
IH 234 (4-0)	Economia Internacional	OB	IH 201
IH 235 (4-0)	Moeda e Bancos	OB	IH 201
IH 203 (4-0)	Análise Macroeconômica III	OB	IH 202
IH 236 (4-0)	Política e Planejamento Econômico	OB	IH 219
IH 206 (4-0)	Análise Microeconômica III	OB	IH 205
IH 237 (4-0)	Desenvolvimento Econômico	OB	IH 201
IH 435 (2-0)	Estudo de Problemas Brasileiros II	OB	-
IH 241 (4-0)	Análise de Custo/Benefício	OP	IH 233
IH 242 (4-0)	Tópicos Especiais em Economia Agrária	OP	IH 210
IH 243 (4-0)	Economia da Energia	OP	IH 201

IH 260 (0-12) Estágio Supervisionado Obrigatório para Economistas
IH 270 (16-0) Monografia para Economistas

DISCIPLINAS OPTATIVAS - Fazer no mínimo 12 créditos, numa determinada área..... 180 horas

A. ÁREA DE TEORIA ECONÔMICA

1. Antropologia Econômica
2. Economia Industrial
3. Economia Política
4. Economia Regional e Urbana
5. Seminários sobre Teoria Econômica
6. Economia da Energia

B. ÁREA AGRÁRIA

1. Tópicos Especiais em Economia Agrária
2. Sociologia das Sociedades Agrárias
3. Direito Agrário e Legislação
4. Extensão Rural
5. Administração de Empresa Agrícola
6. Estado e Agricultura

C. ÁREA FINANCEIRA

1. Teoria e Contabilidade de Custos
2. Mercado Financeiro
3. Administração Financeira e Orçamento I
4. Administração Financeira e Orçamento II
5. Orçamento de Empresa
6. Análise de Custo/Benefício

II - 100 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS

CHEFE: Norma Sueli Martins

SUB-CHEFE: Ana Luíza Barbosa da Costa Veiga

CORPO DOCENTE:

Ademair Silva Moreira - Bacharel em Administração/UFRJ, 1976.

Ana Luíza Barbosa da Costa Veiga - Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis/UFRJ, 1976 e FGV, 1978 - Cursando Mestrado de Empresas/PUC-RJ.

Arthur Thadeu - Bacharel em Administração de Empresas/F.U. Política e Econômica-RJ, 1971.

Aureo Lopes Gonçalves - Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas/Faculdade Moraes Júnior, 1975 e 1979.

Célio José de Figueiredo - Bacharel em Administração/UFRJ, 1977 - Especializado em Administração de Recursos Humanos/SOMLEY, 1981.

Dayse Pereira Cardoso de Souza - Bacharel em Ciências Contábeis/UFRJ, 1975.

Ednaldo Fernandes - Bacharel em Ciências Contábeis/Faculdade Moraes Júnior, 1972.

Fernando Freire Bloise - Bacharel em Ciências Econômicas/UFRJ, 1973.

Guaracy Salles de Oliveira - Bacharel em Direito e em Administração de Empresas/PUC-RJ, 1962 e CFTA, 1969 - Livre Docente em Administração/UFRJ.

Helôiza Maria Rigueira de Farias - Bacharel em Administração de Empresas/Faculdade Cândido Mendes, 1971.

Henrique Boschi - Bacharel em Ciências Econômicas e em Direito/UFRJ, 1959 - Livre Docente em Administração/UFRJ.

Hugo Guimarães - Bacharel em Ciências Contábeis/UFRJ, 1969.

Luiz Carlos Campos Leal - Bacharel em Ciências Estatísticas/ENCE, 1966 - Cursando Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/COPPE-UFRJ.

José Carlos Moreira de Araújo - Bacharel em Administração de Empresas/Faculdade Cândido Mendes, 1977.

Maria Maronci Monte Braz - Bacharel em Administração de Empresas/EAD do Ceará, 1974.

Marcelo Sobreiro - Bacharel em Administração/UFRJ, 1976 - Especializado em Administração Universitária/USU, 1980.

Marcos Antônio da Silva Batista - Bacharel em Administração/UFRJ, 1979.

Norberto da Costa Pinto - Engenheiro Agrônomo/UFRJ, 1961.

Norma Sueli Martins - Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração/UFRJ, 1977 e 1979.

Sergio Pereira da Silva - Bacharel em Administração de Empresas e em Ciências Jurídicas e Sociais/Universidade do Brasil, 1959.

Tânia Regina Frota Vasconcellos Dias - Bacharel em Administração/UFRJ, 1976.

Vera Lucia Martins dos Santos - Bacharel em Administração/UFRJ, 1974.

Vilma Rita Lopes - Bacharel em Ciências Contábeis e em Ciências Econômicas/Univ. Cama Filha - 1975.

Anexo X

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO DE REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

Comissão de Reforma do Currículo
Eduardo Scaletsky
Adriana Vassallo Martins
Paulo Roberto

VERSÃO PRELIMINAR DE REFORMA DO CURRÍCULO PARA OS
PROFESSORES E ALUNOS (DA)

ANDAMENTO:

1. 20/08/2002 - para Comissão em 20/08/2002 (10 dias – Até 29/08/2002)
2. 29/08/2002 - para avaliação pelos professores e alunos Prazo 20 dias
3. 18/09/2002 – para os membros do colegiado e para os demais departamentos com as sugestões de alteração
4. Aprovação pelo Colegiado e encaminhamento aos órgãos superiores
5. Início da implantação: 1º./2003

AGO-2002

ÍNDICE

Introdução	3
Os motivos e a essência da proposta	3
As mudanças.....	6
I – Propõe alteração nas seguintes disciplinas oferecidas pelo DLCS.....	6
II – Propõe alteração nas seguintes disciplinas oferecidas pelo DCAC	7
III – Extingue/Cria/Altera as seguintes disciplinas oferecidas pelo DCE.....	7
IV – Cria disciplinas optativas	13
V Grade e pré-requisitos	16
VI Organograma com a proposta	17
A proposta e as novas diretrizes	18
Estudo de Impactos da Reforma Curricular.....	20

INTRODUÇÃO

A proposta de currículo de graduação obedece aos marcos definidos pela Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação, que introduziu a flexibilidade para que cada Escola, a partir dos parâmetros então estabelecidos, construísse sua grade curricular com as ênfases consideradas adequadas ao perfil da Instituição e da região onde se insere.

Decorridas quase duas décadas desde sua implantação, tornou-se evidente a necessidade de aperfeiçoar o processo de ensino de economia, adaptando o curso às mudanças ocorridas na teoria econômica e na própria economia nacional e internacional.

A proposta visa mudar a estrutura curricular, mantendo o princípio básico da orientação pluralista, teoricamente diversificada e multidisciplinar.

Em termos gerais, na nova proposta são mantidos o número total de créditos necessários para conclusão do curso de economia, ou seja, 2.700 horas, sendo 2220 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas optativas e 240 horas (16 créditos.) para o trabalho de conclusão do curso (monografia).

Além disso, convém ressaltar, as alterações em curso estão pensadas de forma a adaptar o curso às propostas de novas diretrizes que estão em curso. Assim, já contemplam muitas das sugestões apresentadas pelo Conselho de Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação, Parecer CES/CNE 0146/2002, aprovado em 03/04/2002. Nem todas as mudanças estão presentes, até porque ainda não houve a revogação da atual regulamentação.

OS MOTIVOS E A ESSÊNCIA DA PROPOSTA

Em termos bastante resumidos, foram 3 os motivos que nos levaram a propor essas alterações:

- 1º. Fazer com que o aluno tenha contato com as matérias próprias ao curso de economia nos primeiros semestres do curso. Hoje isso só ocorre no 4º. semestre, retardando a formação básica do profissional de economia;
- 2º. A grade curricular, mais do que o conteúdo ministrado, se encontra desatualizada em relação às exigências que estão sendo feitas pelo MEC e pela vida profissional. Por um lado, a atual disposição das disciplinas na grade curricular está fazendo com que os alunos prestem o exame do MEC – PROVÃO – sem terem cursado importantes disciplinas do curso. Por outro lado, disciplinas fundamentais, como Análise Microeconômica III, Macroeconômica III, Economia Internacional, Moedas e Bancos, entre outras, são cursadas com o aluno já estagiando ou preocupado com concursos para a pós-graduação ou para o ingresso no mercado de trabalho;
- 3º. Nos encontramos extremamente debilitados no corpo docente, com um reduzido número de professores efetivos. Hoje, para se ter uma idéia, a carga horária média em atividades de lecionação na graduação é de 3,2 disciplinas diferentes por professor. Isso sem falar no crescimento geométrico do número de alunos. Dessa forma, com a reforma curricular poderemos concentrar os recursos existente em termos de oferta no tronco principal do curso, como se costuma chamá-las, ganhando em eficiência e eficácia.

Como poderá ser observado na proposta, a principal alteração está na disposição das disciplinas na grade de oferta. O epicentro do curso se encontra nos quinto, sexto e sétimo semestre, dos oito semestres previstos para conclusão. Com isso, o aluno somente ingressava nas disciplinas de teoria econômica e de economia brasileira ao se aproximar do final do curso. Nessa fase, como é usual, o aluno já está envolvido com estágios profissionais e preocupado com a elaboração da monografia final, com os concursos para pós-graduação. Como se diz coloquialmente, *está com os olhos voltados para fora*. No diagrama abaixo estão alguns exemplos, onde se verifica a ordem de ingresso de disciplinas essenciais à formação do economista.

Grade Atual

Disciplinas Tronco	Semestre de Ingresso	Semestre de conclusão
Teoria Econômica – Macroeconomia	5º	7º
Teoria Econômica – Microeconomia	5º	7º
Economia Brasileira	5º	7º

Na grade atual, os semestres anteriores estão reservados às disciplinas auxiliares como as de matemática e estatística e às disciplinas de formação geral históricas e sociológicas.

Pelos motivos já apontados e após estudarmos as grades curriculares das principais universidades do país, concluímos que era indispensável **deslocar o epicentro do curso para o terceiro, quarto e quinto semestres**. Assim, a idéia é iniciarmos o segundo semestre com disciplinas do tronco do curso.

Grade Proposta

Disciplinas Tronco	Semestre de Ingresso	Semestre de conclusão
Teoria Econômica – Macroeconomia	3º	6º
Teoria Econômica – Microeconomia	2º	4º
Economia Brasileira	4º	6º

Essas disciplinas serão ministradas em paralelo as disciplinas auxiliares e de formação histórica e sociológicas. Disciplinas que exigem algum conhecimento teórico prévio, como as de economia brasileira, economia internacional, economia do setor público foram alocados mais para o final do curso. Com isso, certamente estaremos agregando conhecimentos prévios que acabam por qualificar o estudo aplicado.

Além dessas mudanças, em várias disciplinas foi necessário mudarmos as ementas, atualizando seus conteúdos ao estado das artes. As alterações são, em parte, fruto do retorno de vários professores dos cursos de pós-graduação em nível de doutorado e também aos estudos das provas de seleção para os mestrados, concursos e dos exames de avaliação do MEC - provão.

Por fim, como pode ser observado na proposta, foram eliminados alguns anacronismos – disciplinas obrigatórias que pouco ou nada têm a ver com o curso de economia –, cedendo espaço para ampliação da carga em disciplinas mais importantes à formação do economista, tais como as do tronco teórico e de economia brasileira. A seguir sintetizamos as alterações.

AS MUDANÇAS

I – Propõe alteração nas seguintes disciplinas oferecidas pelo DLCS

a) Transforma em optativas as seguintes disciplinas:

IH 420/422 Língua Estrangeira (oferecidas pelo DLCS)

IH 128. Estrutura e Análise de Balanço (oferecida pelo DCAC)

b) Extingue: IH 438 - Introdução às Ciências Sociais

c) Cria : **SOCIOLOGIA APLICADA**

Pré-requisito: IH 413 Introdução à Sociologia

Equivalência: IH 438 – Introdução às Ciências Sociais

Ementa:

Tópicos especiais em sociologia: sociologia do desenvolvimento sócio-econômico; sociologia do trabalho; sociologia da empresa.

d) Altera a ementa da disciplina: **IH 410 – HISTÓRIA ECONÔMICA**

GERAL, que passa a ter a seguinte redação:

Ementa:

A transição do feudalismo ao capitalismo. Mercantilismo. Estados nacionais. Acumulação primitiva de capital. Colonialismo. Revolução Industrial. Capitalismo monopolista. Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. A economia do pós-guerra.

e) Extingue a disciplina IH 407 – Formação Econômica e Administrativa do Brasil e,

f) Cria **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL**

Pré-requisito: IH 410 História Econômica-Geral

Equivalência: IH 407 – Formação Econômica e Administrativa do Brasil

Ementa:

Brasil: antigo Sistema Colonial. A crise econômica da primeira metade do século XIX. A economia cafeeira escravista e a transição ao trabalho livre. A economia brasileira na República Velha: O Encilhamento. Crise da economia cafeeira. Políticas de defesa do café. As controvérsias sobre a origem da industrialização brasileira. Crise de 1929. Os anos 1930. Estado Novo.

II – Propõe alteração nas seguintes disciplinas oferecidas pelo DCAC

g) Extingue a disciplina IH 149 – Contabilidade Básica e,

h) Cria **CONTABILIDADE BÁSICA E ANÁLISE DE BALANÇO**

Pré-requisito: -

Equivalência: IH 149 – Contabilidade Básica

Ementa:

Noções de contabilidade. Noções de estrutura e análise de balanços. Indicadores de desempenho empresarial.

III – Extingue/Cria/Altera as seguintes disciplinas oferecidas pelo DCE

i) Extingue: IH 223 Introdução à Economia II.

Todas as disciplinas que tinham essa disciplina como pré-requisito, passam a ter como pré-requisito: IH 222 Introdução à Economia I.

j) **Altera ementa IH 222 INTRODUÇÃO À ECONOMIA**

Pré-requisito: -

Ementa:

Introdução às questões econômicas – dados e conceitos que retratem alguns problemas estruturais brasileiros. Riqueza e valor nas principais correntes do pensamento econômico. Principais controvérsias econômicas contemporâneas – Brasil e Mundo. Apresentação do curso, dos professores e de suas pesquisas. Introdução à filosofia econômica.

k) **Altera ementa IH 204 ANÁLISE MICROECONÔMICA I**

Pré-requisito: IH 222 – Introdução à Economia I
IC 251 – Matemática I

Ementa:

Metodologia da análise microeconômica - conceito de racionalidade econômica; equilíbrio; estática comparativa; equilíbrio parcial. Teoria de Consumidor. Teoria da Firma. Teoria do Custo. Mercado de Concorrência Perfeita – equilíbrio de curto e longo prazo.

l) **Altera ementa IH 205 ANÁLISE MICROECONÔMICA II**

Pré-requisito: IH 204 – Análise Microeconômica I
IC 252 – Matemática II

Ementa:

Introdução à Teoria da Firma. Teoria do Preço sob monopólio. Teoria do Preço sob a Concorrência Monopolística. Teoria do Preço nos Mercados de Oligopólio – modelos. Teoria dos Jogos.

m) **Altera ementa IH 206 ANÁLISE MICROECONÔMICA III**

Pré-requisito: IH 205 – Análise Microeconômica II

Ementa:

O problema do equilíbrio econômico geral. Análise do Equilíbrio Geral. Economia do Bem-Estar. Externalidades. Bens Públicos. Economia Institucional e do Custo de Transação.

n) **Extingue a disciplina IH 207 Contabilidade Nacional e,**

o) **Cria CONTABILIDADE SOCIAL E CONTAS NACIONAIS**

Pré-requisito: IH 201 – Análise Macroeconômica I

Equivalência: IH 207 Contabilidade Nacional

Ementa:

Mensuração dos agregados macroeconômicos e identidades contábeis. Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Deflator Implícito da renda. Modelo de insumo-produto. Aplicações do modelo de insumo-produto. Números Índice. Balanço de Pagamentos. Indicadores humanos e sociais. Medição do desemprego. Comparações internacionais.

p) Extingue a disciplina IH 210 Finanças Públicas e,

q) Cria **ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**

Pré-requisito: IH 231 -Economia Brasileira Contemporânea
Contabilidade Social e Contas Nacionais

Equivalência: IH 219 Finanças Públicas

Ementa:

Orçamento Público. Conceitos de déficit público. Orçamento equilibrado e keynesianismo. Déficit orçamentário e dívida pública. Curva de Lafer. Equivalência ricardiana. Liberalismo. Regulacionistas. Institucionalistas e concepções "contemporâneas" sobre a participação do Estado na economia.

r) Altera ementa IH 201 **ANÁLISE MACROECONÔMICA I**

Pré-requisito: IH 220 – História do Pensamento Econômico I

Ementa:

Introdução a mensuração das variáveis macroeconômicas. Teoria Clássica e a crítica keynesiana. Modelo Keynesiano simples. Síntese Neoclássica – modelo IS-LM de uma economia fechada. Políticas fiscal e monetária. Efeito Deslocamento. Caso Clássico e da Preferência pela Liquidez.

s) Altera ementa IH 202 **ANÁLISE MACROECONÔMICA II**

Pré-requisito: IH 201 – Análise Macroeconômica I

Ementa:

Determinação da renda: modelo aberto sob diferentes regimes de taxas de câmbio – fixa e flutuantes. Modelo de Mundell-Fleming. Oferta e Demanda agregadas. Salários, Preços e Emprego. Inflação e Desemprego – Curva de Phillips e versões. Ajuste no Balanço de Pagamentos sob diferentes regimes cambiais e preços flexíveis.

t) Altera ementa IH 203 **ANÁLISE MACROECONÔMICA III**

Pré-requisito: IH 202 – Análise Microeconômica II

Ementa:

Controvérsias da teoria macroeconômica contemporânea: síntese neoclássica, monetarismo, novo clássico, novo keynesiano e pós-keynesiano. Consumo, Investimento e Poupança. Déficit Orçamentários. Teorias da inflação e planos

de estabilização. Demanda Efetiva em Kaleki. Introdução à macroeconomia em economias retardatárias.

u) Extingue a disciplina IH 233 -Elaboração e Análise de Projetos e.

v) Cria **MACRODINÂMICA**

Pré-requisito: IH 202 Análise Macroeconômica II

Equivalência: IH 233.Elaboração e Análise de Projetos

Ementa:

Teorias do crescimento -Harrod-Domar, Solow, Kaldor, Pazzinetti. Crescimento e Distribuição. Teorias contemporâneas do crescimento econômico.

w) Extingue a disciplina IH 235 Moedas e Bancos e.

x) Cria **ECONOMIA E TEORIA MONETÁRIA I**

Pré-requisito: IH 202 – Análise Macroeconômica II

Equivalência: IH 235 – Moedas e Bancos

Ementa:

Conceitos e funções da moeda. Agregados monetários. Instrumentos de políticas monetárias. Banco Central e sistema financeiro no Brasil. Versões da Teoria Quantitativa da Moeda – neutralidade da moeda. Mecanismo cumulativo de Wicksell. Economia monetária da produção. Preferência pela liquidez em Keynes e a escolha de ativos. Modelos neoclássicos, keynesianos e monetaristas de demanda por moeda. Introdução às teorias da política monetária.

y) **Altera ementa IH 220 HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I**

Pré-requisito: IH 222 – Introdução à Economia I

Ementa:

As teorias mercantilistas. A Fisiocracia. A escola clássica inglesa: Smith, Ricardo e Mill. A contribuição de J. B. Say. As críticas ao liberalismo de Sismondi e Malthus. Marx e a crítica aos clássicos. A escola marxista.

z) **Altera ementa IH 221 HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II**

Pré-requisito: IH 220 – História do Pensamento Econômico II

Ementa:

A Revolução Marginalista e a Escola Neoclássica: as contribuições de Jevons, Menger, Walras e Marshall. A contribuição de Schumpeter. Concorrência imperfeita: J. Robinson, Sraffa. Introdução às controvérsias entre as diferentes escolas do pensamento econômico keynesiano, monetarista, novo clássico, novos keynesiano, pós-keynesianos, neo-schumpeterianos.

aa) Altera ementa IH 231 ECONOMIA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA I

Pré-requisito: – Formação Econômica do Brasil

Ementa:

A crise da economia cafeeira. O modelo de substituição de importações. Economia brasileira na II Guerra Mundial. Desenvolvimentismo e os planos de desenvolvimento econômico nos anos 1950 e 60. A crise dos anos 60 e os planos de estabilização pós-golpe militar. PND. Milagre econômico e primeiro choque do petróleo.

bb) Extingue IH 236 Pesquisa e Planejamento Econômico e,

cc) Cria ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA II

Pré-requisito: Economia Brasileira Contemporânea (IH 231)

Equivalência: IH 236 Pesquisa e Planejamento Econômico

Ementa:

Auge e crise da economia brasileira na segunda metade dos anos 1970. As crises do petróleo e dos juros. Estrangulamento externo, endividamento interno/externo. Explosão inflacionária nas décadas de 1980 e 1990. Teorias e diagnósticos da inflação brasileira. Planos de estabilização econômicos – Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Real.

dd) Altera ementa IH 232 TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA
BRASILEIRA

Pré-requisito: – Economia Brasileira Contemporânea II

Ementa:

O Plano Real e seus desdobramentos. A crise do modelo de substituição de importações. A reforma do Estado nos anos 1990. O neoliberalismo e a integração de mercados. Reestruturação produtiva. Emprego/desemprego. Acompanhamento da conjuntura econômica através dos agregados macroeconômicos: produto e emprego; dívida interna/externa; déficit público, balanço de pagamentos. Política econômica. Integração do Brasil nos novos rumos do capitalismo mundial.

ee) Altera ementa IH 237 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

Pré-requisito: – Economia Brasileira Contemporânea II

Ementa:

Teorias do desenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. O pensamento latino-americano. As discussões sobre a dependência e desenvolvimento. Capitalismo retardatário. Controvérsias contemporâneas.

ff) Altera ementa IH 234 ECONOMIA INTERNACIONAL

Pré-requisito: – IH 202 Análise Macroeconômica II

Ementa:

Teoria clássica das vantagens comparativas; teorias neoclássicas. Heckscher-Ohlin. modernas teorias de comércio internacional. integração econômica regional e internacional. movimento internacional de capitais. Sistema Financeiro Internacional. Organismos Internacionais de cooperação.

gg) Cria SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO EM ECONOMIA

Pré-requisito: IH 234 Economia Internacional
Macrodinâmica

IH 206 Análise Microeconômica III

IH 232 Tópicos Espec. em Economia Brasileira

Equivalência: -

Ementa:

Painéis com apresentação de pesquisas do corpo docente do departamento. Participação em Pesquisas (do Departamento ou em outros departamentos ou institutos de pesquisa). Seminários sobre diferentes temas em Teoria Econômica, Economia Brasileira, Economia Internacional e Pensamento

Econômico. Exame de Qualificação para elaboração da Monografia.

hh) Cria **SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA**

Pré-requisito: Seminário de Qualificação em Economia

Equivalência: -

Ementa:

Painéis com apresentação dos projetos de monografia. Seminários temáticos para o debate do andamento das pesquisas com vista a conclusão das monografias. Acompanhamento do trabalho monográfico pelo conjunto do corpo docente.

IV – Cria disciplinas optativas

TEORIA DOS JOGOS E DAS ORGANIZAÇÕES

Pré-requisito: IH 205

Teoria dos jogos. Teorias neoclássicas críticas à ortodoxia neoclássica.

ECONOMIA DE EMPRESAS

Pré-requisito: IH 205

O papel da empresa. Teorias de economia e sociologia da empresa.

Características das empresas. Cultura de empresa.

TÓPICOS AVANÇADOS EM ECONOMIA E TEORIA MONETÁRIA

Pré-requisito: IH 235

Tópicos avançados em economia monetária com ênfase nas controvérsias entre as diferentes teorias monetárias

TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Pré-requisito: IH 219

Tópicos avançados em economia do setor público. O caso brasileiro recente. Privatizações: as experiências internacionais.

ESTADO E ECONOMIA

Pré-requisito: IH 221 e IH 202

Debate histórico e teórico sobre a participação do Estado na economia.

Institucionalistas, regulacionistas. Liberalismo.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA INTERNACIONAL

Pré-requisito: IH 234

Tópicos avançados em teoria do comércio internacional. As escalas internacionais e regionais. As Instituições Internacionais. Sistema

Financeiro Internacional. Globalização. Liberalismo. A integração dos mercados. As experiências internacionais de integração e unificação.

ECONOMIA POLÍTICA

Pré-requisito: IH 220

O socialismo utópico" e as análises marxistas. A Escola Histórica Alemã. O Institucionalismo. Mercadoria e moeda. Transformação do dinheiro em capital. Produção de mais valia absoluta e relativa. Salário e acumulação. Os ciclos do capital. Produção, circulação e rotação do capital. Da Economia Política à Teoria Econômica. Demanda efetiva e crescimento em Kaleki

TÓPICOS AVANÇADOS EM ECONOMIA MARXISTA

Pré-requisito: IH 220

As teorias marxistas do dinheiro, do crédito e do processo inflacionário, do crescimento e dos ciclos econômicos, das crises e da renda da terra; a análise marxista do processo de produção, concorrência, monopólio e diferenciais de renda, do Estado e das políticas monetária e fiscal; Marx e o socialismo; as teorias marxistas do comércio internacional e do imperialismo.

TÓPICOS AVANÇADOS EM ECONOMIA NEOCLÁSSICA

Pré-requisito: IH 221

Equilíbrio Geral. Teoria dos Jogos. Controvérsias contemporâneas.

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E LATINOAMERICANO CONTEMPORÂNEO

Pré-requisito: IH 221

Controvérsias sobre o desenvolvimento econômico e social latino-americano e brasileiro. Críticas aos teorias cepalinas. Autonomia e dependência.

LABORATÓRIO DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Pré-requisito: -

Acompanhamento dos principais agregados macroeconômicos da economia brasileira e mundial. O debate e a análise. Métodos para análise de conjuntura.

IH 2... SEMINÁRIOS DE ECONOMIA BRASILEIRA

Pré-requisito: -

Ciclo de palestras com diferentes visões sobre a economia brasileira conjuntural ou histórica.

IH 2... TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DO TRABALHO

Pré-requisito: IH 220

Ementa:

Emprego e desemprego. Números índices. Metodologias para mensuração de preços, emprego e desemprego, renda, produtividade e outros. Controvérsias sobre o custo do trabalho no Brasil. Temas conjunturais em debate.

IH 2... AGRONEGÓCIOS

Pré-requisito: IH 210

Ementa:

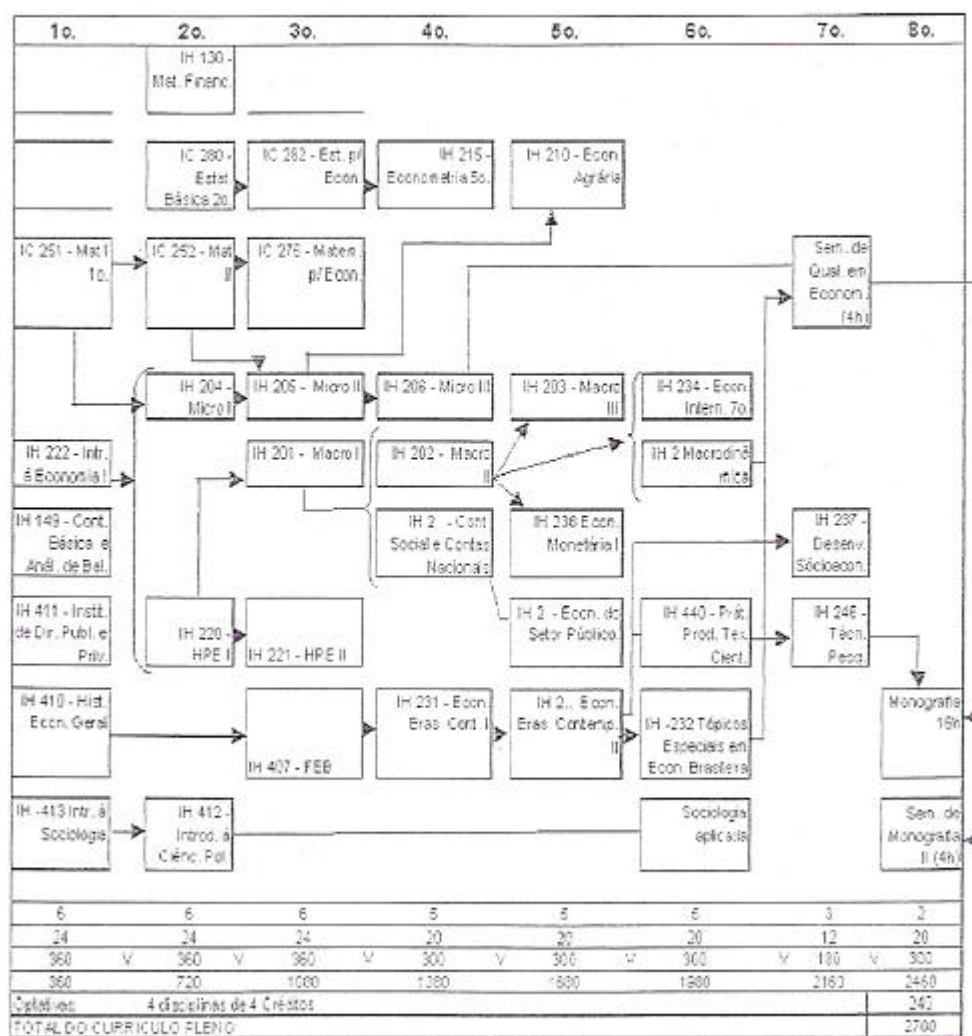
Além destas disciplinas, deverá ser estudado com outros departamentos, especialmente os de Administração e Contabilidade (DCAC), DLCS, Matemática e com o CPDA disciplinas que poderão somar na formação do aluno de economia.

A seguir apresentamos a grade proposta e o organograma com a sequência das disciplinas.

V Grade e pré-requisitos

Período	Cód	Disciplinas	Créditos Acum.		Pré	Pré
1o.	IC 251	Matemática I	4			
	IH 1	Contabilidade Básica e Anal. de Balanço.	4			
	IH 222	Introdução à Economia	4			
	IH 411	Instituição de Direito Público e Privado	4			
	IH 413	Introdução à Sociologia	4			
	IH 410	História Econômica Geral	4	24		
2o.	IC 252	Matemática II	4		IC 251	
	IC 280	Estatística Básica	4			
	IH 130	Matemática Financeira	4			
	IH 204	Análise Microeconômica I	4		IH 222 IC 251	
	IH 412	Introdução à Ciência Política	4		IH 413	
	IH 220	História do Pensamento Econômico I	4	24	IH 222	
3o.	IC 276	Matemática para a Economia	4		IC 252	
	IC 282	Estatística para a Economia	4		IC 280	
	IH 201	Análise Macroeconômica I	4		IH 222	
	IH 205	Análise Microeconômica II	4		IH 204 IC 252	
	IH 221	História do Pensamento Econômico II	4		IH 220	
	IH 4	Formação Econômica do Brasil	4	24	IH 410	
4o.	IH 215	Econometria I	4		IC 282	
	IH 206	Análise Microeconômica III	4		IH 205	
	IH 202	Análise Macroeconômica II	4		IH 201	
	IH 231	Economia Brasileira Contemporânea I	4		IH 407	
	IH 2	Contabilidade Social e Contas Nacionais	4	20	IH 201	
5o.	IH 210	Economia Agrária	4		IH 205	
	IH 219	Economia do Setor Público	4		IH 231 Cont.Soc. e CN	
	IH 203	Análise Macroeconômica III	4		IH 202	
	IH 2	Economia Brasileira Contemporânea II	4		IH 231	
	IH 235	Economia Monetária I	4	20	IH 202	
6o.	IH 2	Macrodinâmica	4		IH 202	
	IH 440	Prática e Produção de Textos Científicos	4		IH 231	
	IH 232	Tópicos Especiais em Economia Brasileira	4			Eco.Bras. II
	IH 234	Economia Internacional I	4		IH 202	
	IH 4	Sociologia Aplicada	4	20	IH 412	
7o.	IH 246	Técnica de Pesquisa em Economia	4		IH 440	
	IH 2.....	Seminário de Qualificação em Economia.	4		IH 232 Macdin/IH 206	
	IH 237	Desenvolvimento sócio-econômico	4		IH 236	
8o.	IH 270	Monografia	16			
		Seminário de Monografia	4	20		
Créditos Optativos 4 disciplinas de 4 ch cada			16	16		
Total de Créditos			180	180		
Carga Horária Plena				2700		

VI Organograma com a proposta



A PROPOSTA E AS NOVAS DIRETRIZES

A proposta de alteração curricular não fere a orientação prevista pelas novas diretrizes propostas pelo SESU/MEC. Em todos os blocos de disciplinas a carga horária prevista é superior a indicação do parecer de novas diretrizes. Em termos gerais, as diretrizes prevêm um mínimo de 1600 horas para disciplinas não específicas. Na proposta de alteração curricular, para as disciplinas não específicas estão prevista uma carga horária superior 1600. As excedentes a essa carga ($2220-1600= 620$) vão compor as disciplinas específicas, como desdobramento dos conteúdos desse blocos.

COMPARA A PROPOSTA COM AS NOVAS DIRETRIZES SESU/MEC

BLOCOS	DISCIPLINAS (mínimo 30h cada)	CH MÍNIMA	Proposta	Disc. Equivalentes
I - Formação Geral		400	480	
	Evolução das Ideias Sociais		60	Intr. à Sociologia
	Introdução à Economia		30	
	Matemática		180	Mat I e II, Met. Econ.
	Introdução à Estatística Econômica		60	Est. Básica
	Instituições de Direito		60	
	Contabilidade e Análise de Balanço		60	
	Filosofia Econômica		30	Introd. à Econ.
II - Formação Teórico-Quantitativa		600	840	
	Estatística Econômica e Intr. à Econometria		120	
	Contabilidade Social		60	
	Teoria Macroeconômica		240	
	Teoria Microeconômica		180	
	Economia Internacional		60	
	Economia do Setor Público		60	
	Economia Monetária		60	
	Desenvolvimento Sócio-Econômico		60	
III - Formação Histórica		300	420	
	História do Pensamento Econômico		120	
	História Econômica Geral		60	
	Formação Econômica do Brasil		60	
	Economia Brasileira Contemporânea		180	
IV - Trabalho de Curso		300	480	
	Técnicas de Pesquisa em Economia		60	
	Monografia (atividade curricular)		240	
	Prática e Prod. de Texto Científico		60	
	Seminários (Monografia)		120	
TOTAL		1600	2220	

Então, como foi dito, para o bloco das específicas, estão 620 horas de desdobramento mais 480 horas para optativas. Para completar o que prevêem as novas diretrizes deverá ser estudado o acréscimo de 500 horas em atividades dos previstas nos blocos C e D.

A) TOTAL DE DISCIPLINAS OBRIGATORIAS NÃO ESPECÍFICAS		2220
I - Formação Geral		480
II - Formação Teórico-Quantitativa		840
III - Formação Histórica		420
IV - Trabalho de Curso		480
B) ÁREAS ESPECÍFICAS		240
Administração		
Antropologia		
Ciência Política	60	Intr. às Cienc. Pol.
Demografia Econômica		
Econometria		
Economia Agrícola	60	
Economia da Energia		
Economia da Tecnologia		
Economia de Recursos Naturais e Meio Ambiente		
Economia de Serviços		
Economia do Tempo Livre		
Economia do Trabalho		
Economia dos Transportes		
Economia e Ética		
Economia Industrial		
Economia Regional e Urbana		
Elaboração e Análise de Projetos		
Finanças e Mercado de Capitais	60	Mat. Fin.
Metodologia da Análise Econômica		
Política e Planejamento Econômico		
Sociologia	60	Sociol. Aplicada
Obrigatórias (Geral + Específica)		2460
Optativas para cumprir com a carga horária da 11/84		240
Diferença (Total previsto nas novas diretrizes – alteração)		500
	Máximo	
C) INTEGRALIZAÇÃO COM DISCIPLINAS ELETIVAS OU ISOLADAS EM		
OUTROS CURSOS DE GRADUAÇÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO RECONHECIDOS OU CREDENCIADOS DE IES	300 h	
1. Cursos de Graduação		
2. Pós-Graduação:		
D) ATIVIDADES QUE INTEGREM AO SABER ACADÊMICO A PRÁTICA PROFISSIONAL	300h	
ESTÁGIO (não)		
INICIAÇÃO CIENTÍFICA		
MONITORIA		
EXTENSÃO		
OUTRAS ATIVIDADES		

Há uma razão para que tenhamos ~~optado por~~ reservar uma carga horária significativa daquela prevista às disciplinas e atividades específicas, para o desdobramento dos conteúdos da parte comum. Em primeiro lugar, entendemos que o essencial para formação do economista é uma sólida formação teórica-quantitativa e histórica. Nesse sentido, achamos ~~totalmente~~ insuficiente uma carga horária de 30 horas para disciplinas tão fundamentais quanto macroeconomia, microeconomia, economia brasileira etc. Assim, em termos relativos, reservamos 38,75% das horas previstas para as específicas como desdobramento das *disciplinas-tronco* do curso. Para as disciplinas específicas foram reservadas 480 horas às obrigatórias e optativas. Quanto as 500 horas restantes, destinadas às disciplinas isoladas e outras atividades (bloco D), encontram-se em estudo no Departamento.

ESTUDO DE IMPACTOS DA REFORMA CURRICULAR

Sabe-se das dificuldades que passam a Universidade e o Departamento em relação aos recursos humanos e materiais. Dessa forma, não se trata de propor uma alteração ideal, mas uma alteração que ao mesmo tempo seja possível e signifique uma maior eficiência e eficácia na formação do aluno para exercer a profissão de economia. Preocupado, portanto, com a impossibilidade de ampliar o corpo docente e mesmo as instalações existentes, no quadro abaixo pode ser visto o impacto que trará a implantação do novo currículo. Ao Departamento de Ciências Econômicas, haverá nos próximos seis semestres posteriores à implantação do currículo um acréscimo de 12 disciplinas por semestre, quer dizer, 2.880 horas/aula. Para um departamento com 17 professores, significa um acréscimo líquido significativo. No quadro a seguir é possível verificar esse impacto em disciplinas.

IMPACTO DAS ALTERAÇÕES APÓS A REFEFORMA				
No.				
Semestre após a Reforma(1)	Turmas (2) Disciplinas		(+ ou -) disciplinas	Acumulado
1o.				
Total no semestre	0			
2o.	2X	MICRO I	1	
	2X	HPE I	1	
	0	Intr. à Econ. II	-1	
Total no semestre	1			
3o.	2X	MICRO I	1	
	2X	MICRO II	1	
	2X	MACRO I	1	
	2X	HPE II	1	
	0	Cont.Nacional	-1	
	0	Intr. à Econ. II	-1	
Total no semestre	2			
4o.	2X	MICRO I	1	
	2X	MICRO II	1	
	2X	MICRO III	1	
	2X	MACRO I	1	
	2X	MACRO II	1	
	2X	EBC I	1	
	0	Intr. à Econ. II	-1	
	0	Financ.Públ.	-1	
Total no semestre	4			
5o.	2X	MICRO II	1	
	2X	MICRO III	1	
	2X	MACRO I	1	
	2X	MACRO II	1	
	2X	MACRO III	1	
	2X	ECOM I	1	
	1X	EBC II	1	
	0	Intr. à Econ. II	-1	
	0	PPE	-1	
Total no semestre	5			
6o.	2X	MICRO III	1	
	2X	MACRO III	1	
	2X	ECOM I	1	
	1X	MDINAM	1	
	0	PPE	-1	
	0	Técni.Pesq.Econ.	-1	
	0	Elabor. e An.Proj.	-1	
Total no semestre	1			
Total DCE	13			

Notas: (1) Semestre (s) posteriores ao mês de implantação do novo currículo. (2) Número de turmas a serem oferecidas para a disciplina.

Impacto em Outros Departamentos			DLCS	
Semestre após a Reforma	No. Turmas	Disciplinas	Acrescimo/Decréscimo	Ganho/Perda
1o.	2X 0	HEG Intr. às C. Sociais	1 -1	
			0	0
2o.	2X 0	HEG Intr. às C. Sociais	1 -1	
			0	0
3o.	2X 0	FEB Intr. às C. Sociais	1 -1	
			0	0
4o.	0	Intr. às C. Sociais	-1	
			-1	-1
5o.	0	Intr. às C. Sociais	-1	
			-1	-2
6o.	0 1X	Intr. às C. Sociais Sociol.Aplicada	-1 1	
			0	-2
Impacto em Outros Departamentos			DCAC	
2o.	2X 0	Mat Fin Anal.Dem.Cont.	1 -1	
			0	0

Anexo XI

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NORMAS PARA ELABORAÇÃO, ORIENTAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

I Definição

A Monografia é um trabalho de conclusão de curso e corresponde a elaboração de um texto científico, resultado da pesquisa individual realizada pelo aluno sobre um tema específico, direta ou indiretamente relacionada ao campo da economia. É um treinamento do estudante para o exercício de sua futura atividade profissional, que seja o reflexo da capacidade de organização das idéias, com um desenvolvimento lógico que demonstre o domínio do instrumental teórico adotado e com um grau de profundidade compatível com a graduação. A escolha do tema e do enfoque teórico é totalmente livre, dentro da orientação pluralista definida pelo Curso de Ciências Econômicas da UFRJ, deverá atender as exigências de um trabalho qualificado de natureza científica e apresentado dentro das normas de um estudo acadêmico.

II Do Orientador

Art. 1º - Cabe ao Prof. concordar com a orientação da monografia do aluno, tornando-se desta forma co-responsável pela qualidade do trabalho.

Art. 2º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do semestre letivo em que o aluno irá cursar a disciplina de Monografia para Economistas (IH 270), deverá ser entregue à Coordenação o Termo de Compromisso/Aceite, conforme o formulário no Anexo I, devidamente assinado pelo aluno e pelo professor orientador.

Parágrafo 1º - A monografia deverá estar de acordo com o tema proposto no Termo de Compromisso/Aceite.

Parágrafo 2º - Se o tema for alterado, deverá ser preenchido novo Termo de Compromisso/Aceite.

Art. 3º - O Prof. Orientador deve acompanhar os trabalhos do aluno desde a escolha do tema, durante a redação, até a apresentação escrita e a defesa oral.

Art. 4º - Cabe ao Prof. Orientador recomendar sua apresentação à banca de monografia quando julgar que o aluno tenha cumprido com os objetivos, nos termos do formulário no Anexo 2, devidamente assinado.

Art. 5º - Eventuais problemas entre orientando e orientado no decorrer do trabalho deverão ser comunicados, por escrito, à Coordenação, a qual caberá tomar providências. Os casos que não puderem ser resolvidos pela mesma, deverão ser encaminhados, nesta ordem, ao Chefe do Departamento e ao Colegiado do Departamento.

Art. 6º - Em caso de mudança de orientador, um novo Termo de Compromisso/Aceite deverá ser encaminhado à Coordenação de Monografia.

Parágrafo 1º O novo Termo de Compromisso/Aceite só será válido com o ciente, devidamente assinado, pelo Orientador anterior.

Art. 7º - Só será válida novo Termo de Compromisso/Aceite se feito com prazo superior a 90 (noventa) dias anterior a defesa da Monografia.

III Aluno

Art. 8º O aluno para matricular-se na disciplina Monografia para Economistas(IH 270) deverá ter cumprido os seguintes requisitos: a) aprovação na disciplina Prática e Produção de Textos Científicos(IH 440); b) aprovação na disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia(IH 246); c) já ter cursado 120 créditos.

Art. 9º - Caberá ao aluno a responsabilidade pela escolha do tema.

Art. 10º - Caberá ao aluno a responsabilidade pelo desenvolvimento da Monografia de acordo com a proposta sinteticamente apresentada no Termo de Compromisso/Aceite.

Art. 11º - O aluno deverá submeter ao Prof. Orientador as versões preliminares do trabalho.

Art. 12º - Aprovada a versão final pelo Prof. Orientador, o aluno deverá encaminhar quatro (5) cópias datilografadas/digitadas e encadernadas da Monografia, acompanhada do Termo de Entrega da Monografia (Anexo 2) para a Coordenação, no mínimo 20 dias antes da data marcada para defesa.

Art. 13º - No dia e hora previamente marcados, caberá ao aluno uma exposição oral de 20 (vinte) minutos para a banca examinadora, sobre o conteúdo da Monografia: Problema de pesquisa, objetivos, metodologia e principais conclusões.

Art. 14º - A apresentação oral é aberta ao público.

Art. 15º - Todas as despesas provenientes da elaboração e edição final da Monografia, tais como: locomoção, datilografia/digitação, papel, fotocópia, encadernação, e outras, são do aluno.

IV Avaliação da Monografia

Art. 16º - A Coordenação do Curso deverá marcar, no início de cada semestre letivo, a(s) semana(s) para defesa oral da monografia, que deverá ser antes do término do período letivo correspondente.

Art. 17º - O aluno que não entregar as cópias à Coordenação vinte(20) dias antes do prazo estabelecido acima, ou não comparecer a sua defesa oral, receberá conceito H(abandono).

Art. 18º - Cabe a banca o exame preliminar da correspondência entre o tema constante do Termo de Compromisso/Aceto e o resultado final da Monografia.

Parágrafo 1º A não correspondência implicará, automaticamente, antes mesmo da defesa oral, em conceito H (abandono)

Art. 19º - O trabalho monográfico na sua versão final deverá estar rigorosamente nos termos das normas técnicas de apresentação do trabalho científico definidas pela ABNT.

Parágrafo 1º Cabe a banca o exame preliminar da apresentação do trabalho nos termos definidos acima.

Parágrafo 2º A inadequação da apresentação do trabalho implicará, automaticamente, antes mesmo da defesa oral, em conceito R (reprovação)

Art. 20º A avaliação será feita por uma banca examinadora presidida pelo Prof. Orientador(Presidente) e por mais dois professores convidados.

Art. 21º Os membros convidados para a banca serão escolhidos pelo Prof. Orientador.

Art. 22º Pelo menos um dos professores da banca examinadora deverá pertencer ao Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ.

Art. 23º A banca avaliará o trabalho escrito (estrutura lógica, conteúdo, clareza do texto, redação), a exposição oral e as respostas às arguições.

Parágrafo 1º Ao final da exposição/arguição, a banca deverá reunir-se a portas fechadas e emitir um parecer em ata, nos termos do Anexo 3.

Art. 24º - O resultado da avaliação será imediatamente comunicado ao aluno e ao público presente.

Art. 25º - A avaliação poderá ser:

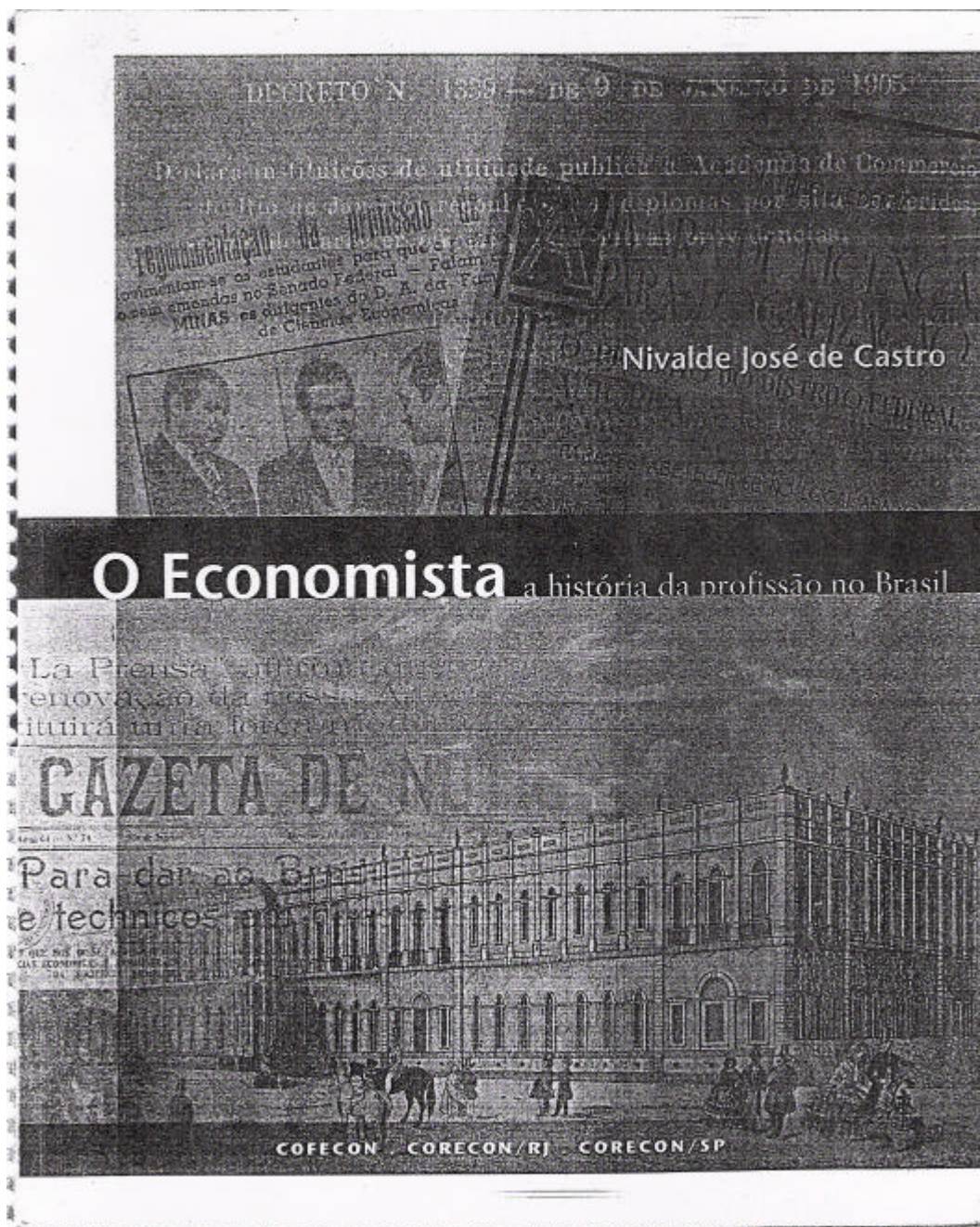
a) **Aprovação**

b) **Aprovação condicionada às alterações** quando o aluno deverá fazer as alterações exigidas pela banca. Neste caso a versão modificada deverá ser entregue no prazo máximo de 15 dias ao professor indicado pela banca para este fim, que emitirá o parecer final.

c) **Reprovação** quando o aluno deverá inscrever-se novamente na disciplina Monografia para Economistas. Caberá a Banca Examinadora preencher a ata, conforme Anexo 3.

V Os casos omissos serão resolvidos, nesta ordem, pela Coordenação do Curso, Chefe de Departamento e Colegiado do Departamento.

Anexo XII



ANEXO 6

ESTRUTURAS CURRICULARES AGRUPADAS POR ÁREA DO CONHECIMENTO

I – ACADEMIA DE COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO – 1905

Econômicas: economia política; ciências das finanças; contabilidade do Estado.

Jurídicas: direito comercial e marítimo; direito internacional, diplomacia.

Contábeis: contabilidade mercantil e banco modelo.

Históricas: história do comércio e da indústria.

Quantitativas: matemática superior.

Formação geral: geografia comercial e estatística; tecnologia industrial e comercial; história dos tratados e correspondência diplomática; alemão, italiano e espanhol.

II – DECRETO N.º 17.329 – 1926

Econômicas: economia política e ciências das finanças.

Jurídicas: obrigações do direito civil, direito comercial e marítimo, direito constitucional e administrativo, ciência da administração; direito internacional, diplomacia, história dos tratados etc.; direito industrial e legislação operária.

Contábeis: contabilidade administrativa; agrícola e industrial, contabilidade mercantil comparada e banco modelo.

Históricas: história do comércio, da agricultura e da indústria.

Quantitativas: matemática aplicada às operações comerciais.

Formação geral: alemão, italiano ou espanhol I, II e III; geografia humana; geografia comercial; tecnologia industrial e mercantil; psicologia aplicada ao comércio e noções de arte decorativa.

III – DECRETO N.º 20.158 – 1931

Econômicas: economia política, contabilidade pública, finanças e economia bancária.

Jurídicas: direito constitucional e civil; direito internacional comercial; legislação consular; direito administrativo; política comercial e regime aduaneiro comparado; direito industrial e operário; direito internacional; diplomacia; história dos tratados, correspondência consular e diplomática.

Contábeis: contabilidade dos transportes.

Administrativas: ciência da administração.

Históricas: história econômica da América e fontes de energia de riqueza nacional.

Quantitativas: matemática financeira.

Formação geral: geografia econômica; psicologia; lógica e ética; sociologia.

IV – PROJETO WALDEMAR FALCÃO – 1933

Econômicas: economia política I e II, ciência das finanças, política econômica internacional e legislação aduaneira comparada.

Jurídicas: direito público comparado; direito privado em geral, prática dos contratos; direito internacional; direito administrativo comparado; direito internacional privado e conflito internacional das leis; legislação social e higiene industrial; legislação e práticas consulares.

Contábeis: contabilidade das grandes administrações.

Administrativas: ciência da administração; política criminal e defesa pública; merceologia e tecnologia comercial.

Históricas: crítica política e econômica da história.

Quantitativas: matemática, estatística.

Formação geral: geografia humana e econômica; filosofia; publicística; ética jornalística e legislação da imprensa; sociologia.

V – PROPOSTA DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO – 1936

Econômicas: economia política I e II; história das doutrinas econômicas, ciência das finanças e direito financeiro I e II, política econômica.

Jurídicas: instituições do direito público; instituições de direito civil; direito comercial I e II; direito florestal, das águas e das minas; direito do trabalho e seguros sociais; direito industrial e direito público internacional.

Históricas: história da economia.

Administrativas: organização das empresas e do trabalho.

Quantitativas: estatística.

Formação geral: geografia humana.

VI – PROJETO GUSTAVO CAPANEMA – 1936¹⁹⁸

Econômicas: economia política I, II e III, ciência e legislação financeira; história das doutrinas econômicas.

Jurídicas: direito privado em geral, legislação social; direito constitucional, legislação comercial.

Contábeis: princípios de contabilidade; operação de banco e seguro.

Administrativas: ciências administrativas I e II; organização do trabalho e administração das empresas.

Históricas: história dos fatos políticos e econômicos.

Quantitativas: matemática superior; estatística; matemática financeira.

Formação geral: geografia humana econômica; sociologia.

198. Só foi considerada, no 4º ano, a especialização em ciências econômicas.

VII – DECRETO N.º 7.988 – 1945

Econômicas: economia política (I), valor e formação de preço (I e II), estrutura das organizações econômicas; moeda e crédito; repartição da renda nacional; comércio internacional e câmbios; ciência das finanças; evolução da conjuntura econômica; política financeira; história das doutrinas econômicas; estudos comparados dos sistemas econômicos.

Jurídicas: instituições de direito público, instituições do direito privado.

Contábeis: contabilidade geral; estrutura e análise de balanços.

Administrativas: ciência da administração.

Históricas: história econômica.

Quantitativas: complemento de matemática; estatística metodológica; estatística econômica.

Formação geral: geografia econômica; princípios de sociologia aplicados à economia.

Anexo XIII



Estudo realizado pelo Conselho Federal de Economia, em 1997, indica que 40,9 % dos economistas exercem sua atividade principal em empresas privadas (nacionais ou transnacionais); 22,7% em empresas públicas e 22,5% no serviço público.

A natureza das atividades que os economistas exercem com mais frequência (planejamento e gestão financeira e empresarial) indica que o que caracteriza um economista é a maneira de pensar e formular os problemas da realidade concreta em que exerce sua profissão. É a sua formação plural, sólida em termos teóricos, históricos e instrumentais, bem como sua capacidade crítica, que lhe permitem trabalhar em diversas áreas, assim enfrentando os desafios contemporâneos.

Hoje, mais do que nunca, são requeridos profissionais com um perfil adequado aos requisitos de padrão analítico e competência crítica, aptos à tomada de decisões e habilitados para atuar junto à gestão micro e macroeconômica, pública, privada e não-governamental.

"Isso exige uma organização curricular capaz de oferecer uma formação básica abrangente, humanista e crítica", afirma o professor José Rubens Garlipp, da Universidade Federal de Uberlândia e membro da Comissão de Economia do Provão 2001.

Por um lado, as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas, financeiras e a reorientação das formas de gestão que caracterizam o processo recente de profundas transformações econômicas e sociais, afetam negativamente o mercado de trabalho do economista.

Por outro, as transformações se mostram positivas, à medida que o seu campo de atuação se vê favorecido com a importância crescente que assumem, entre outros exemplos, questões Economia-Sociedade, Desenvolvimento Sustentável, o Planejamento e Políticas Públicas, Economia e Meio Ambiente, Novos Indicadores Socioeconômicos (IDH, Qualidade de Vida, etc.), Estratégias Empresariais, Regulação da Concorrência e Atividades de Análise de Investimento. É a capacidade para lidar com essas situações e questões que se cobrará dos participantes do Exame Nacional dos Cursos de Economia.

Comissão

As diretrizes para a prova do Exame Nacional dos Cursos de Economia foram estabelecidas por uma comissão nomeada pelo Ministro da Educação, a partir de indicações do Conselho Federal de Economia, da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Compõem a Comissão de Economia os seguintes professores:

Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
José Luiz Pagnussat, da Universidade Católica de Brasília;
José Ricardo Barbosa Gonçalves, da Universidade Estadual de Campinas;
José Rubens Damas Garlipp, da Universidade Federal de Uberlândia;
Leda Maria Paulani, da Universidade de São Paulo;
Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Zionam Rollim, da Universidade Federal de Pernambuco.

Duração e formato

A prova do Exame Nacional do Curso de Economia de 2001, com 4 (quatro) horas de duração total, será constituída de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e 4 (quatro) questões discursivas, uma para cada área de conteúdo, a serem escolhidas dentre duas questões que serão apresentadas para cada área. As áreas referidas são: Teoria Econômica, que engloba Microeconomia e Macroeconomia; Métodos Quantitativos aplicados à Economia, que englobam Matemática, Estatística e Econometria; História Econômica, que engloba História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea; e Cultura Econômica, que engloba Economia Política, História do Pensamento Econômico, Evolução das Ideias Sociais e Metodologia.



Economia

Habilidades

- Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos econômicos;
- dissertar sobre temas econômicos;
- lidar com conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas;
- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos;
- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas;
- elaborar projetos e monografias.

Conteúdos

- Microeconomia:** Teoria do Consumidor; Teoria da Produção e Teoria dos Custos; Teoria dos Mercados: Concorrência Perfeita, Oligopólio e Monopólio; Formação de Preços e Incidência de Impostos; Equilíbrio Geral e Parcial; Organização Industrial; Noções de Teoria dos Jogos, de Mercados Contestáveis, de Custos de Transação e de Regulação;
- Macroeconomia:** Contabilidade Nacional, Contas Nacionais do Brasil e Indicadores Sociais; Determinação da Renda; Modelos Clássico, Keynesiano, Novo Clássico e Novo Keynesiano; Princípio da Demanda Efetiva; Demanda e Oferta Agregadas; Teoria e Política Monetária; Sistema Monetário e Mercado Financeiro; Modelos de Crescimento e Ciclos Econômicos; Teorias da Inflação;
- Economia Internacional:** Teorias Clássica e Neoclássica do

- Comércio Internacional; Protecionismo e Políticas Comerciais Estratégicas; Comércio e desenvolvimento: substituição de Importações, promoção de exportações e integração econômica; Mercado de divisas e estruturas de balanço de pagamentos; Sistema monetário e financeiro internacional; Relações do Brasil com o sistema monetário e financeiro internacional;
- Matemática:** Funções e limites; Cálculos diferencial e integral; Álgebra linear; Funções de várias variáveis; Equações diferenciais;
 - Estatística:** Estatística descritiva; Números índices; Probabilidade; Funções e distribuição; Inferência estatística;
 - Econometria:** Modelos econômicos e econométricos; Regressões simples e múltiplas; Problemas de análise de regressão; Séries temporais; Sistemas de Equações Simultâneas;
 - História Econômica Geral:** Formação histórica do capitalismo; Revolução Industrial: padrões de industrialização; As transformações do capitalismo e a Primeira Guerra Mundial; O período entre-guerras; A Economia mundial do pós-guerra; A crise da Economia mundial, a partir da década de 1970; A reestruturação da Economia e a globalização;
 - Formação Econômica do Brasil:** O império colonial português e o debate sobre a herança colonial brasileira; A crise do sistema colonial e a formação do Estado nacional; A Economia brasileira no Século XIX: 1808 à 1889; Os complexos agro-exportadores regionais; Nascimento e consolidação da indústria no Brasil; A Economia cafeeira e a política econômica na República Velha; A crise de 1929 e os mecanismos de superação;

l) Economia Brasileira

Contemporânea: Vargas e a construção do Estado Moderno no Brasil; O contexto internacional e a Política econômica: 1945 a 1955; O Governo Kubitschek e o Plano de Metas; A crise dos anos sessenta, o PAEG, o Milagre Econômico e o II PND; Fim do regime militar, ajuste externo e desequilíbrio interno nos anos oitenta; Os planos de estabilização econômica: da Nova República ao Governo Collor; Plano Real; reformas estruturais e desequilíbrio externo no Governo Fernando Henrique Cardoso;

j) Economia Política: A crítica ao mercantilismo e as origens do pensamento clássico; Smith: valor, distribuição e acumulação de capital; Ricardo: a questão do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda; A Lei de Say: a polêmica Ricardo versus Malthus; Marx: valor, dinheiro e capital;

k) História do Pensamento

Econômico: A escola marginalista: os métodos de Marshall e Walras; A revolução keynesiana e a crítica ao pensamento marginalista; A Economia do desenvolvimento e o pensamento espalino: origens e desdobramentos; Tendências recentes do pensamento econômico: monetaristas, novos clássicos, novos keynesianos e pós-keynesianos; Globalização e liberalismo no fim do século XX;

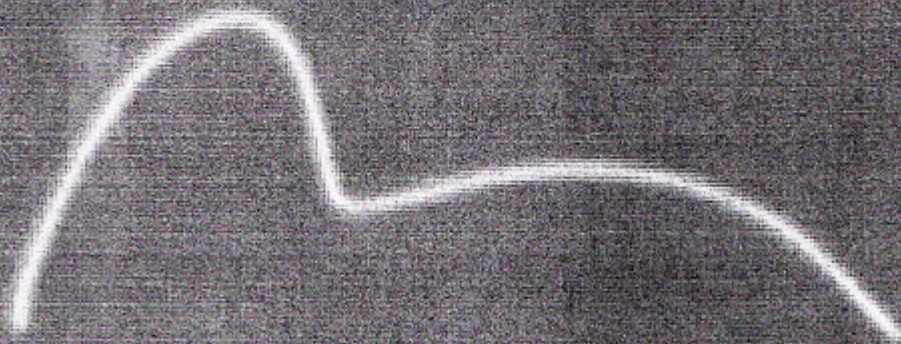
Evolução das Ideias Sociais e Metodologia Econômica: Modelos de explicação científica: dedução e indução; O método nas Ciências Sociais: a identidade sujeito-objeto; O pensamento iluminista e o utilitarismo; A constituição da sociedade moderna e o surgimento da Ciência Econômica; Pressupostos econômicos: realismo versus instrumentalismo.



PROVA
EXAME NACIONAL DE CURSOS

Anexo XIV

PERFIL DOS ECONOMISTAS



CORECON-RJ

IERJ

SINDECON-RJ

A Bradesco Seguros é a primeira seguradora brasileira a obter o "rating A" por agência classificadora internacional.



A Bradesco Seguros acaba de receber nota A pelo critério de segurança no pagamento de indenizações, após detalhada avaliação de uma das mais importantes empresas de "rating" dos Estados Unidos, a Duff & Phelps, em colaboração com sua associada brasileira SR RATING. A Bradesco Seguros é a única seguradora

brasileira que até hoje conseguiu essa classificação. Isso significa o reconhecimento em nível de comparação internacional, da capacidade da Bradesco Seguros de honrar todas as apólices emitidas, mesmo em períodos de volatilidade econômica do mercado. E demonstra por que milhões de brasileiros confiam tanto nela.



Bradesco
Seguros

PERFIL DOS ECONOMISTAS



CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
1ª REGIÃO-RJ



IERJ
INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



SINDECON
SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home Page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, José Roberto Sôeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Miguel Dirceu Fonseca Tavares, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel: (0247) 238333.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home Page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães (UERJ) • **Vice-Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro (DIEESE) • **Diretora Financeira:** Hildete Pereira de Mello (UFF) • **Diretores:** Mário Cordeiro de Carvalho Júnior (UERJ/Funcex), Fábio de Sá Earp (UFRJ), Fernando Roberto Freitas Almeida (FGV), Eriksom Teixeira Lima (BNDES), Angela Ganem (UFF) • **Diretores Suplentes:** Eduardo Mendes Callado (UFRRJ), Enilce Leite Melo (ANECC), Ivo Bucaresky (CORECON) • **Conselho Fiscal:** Luis Carlos Prado (UFRJ), Paulo Gonzaga M. de Carvalho (IBGE), Eduardo Carnos Scaletsky (UFRRJ).

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607, 1608, 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home-page: <http://www.economistas.com.br> • **Coordenador-geral:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Diretores:** Ademir Figueiredo, Adhemar dos Santos Mineiro, Antônio Carlos Bomfim, Benni Faerman, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Eduardo Carnos Scaletsky, Gilberto Alcântara da Cruz, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Fausto Ferreira, José Jannotti Viegas, Júlio Flávio Carneiro Miragaya, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Paulo de Sá Campello Faveret Filho, Paulo Sérgio Souto, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Enilce Leite Melo, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Luiz Mário Behnken, Marcelo Borges Sereno.

Í N D I C E

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	6
3. COMO LER ESTA PESQUISA	7
4. SUMÁRIO EXECUTIVO	
4.1. DADOS GERAIS	8
4.2. FAIXA ETÁRIA	10
4.3. OCUPAÇÃO PRINCIPAL	11
4.4. MULHERES	12
4.5. POLÍTICA ECONÔMICA	13
5. DADOS GERAIS	
5.1. PERFIL DO ECONOMISTA DO RIO DE JANEIRO	14
5.2. CONTRIBUIÇÃO PARA O ORÇAMENTO DOMÉSTICO	15
5.3. RAZÕES PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO	16
5.4. GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	17
5.5. ACESSO À INTERNET E DOMÍNIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	18
5.6. MERCADO DE TRABALHO E OCUPAÇÃO PRINCIPAL	19
5.7. EMPREGADORES E ATIVIDADE PRINCIPAL	20
5.8. FAIXAS DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL	21
5.9. GRAU DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO ATUAL	22
5.10. FORMAÇÃO, PROFISSÃO E ÉTICA	23
5.11. AVALIAÇÃO DO JORNAL DOS ECONOMISTAS	24
5.12. ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE ECONOMISTAS EM 97 E 98	25
6. FAIXA ETÁRIA	
6.1. OCUPAÇÃO PRINCIPAL	26
6.2. MUDANÇA DE EMPREGO	27
6.3. EMPRESA OU INSTITUIÇÃO EM QUE EXERCE OCUPAÇÃO PRINCIPAL	28
6.4. SETORES DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	29
6.5. IMAGEM DOS ECONOMISTAS, FORMAÇÃO E JORNAL DOS ECONOMISTAS	30
7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL	
7.1. GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	31
7.2. MUDANÇA DE EMPREGO	32
7.3. FAIXA DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL	33
7.4. POSIÇÃO DAS MULHERES: OCUPAÇÃO E ATUAÇÃO NA PROFISSÃO	34

CONTINUA

Í N D I C E

8. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

8.1. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	35
8.2. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL - I	36
8.2. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL - II	37

ANEXO I

HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS I	38
HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS II	39
HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS III	40
HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS IV	41

ANEXO II

O QUESTIONÁRIO	42
----------------------	----

1. INTRODUÇÃO

A regulamentação da profissão de economista completou 45 anos, em meio a circunstâncias que aportam novos desafios e tendências complexas e contraditórias. As contínuas mudanças culturais, tecnológicas e organizacionais do mundo dos negócios contemporâneo e as intensas transformações políticas, sociais e econômicas do País requerem, em especial, profissionais altamente capacitados em múltiplas áreas do conhecimento ou com grau de especialização crescente.

Nesse contexto de mudança a prática das entidades dos economistas do Rio de Janeiro — Conselho Regional de Economia RJ, Sindicato dos Economistas e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro — de repensar a formação do economista e seu cotidiano de atuação profissional precisa se voltar, cada vez mais, para a busca de informações atualizadas sobre a realidade de seus associados, de maneira a estruturar programas e metas de gestão.

Para obter tais informações essas três entidades resolveram realizar uma primeira pesquisa para conhecer o perfil, o mercado de trabalho e algumas opiniões dos economistas do Rio de Janeiro sobre a atuação das entidades e os rumos da política econômica. Um resumo dos resultados dessa pesquisa é o que estamos apresentando neste relatório.

A equipe responsável pela elaboração da pesquisa Os Economistas do Rio de Janeiro - Perfil, Mercado de Trabalho & Opiniões foi constituída por Luiz Antonio Elias, Adhemar Mineiro, Maria José Cyhlar Monteiro e José Clemente de Oliveira, todos conselheiros do Corecon RJ, e pelo economista Eduardo Werneck Ribeiro de Carvalho.

Trabalharam como consultores Luiz Sá Lucas, da IDS Interactive Data Systems, e Ricardo Bueno, da Brainstorm Assessoria de Imprensa. Os trabalhos de apoio ficaram sob a responsabilidade de Beatriz Bonfim, Cássia Cristina Lima Ferreira Neto e Cely Mileipe Vermelho Medeiros, com projeto gráfico e diagramação de Paula Barrenne.

O Corecon RJ, o Síndecon e o IERJ querem deixar registrado seu agradecimento a esses profissionais.

2. METODOLOGIA

O universo de questões pertinentes era muito amplo. Por isso, foram priorizadas questões mais gerais, que retratassem: no primeiro bloco, as características sócio-econômicas e a formação acadêmica; no segundo bloco, as condições de trabalho e rendimento; um terceiro segmento englobando a avaliação da formação profissional e das entidades de representação dos economistas e, por fim, algumas opiniões sobre temas políticos e econômicos atuais.

A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 96 a fevereiro de 97 e abrangeu uma amostra aleatória de 3.000 dos 14.700 economistas ativos no cadastro do Corecon RJ em todo o estado e prescindiu da identificação do respondente, garantindo-se o sigilo dos dados individuais.

Dos 3.000 questionários enviados 353 foram respondidos, o que torna a representatividade da amostra adequada do ponto de vista estatístico. Os resultados foram ponderados por sexo e tempo de formado.

A análise apresentada neste relatório teve por objetivo apenas fornecer algumas informações básicas, primárias, sobre a situação e opiniões dos economistas do Rio de Janeiro. Avaliações de caráter qualitativo foram, em geral, deixadas de lado. Mas, os resultados completos da pesquisa estão inteiramente à disposição dos pesquisadores que queiram utilizá-los para outras avaliações sobre os profissionais fluminenses.

3. COMO LER ESTA PESQUISA

Os resultados são sempre apresentados sob a forma de Gráfico, Texto Explicativo e Tabela correspondente. De forma geral, os resultados estão apresentados na mesma ordem dos itens do questionário. Recomendamos a leitura do questionário, que está apresentado no final deste volume. A leitura de como foi feita a pergunta muitas vezes esclarece a natureza das respostas obtidas.

- **O GRÁFICO** indica as principais tendências em cada item.
- **O TEXTO** resume os resultados.
- **AS TABELAS** apresentam os resultados detalhadamente em cada item. De maneira geral essas tabelas indicam:
 - **DADOS GERAIS**, sem qualquer tipo de cruzamento.
 - **QUANDO HÁ** cruzamentos, nas colunas aparecem as variáveis de cruzamento dos dados. Os dados foram cruzados por Faixa Etária e Ocupação Principal. Em alguns casos, as respostas foram cruzadas por sexo.
 - **NA PRIMEIRA** linha das tabelas está sempre apresentada a base ponderada de cada coluna, isto é, o número de observações, ponderado, com base no qual estão calculados os percentuais apresentados nas tabelas. O total geral se refere, quase sempre, ao total da amostra (353 casos).
 - **OS PERCENTUAIS**, por seu turno, são sempre calculados com base no total das colunas. Representam, assim, o perfil das respostas em cada nível de cruzamento (cada Faixa Etária ou tipo de Ocupação, por exemplo).
 - **DEVE-SE ATENTAR** que algumas perguntas apresentam a possibilidade de mais de uma resposta. Assim, algumas perguntas têm os percentuais nas colunas com soma acima de 100%.
 - **AS CORES** nas colunas representam a significância estatística dos resultados:
 - ☐ Coluna base para comparações (normalmente o total).
 - ☒ Diferentes do total com uma confiança de 95%.
 - ☒ Diferentes com uma confiança de 80%.
 - ☒ Diferentes com uma confiança de 67%.
 - ☐ Não é estatisticamente significativo.
 - **NO ANEXO II** estão apresentados quatro conjuntos de tabelas comparando os resultados de homens e mulheres. São os perfis comparativos tomando como base o sexo.

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

4.2. FAIXA ETÁRIA

- **OCUPAÇÃO PRINCIPAL.** Os mais jovens (até 29 anos) são, em geral, estudantes ou estão voluntariamente desempregados. Os mais velhos — acima de 50 anos — têm forte participação no contingente dos que trabalham por conta própria. Os economistas de 30 a 49 anos têm uma inserção diversificada no mercado de trabalho, como empregados com carteira assinada, empregadores, funcionários públicos e empregados por conta própria.
- **MUDANÇA DE EMPREGO.** Os que têm de 50 a 59 anos mudaram, em geral, de emprego a contragosto tendo sido demitidos devido à reestruturação ou a algum tipo de crise financeira enfrentada pela empresa. Estes fatores pesaram, também, embora com menos intensidade nas mudanças de emprego de economistas de 30 a 49 anos.
- **MUDANÇA DE EMPREGO.** Na faixa de 30 a 39 anos a insatisfação com o emprego anterior teve grande peso na decisão de buscar outro trabalho. 69% dos que saíram do emprego por insatisfação com a remuneração estão nesta faixa etária, assim como 51% dos que mudaram de área devido à insatisfação com as atribuições anteriores.
- **OCUPAÇÃO PRINCIPAL.** Na empresa privada de origem internacional há uma presença bem acima da média de economistas de 25 a 29 anos. No serviço público federal predominam os economistas de 30 a 39 anos (42%) e de 40 a 49 anos (38%).
- **OCUPAÇÃO PRINCIPAL.** Os economistas de 50 a 59 anos estão sub-representados no serviço público federal e nas empresas privadas de origem internacional. Nas empresas públicas federais de economia mista não há economistas com mais de 60 anos. Essa situação contrasta com a das empresas públicas de economia mista estaduais, em que a presença dos economistas mais experientes chega a 16%.
- **IMAGEM DOS ECONOMISTAS.** Duas razões foram apontadas para o eterno debate sobre o desquite da imagem pública do economista: o descrédito dos economistas oficiais e a indefinição das funções dos economistas. Para os economistas acima de 50 anos há uma terceira razão: falta de assunto da mídia especializada.
- **SETORES DE ATIVIDADES.** Os setores financeiro e industrial, que em geral pagam os melhores salários, dão nítida preferência a profissionais de 30 a 49 anos. Economistas nesta faixa etária representam 79% dos que trabalham no setor financeiro e 70% dos que estão empregados na indústria.

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

4.3. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

• **GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA.** Os funcionários públicos compõem o grupo de maior grau de formação acadêmica. Embora representem 16% da amostra, os funcionários públicos compreendem 21% dos que completaram o mestrado, 46% dos que fizeram doutorado sem tese e 50% dos que completaram o doutorado.

• **MUDANÇA DE EMPREGO.** 25% dos economistas mudaram de emprego nos últimos dois anos. Dos que estão sem ocupação e procurando trabalho — 27% dos que mudaram de emprego — o abandono da última ocupação não representou em geral uma escolha voluntária. Em 60% dos casos a mudança de trabalho foi provocada por crise ou reestruturação financeira da empresa.

• **RENDIMENTO MENSAL.** Os empregados com carteira assinada, embora representem 55% da amostra, correspondem a 74% dos que recebem de mais de R\$ 5.600 a R\$ 11.200 e a 59% dos que ganham mais de R\$ 11.200. Os empregados com carteira assinada têm peso importante, também, (53%) no grupo dos que recebem de mais de R\$ 2.240 a R\$ 5.600.

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

4.4. MULHERES

- **Ocupação Principal.** As mulheres, que representam 14% da amostra, têm participação muito importante no funcionalismo público, nada menos que 26%, e de menor peso relativo no universo dos empregados com carteira assinada (13%), no dos empregadores (9%) e no dos empregados por conta própria (7%).
- **Empresa ou Instituição em que trabalha.** As economistas têm presença importante na empresa privada nacional (12% do contingente de economistas ligados a esse empregador), nas empresas públicas de economia mista em todos os níveis (nas municipais sua presença chega a 22%), nas instituições de ensino superior federais (23%) e no serviço público federal. A presença das mulheres é irrelevante nas instituições privadas de ensino superior e nas empresas privadas de origem internacional.
- **Atuação no Mercado de Trabalho.** 38% dos economistas do Rio de Janeiro são de opinião que a participação da mulher no mercado de trabalho é crescente e sem discriminação. Essa é, porém, uma avaliação basicamente masculina. As mulheres reclamam que ganham menos do que os homens para funções iguais e que não têm acesso a cargos de maior hierarquia funcional.

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

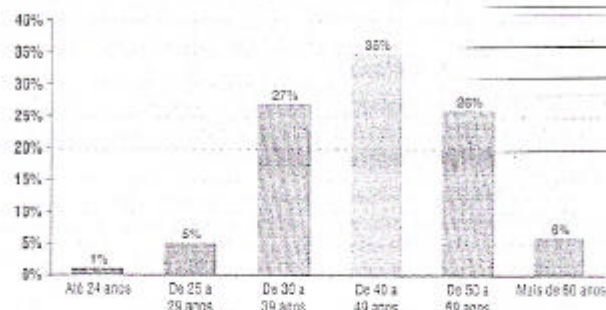
4.5. POLÍTICA ECONÔMICA

- **TAXAS DE JUROS REAIS ELEVADAS.** A grande discordância dos economistas do Rio de Janeiro (57%) é com a manutenção de taxas de juros reais elevadas para atrair investidores estrangeiros, apesar de seus efeitos negativos sobre consumo e investimento. As maiores restrições às altas taxas de juros partem dos funcionários públicos.
- **ESTABILIZAÇÃO COMO FATOR NECESSÁRIO À RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO.** 71% dos economistas do Rio de Janeiro concordam com essa tese. A tese conta com amplo apoio em todos os grupos de ocupação principal.
- **NOVA AGENDA TRABALHISTA.** 71% dos economistas apostam na consolidação de uma nova agenda trabalhista, incluindo temas como produtividade, remuneração variável, retraining de mão-de-obra e reestruturação produtiva. Os empregados com carteira assinada são os que mais concordam plenamente com a consolidação da nova pauta trabalhista.
- **REFORMA AGRÁRIA.** A reforma agrária conta com significativo apoio entre os economistas do Rio de Janeiro (61%), que a consideram um importante instrumento de promoção da justiça social. A maneira mais eficaz de realizar a reforma agrária seria através da taxação das terras improdutivas (62%). Os grupos que mais apoiam a reforma agrária, em termos relativos, são os empregadores e os funcionários públicos.
- **REELEIÇÃO.** 58% dos economistas do Rio de Janeiro apoiam a reeleição para cargos do Executivo (presidente, governadores e prefeitos). Os empregadores e os que trabalham por conta própria são os que mais apoiam a tese da reeleição. As maiores discordâncias partem dos empregados com carteira assinada e dos funcionários públicos.
- **MERCOSUL.** O processo de integração com o Mercosul recebeu o apoio de 57% dos economistas do Rio de Janeiro. Não há grandes diferenciações por categoria de ocupação principal. A única exceção à regra, é que os funcionários públicos apoiam a integração com um pouco menos de entusiasmo do que os demais grupos.
- **ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA.** 55% dos economistas do Rio de Janeiro consideram a abertura comercial e financeira um instrumento importante de modernização do parque industrial brasileiro. Os empregadores e os empregados com carteira assinada são os que mais destacam a importância da abertura comercial.
- **DÉFICIT FISCAL.** Os economistas fluminenses, além de condenarem as taxas de juros reais elevadas, concordam que o alto custo do dinheiro gera um déficit fiscal de difícil administração (55%). Não há diferenciações importantes a esse respeito entre os economistas levando-se em conta sua ocupação principal.

5. DADOS GERAIS

5.1. PERFIL DO ECONOMISTA DO RIO DE JANEIRO

DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



- O perfil padrão do economista do Rio de Janeiro pode ser assim sintetizado: homem (86%), branco (90%), brasileiro (99%) e natural do Rio de Janeiro (73%).
- O contingente mais numeroso de economistas do Rio de Janeiro tem de 40 a 49 anos (35%), embora haja concentrações expressivas também em duas outras faixas etárias: de 30 a 39 anos (27%) e de 50 a 59 anos (26%).
- A análise por faixa etária revela que as mulheres começaram a se tornar economistas a partir dos anos 80. Levando-se em conta a faixa etária de 25 a 49 anos verifica-se que nela estão concentradas 90% das mulheres e apenas 63% dos homens.
- Nas faixas de idade mais altas a presença das mulheres formadas em economia é quase insignificante. Na faixa de 50 anos em diante estão concentradas apenas 8% das mulheres contra 35% dos homens.
- Quase 75% dos economistas do Rio de Janeiro são casados ou vivem com um companheiro(a). E, pelo menos do ponto de vista da multiplicação da sua prole, os economistas fluminenses são de uma prudência exemplar: nada menos que 30% não têm filhos e 50% têm apenas um ou dois filhos.

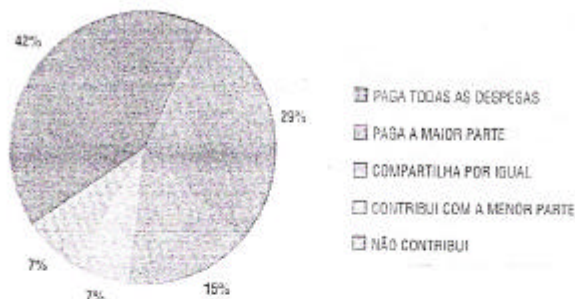
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA/SEXO

SEXO	TOTAL	ATÉ 24 ANOS	DE 25 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO RESPONDEU
Total	353	3	18	96	122	90	23	0
Masculino	86%	80%	60%	74%	90%	96%	100%	0%
Feminino	14%	20%	40%	26%	10%	4%	0%	100%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref		> 95%	> 95%	> 95%	> 67%	< 67%	

5. DADOS GERAIS

5.2. CONTRIBUIÇÃO PARA O ORÇAMENTO DOMÉSTICO

CONTRIBUIÇÃO PARA O ORÇAMENTO DOMÉSTICO



• A contribuição dos economistas do Rio de Janeiro para o orçamento doméstico é muito relevante: 42% pagam todas as despesas e 29% a maior parte das despesas. Ou seja, 71% são os principais responsáveis pela sustentação do núcleo familiar.

• A responsabilidade pelo pagamento das despesas está fortemente concentrada nos profissionais de 40 a 59 anos (61% da amostra). Os economistas que estão nesta faixa etária representam 69% dos que pagam todas as despesas e 70% dos que pagam a maior parte das despesas.

• Contribuição importante para o orçamento doméstico é dada, também, pelos economistas que estão na faixa de 30 a 39 anos, que representam 27% da amostra. Profissionais nesta faixa etária correspondem a 19% dos que pagam todas as despesas e a 24% dos que pagam a maior parte das despesas.

• A participação das mulheres no contingente dos que pagam todas as despesas é de 6% e no grupo dos que pagam a maior parte das despesas chega a 7% — inferior, portanto, à sua participação na amostra que alcança 14%.

• A contribuição das mulheres para o orçamento doméstico sobe expressivamente — atingindo 29% — quando se leva em conta o grupo dos que compartilham igualmente as despesas e chega a 63% no contingente dos que contribuem com menos de 50% para o orçamento doméstico.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ORÇAMENTO DOMÉSTICO

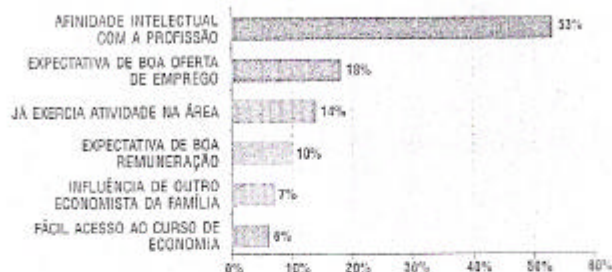
Total	353
Paga todas as despesas	42%
Paga a maior parte das despesas	29%
Compartilha por igual as despesas	15%
Contribui com uma parte menor	7%
Não contribui nas despesas	7%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

5. D A D O S G E R A I S

5.3. RAZÕES PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO

RAZÕES PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO



• As principais razões apresentadas para a escolha do curso de economia foram afinidade intelectual com a profissão (53% dos economistas), expectativa de um bom emprego (18%), o fato de já exercer atividades na área (14%) e a expectativa de boa remuneração (10%).

• A escolha da profissão não foi seriamente influenciada pelo fato dos pais terem sido economistas. Prova disso, é que 63% dos pais dos economistas do Rio de Janeiro não têm curso superior. Além disso, apenas 7% dos profissionais fizeram sua escolha devido à influência de algum economista da família.

• As razões apresentadas para a escolha da profissão de economista variam claramente de acordo com a faixa etária. Para os que têm mais de 50 anos as razões mais mencionadas foram o fato de já exercer alguma atividade na área e o fácil acesso ao curso de economia (custos, vaga, localização).

• Para os que estão na faixa de 25 a 49 anos as razões apontadas para a escolha da profissão foram outras: afinidade intelectual, influência de outro economista da família e expectativa de boa remuneração.

• Os economistas mais novos (até 24 anos) revelaram-se essencialmente pragmáticos: sua escolha foi motivada pela expectativa de um bom emprego e pela possibilidade de obtenção de uma boa remuneração.

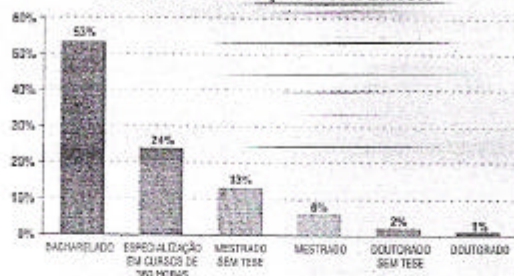
RAZÕES PARA A ESCOLHA DA PROFISSÃO POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	JÁ EXERCIA ATIVIDADES NESTA ÁREA	INFLUÊNCIA OUTRO ECON. NA FAMÍLIA	EXPECTATIVA BOA OFERTA DE EMPREGO	EXPECTATIVA DE BOA REMUNERAÇÃO	AFINIDADE INTELLECTUAL C/ PROFISSÃO	FÁCIL ACESSO (CUSTO, VAGAS...)	2ª OPÇÃO NO VESTIBULAR
Total	353	48	23	66	37	185	22	14
De 40 a 49 anos	36%	32%	11%	35%	10%	35%	32%	4%
De 30 a 39 anos	27%	19%	30%	28%	6%	32%	16%	20%
De 50 a 59 anos	26%	29%	1%	26%	24%	16%	39%	72%
Mais de 60 anos	6%	10%	0%	2%	8%	6%	0%	0%
De 25 a 29 anos	5%	2%	9%	7%	5%	7%	10%	0%
Até 24 anos	1%	0%	2%	3%	6%	2%	2%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	< 5%	< 1%	< 1%	< 1%	> 67%	< 67%	< 67%

5. D A D O S G E R A I S

5.4. GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA



• Os economistas do Rio de Janeiro fizeram, em geral, curso noturno (65%), se formaram em oito semestres (70%) e trabalharam em tempo integral pelo menos durante parte do curso (55%). A maioria tem apenas bacharelado (53%) e se formou em uma instituição de ensino superior particular (61%).

• Os economistas de 50 a 59 anos (26% da amostra) são os que apresentam maior grau de formação acadêmica. Estão nesta faixa etária 100% dos que fizeram doutorado e 54% dos que completaram doutorado, mas não defenderam tese.

• Na faixa de 40 a 49 anos (35% da amostra) estão 44% dos economistas do RJ que fizeram mestrado, mas ainda não apresentaram tese. Dos que conseguiram chegar ao doutorado (27% dos doutores), ninguém defendeu tese.

• Quanto à instituição de ensino em que foi realizado o curso de pós-graduação, há forte predomínio daquelas localizadas no Rio de Janeiro (79%), com ligeira vantagem para as particulares em relação às públicas (41% x 38%). A participação das instituições de ensino superior localizadas no exterior limita-se a 7%.

• As áreas escolhidas para pós-graduação foram economia (38%), administração (28%) e engenharia (11%). Dentre as razões apontadas para cursar a pós-graduação predominaram a perspectiva de ascensão profissional (46%), necessidade de atualização profissional (43%) e perspectivas de atuação na área acadêmica (15%).

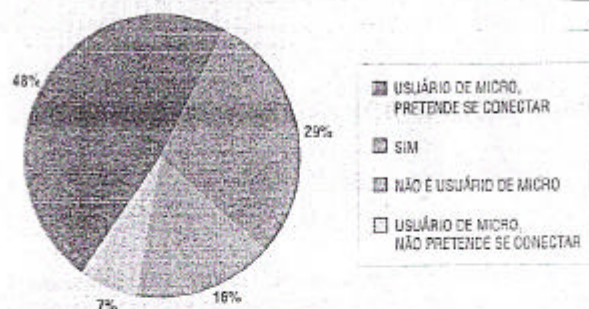
MAIOR GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	BACHARELADO	ESPECIALIZ. CURSO C/ 360 h OU +	MESTRADO SEM TESE	MESTRADO	DOUTORADO SEM TESE	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
Total	353	187	85	48	20	9	2	0
De 40 a 49 anos	35%	37%	31%	44%	12%	27%	0%	0%
De 30 a 39 anos	27%	30%	25%	21%	40%	13%	0%	0%
De 50 a 59 anos	26%	22%	29%	19%	36%	54%	100%	0%
Mais de 60 anos	6%	6%	7%	6%	8%	0%	0%	0%
De 25 a 29 anos	5%	4%	7%	7%	3%	0%	0%	0%
Até 24 anos	1%	1%	1%	2%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%		> 60%		> 67%		< 67%

5. D A D O S G E R A I S

5.5. ACESSO À INTERNET E
DOMÍNIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

USUÁRIO DA INTERNET



• A informática vem sendo rapidamente adotada pelos economistas do Rio de Janeiro. 29% já fazem parte do universo dos usuários da Internet. Outros 48% são usuários de micro e pretendem se conectar à Internet.

• Quanto ao domínio de línguas estrangeiras há amplo conhecimento do inglês. 70% dos economistas do Rio de Janeiro consideram seu grau de autonomia em inglês razoável, bom ou muito bom, vindo espanhol em segundo lugar (46%) e francês em terceiro (21%).

• As publicações especializadas em economia que os economistas lêem regularmente são Conjuntura Econômica, Exame, Jornal dos Economistas, Gazeta Mercantil e The Economist.

• Pouco mais de um terço dos economistas do Rio de Janeiro tem acesso regular a novos livros, periódicos ou textos especializados em economia. Um grupo um pouco maior (39%) tem acesso apenas eventual à literatura recente. Os que não têm qualquer acesso à literatura recente representam 26% dos economistas do Rio de Janeiro.

• A maioria (53%) dos economistas não esteve presente em qualquer evento da categoria nos últimos dois anos. Dos 47% que participaram, 36% o fizeram através de palestras e seminários. Um grupo bem menor (14%) participou de congressos no país e no exterior (excluindo-se o Congresso Brasileiro dos Economistas e a reunião anual da Anpec).

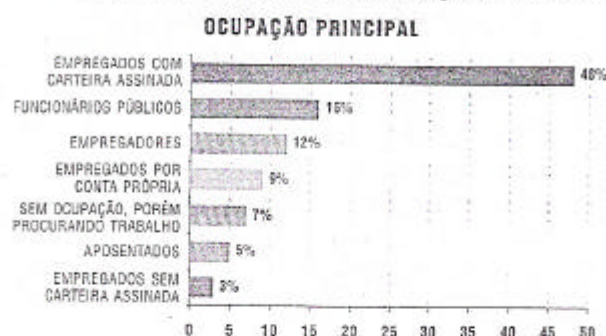
USUÁRIO DA INTERNET

Total	353
Sim	29%
Não, mas sou usuário de micro e pretendo me conectar	48%
Não e, embora usuário, não pretendo me conectar	7%
Não sou usuário de microcomputador	16%
Não	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	95%	90%	80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-------	-------

5. DADOS GERAIS

5.6. MERCADO DE TRABALHO E OCUPAÇÃO PRINCIPAL



• Os dados sobre ocupação principal revelam que 48% dos economistas do Rio de Janeiro são empregados com carteira assinada, 16% funcionários públicos, 12% empregadores, 9% empregados por conta própria e 7% estão sem ocupação, porém procurando trabalho.

• Os homens têm uma presença proporcionalmente mais importante do que as mulheres nas categorias empregado com carteira assinada, empregador e empregado por conta própria. O quadro se reverte em relação ao funcionalismo público. Enquanto 14% dos homens fazem parte do funcionalismo, nada menos que 30% das mulheres pertencem a essa categoria.

• Um contingente importante de economistas do Rio de Janeiro jamais mudou de emprego ou mudou apenas uma vez (38%) desde que se graduou e 36% mudaram duas ou três vezes.

• Dos que mudaram de emprego nos últimos dois anos, 20% foram demitidos devido à reestruturação da empresa, 16% se demitiram por insatisfação com a remuneração anterior, 14% saíram por insatisfação com as atribuições anteriores e 11% foram demitidos devido à crise financeira da empresa.

• Para os que estão desempregados e continuam buscando trabalho o mercado não parece favorável, em especial para os economistas acima de 40 anos. Destes, 49% andam à cata de colocação há mais de um ano e 19% há aproximadamente um ano. Além disso, 12% vêm procurando trabalho há aproximadamente 6 meses.

OCUPAÇÃO PRINCIPAL

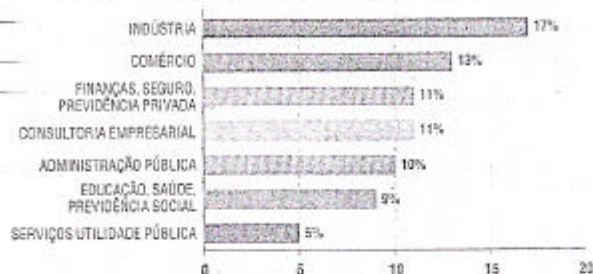
Total	353
Empregado com carteira assinada	48%
Empregado sem carteira assinada	3%
Funcionário público civil ou militar	16%
Empregador	12%
Conta-própria	9%
Sem ocupação, procurando trabalho	7%
Aposentado	4%
Estudante	1%
Está sem trabalhar voluntariamente	0%
Aposentado procurando emprego	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

5. DADOS GERAIS

5.7. EMPREGADORES E ATIVIDADE PRINCIPAL

SETOR EM QUE EXERCE A ATIVIDADE PRINCIPAL



• O principal empregador dos economistas do Rio de Janeiro é a empresa privada nacional (43%). O setor público federal vem a seguir (23%) e a empresa privada de origem internacional aparece em terceiro lugar (9%).

• Há grande diversificação em relação ao setor de atividade da empresa ou instituição em que o economista exerce sua atividade principal. A atividade mais citada é a indústria (17%), seguida de perto pelo comércio (13%).

• Setores de atividade de grande importância, também, são finanças, seguros e previdência privada (11%), consultoria empresarial (10%), administração pública (10%) e educação e saúde (9%).

• Quanto ao porte da empresa em que o economista exerce sua atividade principal, há quase um empate entre o contingente dos que trabalham em empresa de porte médio, com mais de 99 até 999 empregados, (25%) e os que estão ligados a estruturas de grande porte (24%), com mais de 4.999 empregados. As empresas pequenas (com até 29 empregados) também são empregadoras importantes (21%).

• Muitos dos que fizeram o curso de economia não trabalham como economistas profissionais. Enquanto 49% têm sua ocupação principal relacionada ao curso de economia, 35% a consideram pouco relacionada e 16% não a consideram relacionada à economia. A migração para outras áreas teve duas razões principais: impossibilidade de conseguir trabalho (41%) e maior remuneração em outros campos profissionais (11%).

SETOR EM QUE EXERCE A ATIVIDADE PRINCIPAL

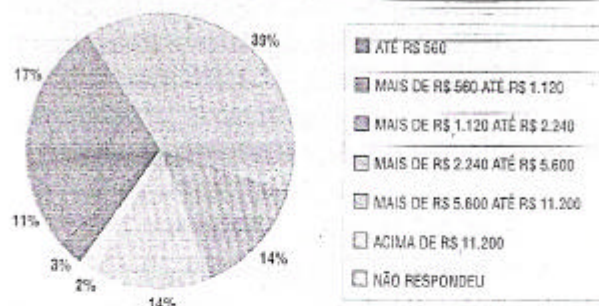
Total	307
Indústria	17%
Comércio	13%
Finanças, seguros e previdência privada	11%
Consultoria empresarial	10%
Administração pública	10%
Educação, saúde, previdência social	9%
Serviços de utilidade pública	5%
Pesquisa e desenvolvimento	4%
Outros	21%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------

5. DADOS GERAIS

5.8. FAIXAS DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL

FAIXAS DE RENDA



• A faixa de remuneração que abriga maior contingente de economistas do Rio de Janeiro (39%) é a que varia de mais de R\$ 2.240 a R\$ 5.600. Em segundo lugar, aparecem os que recebem de mais de R\$ 1.120 a R\$ 2.240 (17%).

• Os economistas mais bem remunerados estão concentrados em dois grupos que têm o mesmo peso relativo. Os que recebem de mais R\$ 5.600 a R\$ 11.200 representam 14% dos profissionais do Rio de Janeiro. Os que têm um rendimento superior a R\$ 11.200 também representam 14% e estão concentrados nas empresas privadas nacionais e nas empresas privadas de origem internacional.

• Os economistas mais bem remunerados do Rio de Janeiro têm entre 40 e 49 anos. Este grupo representa 53% dos profissionais que recebem mais de R\$ 11.200 e 44% dos que estão na faixa de mais de R\$ 5.600 até R\$ 11.200. Economistas na faixa de 50 a 59 anos ocupam a segunda posição no que diz respeito à remuneração, apresentando ligeira vantagem em relação aos que têm de 30 a 39 anos.

• No que diz respeito à ocupação principal, ficou evidente que a remuneração dos economistas que trabalham no funcionalismo público está longe de ser brilhante. Embora representem 19% da amostra, os funcionários têm uma participação de 40% no grupo dos que recebem de mais de R\$ 560 a R\$ 1.120 e de 25% no dos que estão na faixa de mais de R\$ 1.120 a R\$ 2.240.

• As mulheres obtêm, em geral, remunerações inferiores aos homens. Embora representem 14% da amostra, as economistas correspondem a apenas 2% dos profissionais que ganham acima de R\$ 11.200 e a 4% dos que estão na faixa de mais de R\$ 5.600 a R\$ 11.200. Os contingentes mais numerosos recebem de mais de R\$ 560 a R\$ 1.120 (31%) e de mais de R\$ 1.120 a R\$ 2.240 (23%).

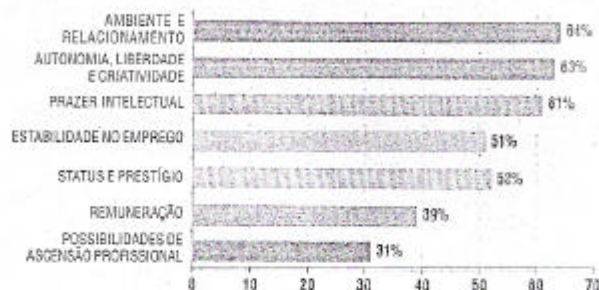
FAIXAS DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, POR SEXO

SEXO	TOTAL	ATÉ R\$ 336	+ DE R\$ 336 ATÉ R\$ 560	+ DE R\$ 560 ATÉ R\$ 1.120	+ DE R\$ 1.120 ATÉ R\$ 2.240	+ DE R\$ 2.240 ATÉ R\$ 5.600	+ DE R\$ 5.600 ATÉ R\$ 11.200	+ R\$ 11.200	NÃO RESPONDEU
Total	307	4	5	33	53	121	43	42	6
Masculino	86%	81%	92%	69%	77%	87%	96%	98%	73%
Feminino	14%	19%	8%	31%	23%	13%	4%	2%	27%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA		Ref	> 95%	> 90%	> 80%	> 67%	< 67%		

5. D A D O S G E R A I S

5.9. GRAU DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO ATUAL

GRAU DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO MUITO SATISFEITOS OU SATISFEITOS



• Os economistas do Rio de Janeiro estão predominantemente muito satisfeitos ou satisfeitos em relação a três aspectos de seu trabalho atual: ambiente e relacionamento (64%), autonomia, liberdade e criatividade (63%) e prazer intelectual (61%).

• O grau de satisfação decai quando entram em cena status e prestígio (52%) e estabilidade no emprego (51%) e despenca quando são aviladas a remuneração (39%) e as possibilidades de ascensão profissional (31%).

• Os funcionários públicos (19% da amostra) formam o grupo de economistas do Rio de Janeiro mais insatisfeitos com seu trabalho atual, exceto no que diz respeito à estabilidade no emprego. Os mais satisfeitos são, em geral, os empregados com carteira assinada (55% da amostra). Este grupo representa 59% dos que estão satisfeitos com o status e prestígio da profissão de economista e 73% dos que se consideram muito satisfeitos.

• As mulheres revelaram, freqüentemente, um grau de satisfação profissional inferior ao dos homens. Embora representem 14% da amostra, as economistas têm uma participação de apenas 6% no grupo dos que se dizem muito satisfeitos com sua remuneração. Tal participação sobe para 10% no grupo dos pouco satisfeitos e para 30% no dos insatisfeitos.

• As economistas se revelaram mais insatisfeitas do que os homens quanto ao prazer intelectual proporcionado por seu trabalho atual. Quanto ao grau de status e prestígio e ao ambiente de trabalho e relacionamento profissional não há diferenças significativas de satisfação entre homens e mulheres.

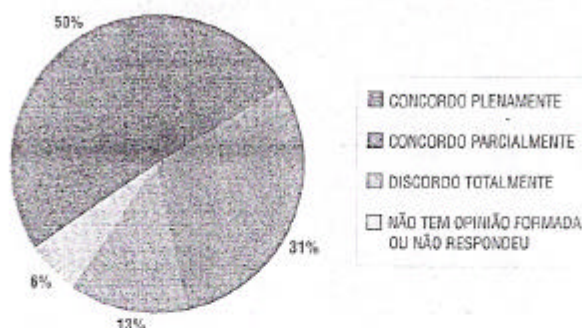
GRAU DE SATISFAÇÃO COM A REMUNERAÇÃO, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

OCUPAÇÃO	TOTAL	INSATISFEITO	POUCO	SATISFEITO	MUITO	NÃO RESPONDEU
Total	307	43	107	100	18	40
Empregado carteira assinada	55%	15%	57%	57%	63%	52%
Func. público civil ou militar	19%	39%	19%	13%	0%	16%
Empregador	14%	8%	9%	10%	21%	12%
Conta-própria	10%	3%	10%	8%	10%	21%
Empregado s/ cart. assinada	3%	7%	5%	1%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 87%	< 67%	

5. D A D O S G E R A I S

5.10. FORMAÇÃO, PROFISSÃO E ÉTICA

INTRODUÇÃO DO EXAME DE FIM DE CURSO



• Os profissionais do Rio de Janeiro atribuem a discussão recorrente sobre o desgaste da imagem pública do economista a basicamente duas razões: descrédito junto à opinião pública dos chamados economistas oficiais identificados como responsáveis pelos planos de estabilização macroeconômica do governo federal (50%) e à perda de nitidez das funções do economista devido à exigência de profissionais com formação multidisciplinar (47%).

• Os economistas revelaram grande preocupação com a avaliação da qualificação dos que estão chegando ao mercado de trabalho. Prova disso é que 81% dos profissionais concordam plenamente ou parcialmente com a realização de um exame de fim de curso, através do qual se procurará avaliar a qualidade dos cursos de ensino superior.

• 70% dos economistas do Rio de Janeiro defendem que tal exame de fim de curso seja uma verificação ao estilo da prova que os advogados têm que fazer, por iniciativa da OAB, como condição para o exercício da profissão.

• Os economistas fluminenses revelam um grande grau de desinformação a respeito do código de ética da profissão. 90% desconhecem o código ou o conhecem apenas superficialmente.

• O grau de sindicalização dos economistas do Rio de Janeiro é bem superior à média nacional, que anda em torno de 17% nas principais categorias profissionais. 28% dos economistas estão inscritos no Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro e 11% em outros sindicatos.

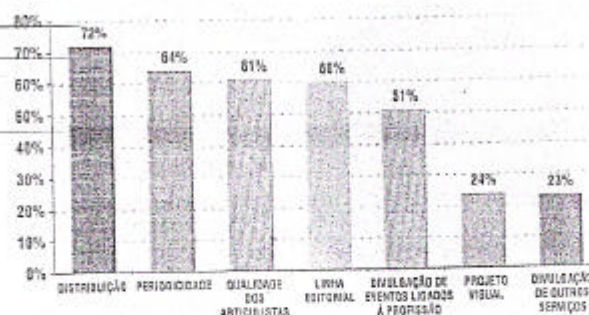
INTRODUÇÃO DO EXAME DE FIM DE CURSO

Total	353
Concordo plenamente	50%
Concordo parcialmente	31%
Discordo totalmente	13%
Não tenho opinião formada	4%
Não respondeu	2%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

5. DADOS GERAIS

5.11. AVALIAÇÃO DO JORNAL DOS ECONOMISTAS

AVALIAÇÃO DO JORNAL DOS ECONOMISTAS
CLASSIFICAÇÃO: MUITO BOM E BOM

• O Jornal dos Economistas é lido regularmente por 49% dos economistas do Rio de Janeiro e eventualmente por 43%.

• Os profissionais do Rio de Janeiro destacaram como pontos fortes do Jornal dos Economistas (levando-se em conta a classificação de muito bom e bom) a distribuição (72%), periodicidade (64%), a qualidade dos articulistas e colaboradores (61%) e a linha editorial (60%).

• As informações sobre eventos ligados à profissão também tiveram um índice satisfatório de aprovação (51%). O mesmo não se pode dizer, porém, do projeto visual (24%) e da divulgação de outros serviços como anúncios e promoções (23%).

• Os que mais aprovam a linha editorial do Jornal dos Economistas são os profissionais que têm de 30 a 39 anos, vindo em seguida os de 50 a 59 anos. Restrições acima da média foram apresentadas por economistas de 40 a 49 anos.

• O maior índice de aprovação no que diz respeito à seleção de articulistas e colaboradores foi registrado dentre os economistas de 40 a 49 anos (que correspondem a 40% dos que consideram o jornal muito bom). As maiores restrições partiram dos economistas acima de 60 anos.

AVALIAÇÃO DO JORNAL DOS ECONOMISTAS

Total	353
Lê regularmente	49%
Lê eventualmente	43%
Não lê	7%
Não respondeu	1%

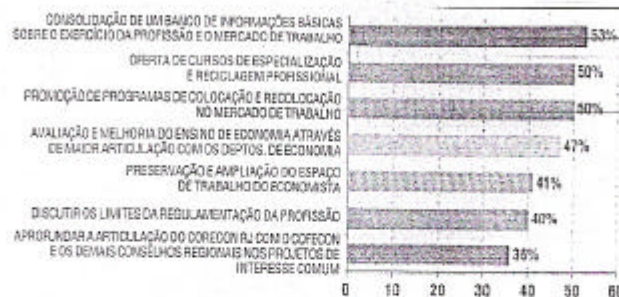
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 87%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

OS ECONOMISTAS DO RIO DE JANEIRO VÊEM MERCADO DE TRABALHO E OPINIÕES

5. D A D O S G E R A I S

5.12. ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE ECONOMISTAS EM 1997 E 1998

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO DAS ENTIDADES



• A expectativa dos economistas do Rio de Janeiro em relação à atuação das entidades que os representam revela grande preocupação com a transparência e ampliação do mercado de trabalho e com a melhoria da qualificação profissional, confirmando o que foi constatado em relação à aprovação do exame de fim de curso, a autonomia em línguas estrangeiras e a crescente utilização da Internet.

• A iniciativa considerada prioritária pelos economistas do Rio de Janeiro para 97 e 98, indicada por 53% dos profissionais, é a consolidação de um banco de informações básicas sobre o exercício da profissão e o mercado de trabalho.

• Alta prioridade foi concedida, também, à oferta de cursos de especialização e reciclagem profissional e à promoção de programas de colocação e recolocação no mercado de trabalho, ambas apontadas por 50% dos profissionais.

• Receberam também indicações significativas a avaliação e melhoria do ensino de economia através de maior articulação com os departamentos de economia das instituições acadêmicas e órgãos de governo (47%) e a ampliação dos espaços de trabalho do economista (41%).

• A formação de um banco de informações básicas foi destacada principalmente por economistas de 50 a 59 anos, que em muitos casos estão se preparando para dar uma guinada na sua vida profissional e trabalhar como consultores. A promoção de cursos de especialização foi defendida com mais intensidade por economistas de 25 a 29 anos e os programas de colocação e recolocação no mercado de trabalho por profissionais de 30 a 59 anos.

INICIATIVAS PARA CONSOLIDAÇÃO DE PROGRAMAS DE PESQUISA

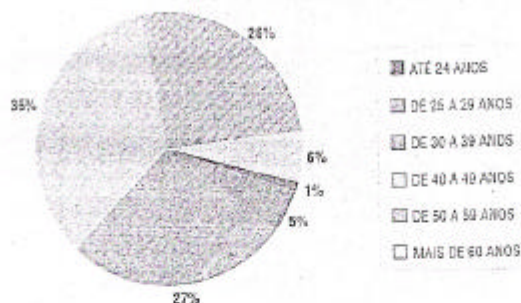
SEXO	TOTAL	ALTA	NÃO RESPONDEU	MÉDIA	BAIXA
Total	353	189	72	71	21
Masculino	86%	83%	89%	89%	97%
Feminino	14%	17%	11%	11%	3%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 90%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

6. FAIXA ETÁRIA

6.1. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA



- A faixa etária parece ter forte influência na ocupação principal que vem sendo exercida pelo economista do Rio de Janeiro. Os mais jovens (até 29 anos) são, em geral, estudantes ou estão voluntariamente desempregados. Os que têm de 50 a 59 anos, embora representem 26% da amostra, correspondem a nada menos que 40% dos que trabalham por conta própria.
- Os que têm de 30 a 39 anos apresentam uma inserção diversificada no mercado de trabalho (empregados com carteira assinada, empregadores, funcionários públicos e empregados por conta própria). Os que estão na faixa de 40 a 49 anos (35% da amostra) têm uma presença especialmente importante no grupo dos empregadores (44%) e dos empregados com carteira assinada (42%).
- Os economistas de 30 a 39 anos representam 34% dos economistas que estão sem ocupação e procurando trabalho (7% dos economistas do Rio de Janeiro), contra 22% para os que têm de 40 a 49 anos e 26% dos que têm de 50 a 59 anos.
- Os economistas com até 39 anos representam 100% dos que estão procurando trabalho há cerca de 3 meses e 99% dos que estão nesta situação há cerca de 6 meses.
- A participação dos economistas com até 39 anos cai para apenas 17% no universo dos que estão sem ocupação e procurando trabalho há um ano ou mais. Já os economistas acima de 40 anos respondem por 83% dos que estão buscando colocação há um ano ou mais. A idade parece, portanto, pesar contra os que estão desempregados e querem voltar ao mercado de trabalho.

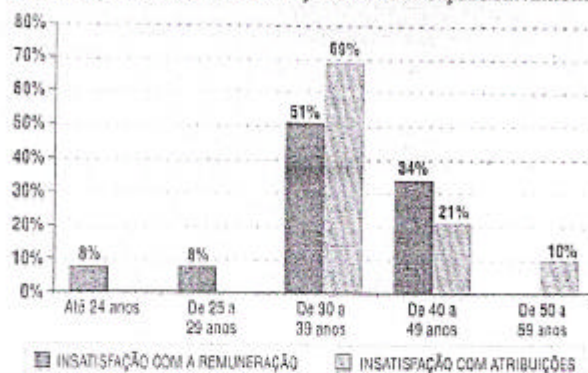
OCUPAÇÃO PRINCIPAL POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	EMPREGADO C/ CARTEIRA ASSINADA	EMPREGADO S/ CARTEIRA ASSINADA	FUNÇÃO PÚBLICA CIVIL OU MILITAR	EMPREGADOR	CONTA- PRÓPRIA	S/ OCUPAÇÃO PROCURANDO TRABALHO	APOSENTADO
Total	353	168	9	57	42	31	23	18
De 40 a 49 anos	35%	42%	18%	32%	44%	23%	22%	7%
De 30 a 39 anos	27%	27%	57%	36%	23%	22%	34%	0%
De 50 a 59 anos	26%	20%	19%	29%	23%	40%	26%	47%
Mais de 60 anos	6%	4%	0%	0%	3%	13%	5%	47%
De 25 a 29 anos	6%	6%	0%	2%	7%	2%	12%	0%
Até 24 anos	1%	1%	8%	0%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref		95%		10%		> 67%	
							< 67%	

6. FAIXA ETÁRIA

6.2. MUDANÇA DE EMPREGO

INSATISFAÇÃO COM A REMUNERAÇÃO OU ATRIBUIÇÕES ANTERIORES



• Os que têm de 50 a 59 anos, em geral, mudaram de emprego a contragosto. Os profissionais nessa faixa etária foram demitidos devido à reestruturação ou a algum tipo de crise financeira enfrentada pela empresa.

• A reestruturação da empresa também foi uma das razões apontadas pelos economistas na faixa de 40 a 49 anos que mudaram de emprego. Um contingente mais expressivo trocou de emprego por iniciativa própria, pois estava insatisfeito com a remuneração anterior.

• A crise financeira ou reestruturação da empresa também contribuíram para que os economistas de 30 a 39 anos mudassem de emprego. Profissionais nesta faixa etária representaram pelo menos 32% dos que foram demitidos por estas causas.

• Na faixa etária de 30 a 39 anos a insatisfação com o emprego anterior teve, porém, grande peso na decisão de buscar outro trabalho. 69% dos que saíram do emprego por insatisfação com a remuneração estão nesta faixa etária, assim como 51% dos que decidiram mudar de área devido à insatisfação com as atribuições anteriores.

• Os economistas mais novos — até 29 anos — mudaram de emprego por insatisfação com a remuneração anterior ou devido à crise financeira da empresa em que trabalhavam.

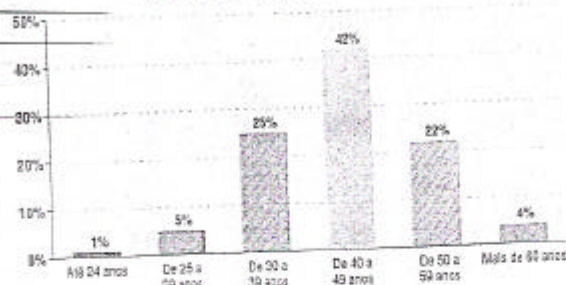
RAZÕES DA MUDANÇA DE EMPREGO, POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	DEMITIU-SE INSATISF. REMUN. ANT.	DEMITIU-SE INSATISF. ATRIB. ANT.	FOI DEMITIDO REESTRUT. NA EMPRESA	FOI DEMITIDO CRISE FINANC. NA EMPRESA	DEMITIDO DO "COLLAR"	APOSENTADO	PELA IDADE
Total	86	13	12	17	10	1	6	1
De 30 a 39 anos	35%	51%	69%	32%	35%	0%	0%	0%
De 40 a 49 anos	25%	34%	21%	33%	17%	0%	0%	0%
De 50 a 59 anos	20%	0%	10%	35%	37%	100%	77%	0%
De 25 a 29 anos	12%	8%	0%	0%	12%	0%	0%	0%
Mais de 60 anos	6%	0%	0%	0%	0%	0%	23%	100%
Até 24 anos	3%	8%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 95%	> 90%	> 90%	> 67%	< 67%	< 67%

6. FAIXA ETÁRIA

6.3. EMPRESA OU INSTITUIÇÃO
EM QUE EXERCE OCUPAÇÃO PRINCIPAL

EMPRESA PRIVADA NACIONAL



- Na empresa privada de origem internacional há uma presença bem acima da média de economistas de 25 a 29 anos. Este grupo representa 4% dos economistas do Rio de Janeiro, mas sua participação no contingente contratado pelas empresas internacionais chega a 12%.
- No serviço público federal há uma forte presença de economistas de 30 a 39 anos (sua participação chega a 42% contra 29% na amostra), seguida pelo contingente de profissionais de 40 a 49 anos (38% dos economistas do serviço público).
- Os economistas de 50 a 59 anos estão sub-representados no serviço público federal. Eles correspondem a 24% da amostra, mas sua presença no contingente de economistas do serviço público não passa de 14%. O mesmo ocorre nas empresas privadas de origem internacional.
- Nas empresas públicas federais de economia mista não há economistas com mais de 60 anos. Essa situação contrasta com a das empresas públicas de economia mista estaduais em que a presença dos economistas mais experientes chega a 16%.
- Fora do universo dos grandes empregadores — empresa privada nacional, empresa pública de economia mista, empresa privada de origem internacional e serviço público federal — um fato que chama particularmente a atenção é a presença de economistas de 50 a 59 anos nas instituições particulares de ensino superior (64% dos que fazem parte deste grupo).

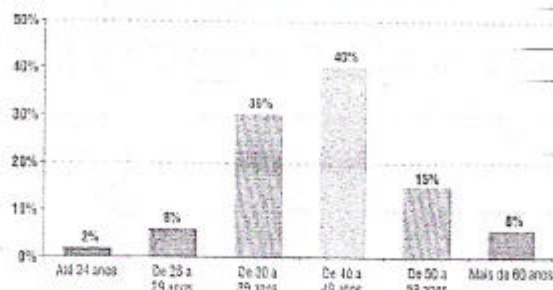
EMPRESA OU INSTITUIÇÃO EM QUE EXERCE SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	IES PARTICULAR	EMPRESA PRIVADA NACIONAL	EMPRESA PRIVADA INTERNAC.	EMPR. PÚBL. ECONOMIA MISTA FED.	ENPR. PÚBL. ECONOMIA MISTA EST.	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS SINDICAIS...
Total	307	11	132	28	48	11	22	12
De 40 a 49 anos	38%	21%	42%	38%	47%	50%	38%	33%
De 30 a 39 anos	29%	11%	25%	29%	22%	32%	42%	43%
De 50 a 59 anos	24%	64%	22%	17%	27%	37%	14%	10%
Mais de 60 anos	4%	5%	5%	12%	2%	0%	0%	0%
De 25 a 29 anos	4%	0%	4%	6%	0%	16%	5%	14%
Até 24 anos	1%	0%	1%	0%	2%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA		Ref	95%	90%	90%	> 67%	< 67%	

6. FAIXA ETÁRIA

6.4. SETORES DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

SETOR DE ATIVIDADE - INDÚSTRIA



• Os setores financeiro e industrial, que em geral pagam os melhores salários aos economistas do Rio de Janeiro, empregam preferencialmente economistas de 30 a 49 anos. Profissionais nesta faixa etária representam 79% dos economistas empregados pelo setor financeiro e 70% dos que trabalham na indústria.

• O quadro muda completamente de figura quando a análise recai sobre os segmentos de consultoria empresarial e administração pública. Economistas de mais de 50 anos embora representem 28% da amostra, dominam o grupo de consultoria empresarial (61% dos profissionais têm mais de 50 anos).

• A presença de economistas mais experientes também é muito importante na administração pública. Economistas de mais de 60 anos têm participação de 10% na administração pública, embora sua presença na amostra se limite a 4%.

• O mesmo fenômeno — forte presença de economistas mais experientes — se verifica igualmente no segmento de educação, saúde e previdência privada. Profissionais de 50 a 59 anos correspondem a 33% dos economistas empregados neste segmento, embora sua participação na amostra não ultrapasse 24%.

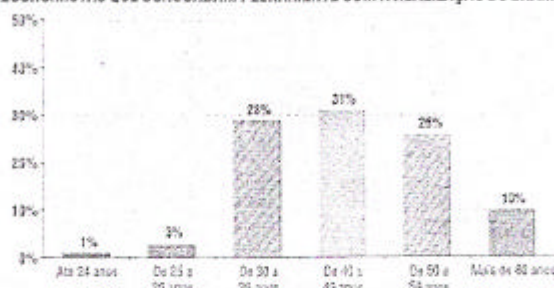
• Em contraste, nenhum economista até 29 anos trabalha na administração pública, embora sua presença na amostra seja de 4%, semelhante à dos profissionais com mais de 60 anos.

SETOR DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E ALUGUEIS	CONSULTORIA EMPRESARIAL	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	FINANÇAS/SEGUROS PREV. PRIV.	EDUCAÇÃO E SAÚDE PREV. SOC.	CORREIO E TELECOMUNICAÇÕES	CULTURA, ESPORTE E LAZER	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Total	8	31	13	33	27	11	8	30
De 40 a 49 anos	29%	16%	25%	45%	33%	49%	70%	34%
De 30 a 39 anos	27%	14%	34%	33%	27%	21%	30%	34%
De 50 a 59 anos	44%	48%	36%	15%	33%	19%	0%	22%
De 25 a 29 anos	0%	6%	0%	5%	6%	0%	0%	0%
Mais de 60 anos	0%	13%	0%	0%	0%	11%	0%	10%
Até 24 anos	0%	2%	5%	2%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 95%	> 95%	> 95%	> 67%	< 67%	< 67%

6. FAIXA ETÁRIA

6.5. IMAGEM DOS ECONOMISTAS, FORMAÇÃO E JORNAL DOS ECONOMISTAS

INTRODUÇÃO DO EXAME DE FIM DE CURSO, POR FAIXA ETÁRIA
ECONOMISTAS QUE CONCORDAM PLENAMENTE COM A REALIZAÇÃO DO EXAME

• Para os economistas acima de 50 anos, o eterno debate sobre o desgosto da imagem dos economistas não se deve apenas ao descrédito dos economistas oficiais e à indefinição das funções dos economistas, mas também à falta de assunto da mídia especializada. Nada menos que 51% das indicações a esse respeito partiram dos profissionais mais experientes.

• A ampla aprovação do exame de fim de curso em todas as faixas etárias apresenta algumas variações importantes. 100% dos economistas de até 24 anos e os de mais de 60 anos aprovam a introdução do exame.

• Nas faixas etárias intermediárias a adesão, embora positiva, é um pouco menos entusiástica. Dos que discordam do exame de fim de curso 35% têm de 40 a 49 anos, 35% de 30 a 39 anos e 30% de 50 a 59 anos.

• O Jornal dos Economistas é muito lido em todas as faixas etárias. A distribuição por faixa etária dos que lêem a publicação regularmente comprova isso: 34% de 40 a 49 anos, 29% de 50 a 59 anos, 21% de 30 a 39 anos, 9% acima de 60 anos, etc.

• Os que menos lêem, em termos relativos, o Jornal dos Economistas são os economistas de 30 a 39 anos. Profissionais desta faixa etária representam 59% do pequeno grupo (8% dos economistas do Rio de Janeiro) dos que não lêem o jornal.

INTRODUÇÃO DO EXAME DE FIM DE CURSO, POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	NÃO RESPONDEU
Total	363	176	110	47	16	4
De 40 a 49 anos	36%	31%	42%	35%	17%	16%
De 30 a 39 anos	27%	26%	21%	33%	49%	0%
De 50 a 59 anos	26%	26%	21%	30%	33%	34%
Mais de 60 anos	6%	10%	4%	0%	0%	0%
De 25 a 29 anos	5%	3%	10%	2%	0%	0%
Até 24 anos	1%	1%	2%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	0%	0%	0%	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Rel	> 50%	> 10%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

7.1. GRAU DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

SETOR DE ATIVIDADE - INDÚSTRIA



• Os funcionários públicos compõem o grupo de maior grau de formação acadêmica. Embora representem 16% da amostra, os funcionários públicos compreendem 21% dos que completaram o mestrado, 45% dos que fizeram doutorado sem tese e 50% dos que concluíram o doutorado.

• Os empregados com carteira assinada (48% da amostra) representam o grupo mais bem qualificado, do ponto de vista da formação acadêmica, depois dos funcionários públicos. Este grupo compreende 54% dos que têm mestrado sem tese, 52% dos que concluíram o mestrado e 50% dos que terminaram o doutorado.

• Os empregados com carteira assinada representam 50% dos que se pós-graduaram em economia, 69% dos pós-graduados em administração e 43% dos pós-graduados em engenharia.

• Já os empregadores (12% da amostra) não registram a presença de qualquer profissional que tenha feito doutorado ou doutorado sem tese. Os que foram mais longe em matéria de educação formal fizeram o mestrado — em geral, em informática.

• Os que trabalham por conta própria (9% da amostra) têm em geral uma trajetória acadêmica mais prolongada do que a dos empregadores. 14% dos que fizeram doutorado trabalham por conta própria.

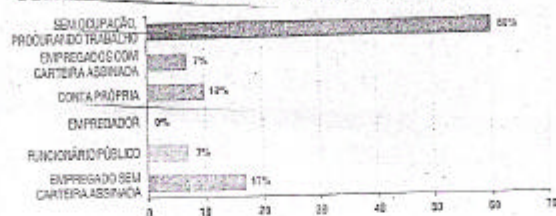
FORMAÇÃO ACADÊMICA, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

CONDIÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	BACHARELADO	ESPECIAL. CURSO 360H OU MAIS	MESTRADO SEM TESE	MESTRADO	DOUTORADO SEM TESE	DOUTORADO
Total	353	187	85	48	20	9	2
Empregado com carteira assinada	48%	43%	56%	54%	52%	41%	50%
Funcionário público civil ou militar	16%	17%	7%	20%	21%	45%	50%
Empregador	12%	15%	12%	4%	10%	0%	0%
Conta-própria	9%	10%	8%	5%	6%	14%	0%
Sem ocupação, procurando trabalho	7%	6%	8%	6%	6%	0%	0%
Aposentado	5%	3%	6%	9%	6%	0%	0%
Empregado sem carteira assinada	3%	4%	1%	1%	0%	0%	0%
Estudante	1%	0%	1%	3%	0%	0%	0%
Aposentado procurando emprego	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Está sem trabalhar voluntariamente	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%		> 80%		> 67%	

7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

7.2. MUDANÇA DE EMPREGO

MUDANÇA DE EMPREGO DEMITIDO DEVIDO À REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA



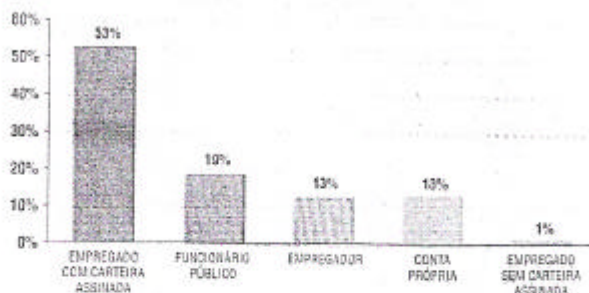
- 25% dos economistas do Rio de Janeiro mudaram de emprego nos últimos dois anos. Dos que estão sem ocupação e procurando trabalho — 27% dos que mudaram de emprego — o abandono da última ocupação não representou em geral uma escolha voluntária. Em 60% dos casos a mudança de trabalho foi provocada por crise ou reestruturação financeira da empresa.
- Situação distinta é apresentada pelos que são atualmente empregados com carteira assinada ou funcionários públicos e mudaram de emprego nos últimos dois anos. Estes trocaram de emprego, basicamente, pela insatisfação com a remuneração ou com as atribuições anteriores.
- Os empregados com carteira representam nada menos que 50% dos que se demitiram devido à insatisfação com as atribuições anteriores.
- Os que mudaram de emprego e se tornaram empregadores fizeram tal opção devido principalmente à crise financeira da empresa em que trabalhavam ou porque estavam insatisfeitos com suas atribuições anteriores. Isso parece indicar que alguns se tornaram empregadores por vontade própria e outros porque tendo perdido a colocação anterior resolveram partir para montar seu negócio.
- Os que estão trabalhando por conta própria, em geral, se aposentaram e resolveram se transformar em professores, comerciantes e consultores. Embora representem 15% da amostra, os que trabalham por conta própria correspondem a 54% daqueles que mudaram de emprego por motivo de aposentadoria.

RAZÕES DA MUDANÇA DE EMPREGO, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	NÃO RESPONDEU	FOI DEMITIDO REESTRUT. NA EMPRESA	DEMITIU-SE INSATISF. REMUN. ANT.	DEMITIU-SE INSATISF. ATRIB. ANT.	FOI DEMITIDO CRISE FINANC. NA EMPRESA	APOSENTADO
Total	86	27	17	13	12	10	5
Empregado com carteira assinada	25%	36%	7%	24%	41%	5%	23%
Empregado sem carteira assinada	8%	8%	17%	0%	0%	0%	0%
Funcionário público civil ou militar	10%	13%	7%	22%	20%	0%	0%
Empregador	10%	22%	0%	0%	10%	12%	0%
Conta-própria	15%	10%	10%	16%	10%	24%	6%
Sam ocupação, procurando trabalho	27%	4%	60%	29%	10%	60%	0%
Estudante	3%	2%	0%	9%	0%	0%	0%
Está sem trabalhar voluntariamente	1%	2%	0%	0%	0%	0%	0%
Aposentado procurando emprego	1%	0%	0%	0%	0%	0%	23%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Rat	> 95%	> 100%	> 67%	> 67%	< 67%	

7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

7.3. FAIXA DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL

FAIXA DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL
DE MAIS DE R\$ 2.240 A R\$ 5.600

• Os profissionais mais bem remunerados são os empregados com carteira assinada. Estes, embora representem 55% da amostra, correspondem a 74% dos que recebem mais de R\$ 5.600 até R\$ 11.200 e a 59% dos que ganham mais de R\$ 11.200.

• Os empregados com carteira assinada têm peso importante, também, (53%) no grupo dos que recebem de mais de R\$ 2.240 a R\$ 5.600.

• Os empregadores, que representam 14% da amostra, têm seu maior contingente concentrado na faixa de mais de R\$ 2.240 a R\$ 5.600. Sua participação nos grupos de renda mais alta é superior ao seu peso na amostra: 18% na faixa de mais de R\$ 5.600 até R\$ 11.200 e 21% acima de R\$ 11.200.

• Os empregados por conta própria (10% da amostra) ao que parece têm em geral remuneração inferior à dos empregadores. Os empregados por conta própria estão concentrados em duas faixas de renda: de mais de R\$ 1.120 até R\$ 2.240 e de mais de R\$ 2.240 até R\$ 5.600.

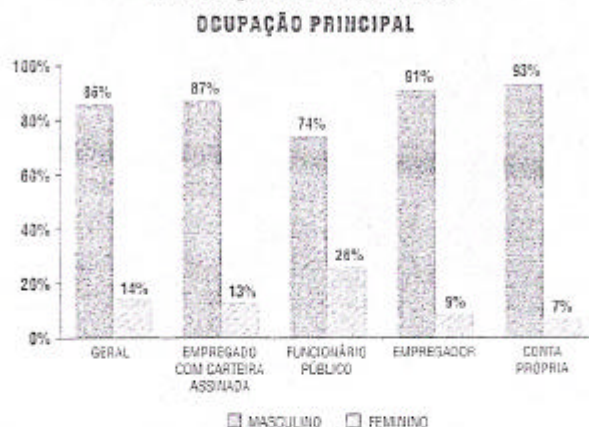
• Um pequeno contingente dos empregados por conta própria consegue ficar no topo da pirâmide e ganhar mais de R\$ 11.200 (9% dos que fazem parte desse grupo).

FAIXA DE RENDIMENTO TOTAL MENSAL, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	ATÉ R\$ 336	+ DE R\$ 336 ATÉ R\$ 560	+ DE R\$ 560 ATÉ R\$ 1.120	+ DE R\$ 1.120 ATÉ R\$ 2.240	+ DE R\$ 2.240 ATÉ R\$ 5.600	+ DE R\$ 5.600 ATÉ R\$ 11.200
Total	307	4	5	33	53	121	43
Empregado com carteira assinada	55%	47%	42%	37%	51%	53%	74%
Funcionário público civil ou militar	19%	0%	18%	40%	25%	19%	8%
Empregador	14%	34%	21%	9%	7%	13%	18%
Conta-própria	10%	0%	19%	13%	10%	13%	0%
Empregado sem carteira assinada	3%	19%	0%	2%	7%	1%	0%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%		

7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

7.4. POSIÇÃO DAS MULHERES: OCUPAÇÃO E ATUAÇÃO NA PROFISSÃO



• As mulheres — que representam 14% dos economistas do Rio de Janeiro — têm participação muito importante no funcionalismo público, nada menos que 26%, e de menor peso no universo dos empregados com carteira assinada (13%), no dos empregadores (9%) e no dos empregados por conta própria (7%).

• As economistas têm presença importante na empresa privada nacional (12% do contingente de economistas ligados a esse empregador), nas empresas públicas de economia mista em todos os níveis (participação que chega a 22% nas empresas municipais), nas instituições de ensino superior federais (23% dos economistas) e no serviço público federal.

• A presença das mulheres ainda é irrelevante nas instituições privadas de ensino superior e modesta nas empresas privadas de origem internacional (9%).

• Para 38% dos economistas do Rio de Janeiro a participação da mulher é crescente e sem discriminação de gênero. Essa avaliação não conta, porém, com a concordância das mulheres para quem as economistas ganham menos do que seus colegas para atribuições iguais e ocupam cargos de menor hierarquia funcional.

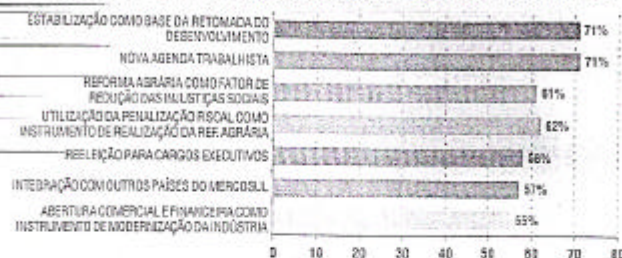
OCUPAÇÃO PRINCIPAL, POR SEXO

SEXO	TOTAL	EMPREGADO CART. ASSIN. S/	EMPREGADO CART. ASS. CIVIL/MILITAR	FUNC. PÚBL.	EMPREGADOR	CONTA- PRÓPRIA	SEM OCUP. PROC. TRAB.	APOSENTADO	ESTUDANTE
Total	353	168	9	57	42	31	23	18	2
Masculino	86%	87%	87%	74%	91%	93%	88%	93%	44%
Feminino	14%	13%	13%	26%	9%	7%	12%	7%	56%
GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA		Rat		0,05%		> 67%		< 67%	

8. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

8.1. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

PRINCIPAIS CONCORDÂNCIAS COM A POLÍTICA ECONÔMICA



- A grande discordância dos economistas do Rio de Janeiro (57%) é com a manutenção de taxas de juros reais elevadas para atrair investidores estrangeiros, apesar de seus efeitos negativos sobre consumo e investimento.
- Os dois itens que receberam maior aprovação (71%) foram a consolidação da estabilização como base do desenvolvimento e a consolidação de uma nova agenda trabalhista, incluindo temas como produtividade, remuneração variável, retraining de mão-de-obra e reestruturação produtiva.
- A reforma agrária conta com amplo apoio entre os economistas do Rio de Janeiro (61%), que a consideram um importante instrumento de promoção da justiça social. A maneira mais eficaz de realizar a reforma agrária seria através da taxação das terras improdutivas (62%).
- Os economistas do Rio de Janeiro deram também significativo apoio à reeleição para cargos do Executivo (58%), ao processo de integração com o Mercosul (57%) e a abertura comercial e financeira como instrumento de promoção da modernização do parque industrial brasileiro (55%).
- Os economistas fluminenses, além de condenarem as taxas de juros reais elevadas, concordam que o alto custo do dinheiro gera um déficit fiscal de difícil administração (55%).

TAXAS DE JUROS REAIS ELEVADAS E OCUPAÇÃO PRINCIPAL

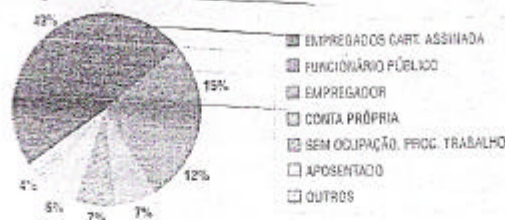
CONDIÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALM.	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIÃO	NÃO RESPONDEU
Total	353	17	130	202	3	2
Empregado com carteira assinada	48%	61%	53%	43%	42%	100%
Funcionário público civil ou militar	16%	0%	13%	19%	24%	0%
Empregador	12%	18%	9%	13%	0%	0%
Conta-própria	9%	22%	10%	6%	34%	0%
Sem ocupação, procurando trabalho	7%	0%	5%	8%	0%	0%
Aposentado	5%	0%	4%	6%	0%	0%
Empregado sem carteira assinada	3%	0%	3%	3%	0%	0%
Estudante	1%	0%	1%	1%	0%	0%
Aposentado procurando emprego	0%	0%	1%	0%	0%	0%
Está sem trabalhar voluntariamente	0%	1%	0%	0%	0%	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

8. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

8.2. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA
POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL - I

CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



• **TAXAS DE JUROS REAIS ELEVADAS.** Os que mais discordam da política de juros altos são os funcionários públicos. Eles representam 16% da amostra, mas sua participação no grupo dos que discordam chega a 19%, caindo para 13% no contingente dos que concordam parcialmente e desaparecendo no dos que concordam integralmente.

• **CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIZAÇÃO.** A consolidação da estabilização como um passo fundamental para retomar o desenvolvimento econômico recebeu amplo apoio entre os economistas independentemente de sua ocupação principal.

• **ABERTURA COMERCIAL/MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA.** Tese conta com apoio mais incisivo entre os empregados com carteira assinada e os empregadores. Os empregadores representam 12% da amostra e 15% dos que concordam plenamente com a abertura comercial. Os funcionários embora apoiem a abertura, o fazem com menos entusiasmo do que os outros grupos de economistas.

• **NOVA PÁUTA TRABALHISTA.** Os que mais concordam plenamente com a tese de que a redução da inflação implica na adoção de uma nova pauta trabalhista são os empregados com carteira assinada (51% contra uma presença de 48% na amostra). Os empregadores e funcionários públicos, embora sem deixar de reconhecer o surgimento de uma nova pauta trabalhista, destacam que a questão salarial continuará sendo um item importante nas relações capital/trabalho.

• **ENDIVIDAMENTO INTERNO/DÉFICIT FISCAL.** Economistas de todas as categorias de ocupação principal revelaram grande preocupação com os efeitos das altas taxas de juros sobre o crescimento do endividamento interno. Não foram registradas diferenciações significativas a esse respeito.

CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIZAÇÃO/RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALM.	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIÃO	NÃO RESPONDEU
Total	353	251	87	13	1	2
Empregado com carteira assinada	48%	49%	43%	60%	0%	100%
Funcionário público civil ou militar	16%	15%	19%	22%	100%	0%
Empregador	12%	12%	10%	19%	0%	0%
Conta-própria	9%	7%	10%	0%	0%	0%
Sem ocupação, procurando trabalho	7%	7%	6%	9%	0%	0%
Aposentado	5%	5%	4%	0%	0%	0%
Empregado sem carteira assinada	3%	3%	1%	0%	0%	0%
Estudante	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Aposentado procurando emprego	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Está sem trabalhar voluntariamente	0%	0%	0%	0%	0%	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA

Ref

95%

10%

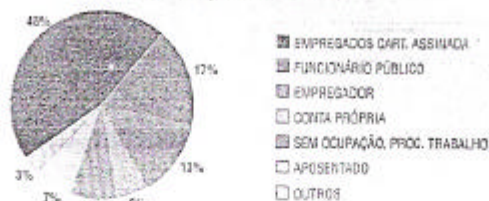
> 67%

< 67%

8. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

8.3. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA
POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL - II

OCUPAÇÃO PRINCIPAL



• **REFORMA AGRÁRIA/REDUÇÃO DAS INJUSTIÇAS SOCIAIS.** Os maiores graus de concordância plena em relação à importância da realização da reforma agrária como instrumento de redução das injustiças sociais foram registrados nos grupos de empregadores e funcionários públicos. Os empregados com carteira assinada e os por conta própria também apoiam a reforma agrária, embora com menos ênfase (concordância parcial). No caso dos empregados com carteira assinada, por exemplo, sua participação na amostra é de 48% e sua presença no grupo dos que concordam parcialmente com a reforma agrária chega a 54%.

• **REFORMA AGRÁRIA/PENALIZAÇÃO FISCAL.** A penalização fiscal como instrumento prioritário para a realização da reforma agrária foi defendida, principalmente, pelos empregados por conta própria e empregadores. Os funcionários públicos revelam menos entusiasmo pela via fiscal. Os funcionários representam 16% da amostra, mas apenas 12% dos que concordam plenamente com a realização da reforma agrária através da penalização tributária da terra improdutiva. Eles têm uma presença mais expressiva, em termos relativos, no grupo dos que concordam parcialmente (23%) e ainda maior no dos que discordam (30%).

• **INTEGRAÇÃO COM PAÍSES DO MERCOSUL.** Não há diferenciações significativas entre os grupos de economistas do Rio de Janeiro a respeito da necessidade de integração com os países do Mercosul. A única observação relevante é que os funcionários públicos são um pouco menos entusiastas da integração do que os economistas que têm outro tipo de ocupação.

• **REELEIÇÃO PARA CARGOS DO EXECUTIVO.** Os empregadores e os que trabalham por conta própria foram os que revelaram maior apoio à mudança nas regras do jogo eleitoral. Os empregados com carteira assinada e os funcionários públicos, embora também apoiem majoritariamente a reeleição, foram os que apresentaram maiores discordâncias a esse respeito. Há um significativo contraponto entre os empregadores e os funcionários públicos. Os empregadores representam 12% da amostra, mas sua participação no grupo dos que discordam da reeleição não passa de 4%. Já os funcionários públicos representam 16% da amostra, mas seu peso no grupo dos que discordam da tese da reeleição para cargos do Executivo chega a 21%.

REFORMA AGRÁRIA/INJUSTIÇA SOCIAL, POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	TOTAL	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALM.	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIÃO	NÃO RESPONDEU
Total	353	216	107	23	1	5
Empregado com carteira assinada	48%	46%	54%	38%	100%	41%
Funcionário público civil ou militar	16%	17%	13%	27%	0%	0%
Empregador	12%	13%	10%	12%	0%	22%
Conta-própria	9%	8%	15%	10%	0%	37%
Sem ocupação, procurando trabalho	7%	8%	3%	12%	0%	0%
Aposentado	5%	7%	3%	0%	0%	0%
Empregado sem carteira assinada	3%	3%	2%	0%	0%	0%
Estudante	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Aposentado procurando emprego	0%	0%	1%	0%	0%	0%
Está sem trabalhar voluntariamente	0%	0%	0%	0%	0%	0%

GRAU DE SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA	Ref	> 95%	> 80%	> 67%	< 67%
-----------------------------------	-----	-------	-------	-------	-------

ANEXO 1

HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS I

DADOS GERAIS

Parâmetros	Homens	Mulheres
Participação no universo dos economistas do RJ	86%	14%
Faixa etária		
• Até 24 anos	80%	20%
• De 25 a 29 anos	60%	40%
• De 30 a 39 anos	74%	26%
• De 40 a 49 anos	90%	10%
• De 50 a 59 anos	96%	4%
• Mais de 60 anos	100%	0%
Estado civil		
• Casado ou vive com companheiro (a)	91%	9%
• Solteiro (a)	70%	30%
Número de filhos		
• Nenhum	76%	24%
• Um	76%	24%
• Dois	91%	9%
• Três ou mais	99%	1%
Usuário da Internet		
• Sim	89%	11%
• Não, mas pretende se conectar	84%	16%
• Não é usuário de micro	88%	12%
Autonomia em inglês		
• Fraco	91%	9%
• Razoável	88%	12%
• Bom	84%	16%
• Muito bom	82%	18%

ANEXO 1

HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS II

DADOS GERAIS

Parâmetros	Homens	Mulheres
Participação no universo dos economistas do RJ	86%	14%
Razões da escolha da profissão		
• Afinidade intelectual	84%	16%
• Já exercia atividade na área	91%	9%
• Expectativa de boa remuneração	83%	17%
Trabalho durante o curso de graduação		
• Sim, em horário integral a maior parte do curso	91%	9%
• Sim, em horário parcial a maior parte do curso	81%	19%
• Sim, em horário parcial durante parte do curso	75%	25%
Maior grau de formação acadêmica		
• Bacharelado	86%	14%
• Especialização em curso de 360 horas ou mais	89%	11%
• Mestrado sem tese	86%	14%
• Mestrado	74%	26%
• Doutorado sem tese	95%	5%
• Doutorado	100%	0%
Área em que cursou pós-graduação		
• Economia	88%	12%
• Administração	94%	6%
• Engenharia	91%	9%
• Informática	70%	30%

ANEXO 1

HOMENS E MULHERES - PEREIS COMPARATIVOS III

MERCADO DE TRABALHO

Parâmetros	Homens	Mulheres
Participação no universo dos economistas do RJ	88%	14%
Número de vezes que mudou de emprego		
• Nenhuma vez	87%	13%
• Uma vez	87%	13%
• Duas vezes	81%	19%
• Três vezes	82%	18%
Empresa em que exerce ocupação principal		
• Empresa privada nacional	88%	12%
• Empresa pública de economia mista	84%	15%
• Empresa privada internacional	91%	9%
• Serviço público federal	68%	32%
Sector de atividade em que exerce ocup. principal		
• Indústria	94%	6%
• Comércio	93%	7%
• Finanças, seguros, previdência privada	93%	7%
• Consultoria empresarial	88%	12%
• Administração pública	72%	28%
Faixa de renda total mensal		
• Até R\$ 336	81%	19%
• Mais de R\$ 336 até R\$ 560	92%	8%
• Mais de R\$ 560 até R\$ 1.120	69%	31%
• Mais de R\$ 1.120 até R\$ 2.240	77%	23%
• Mais de R\$ 2.240 até R\$ 5.600	87%	13%
• Mais de R\$ 5.600 até R\$ 11.200	96%	4%
• Mais de R\$ 11.200	98%	2%
Grau de satisfação com a remuneração		
• Insatisfeito	70%	30%
• Pouco satisfeito	90%	10%
• Satisfeito	86%	14%
• Muito satisfeito	94%	6%

ANEXO 1

HOMENS E MULHERES - PERFIS COMPARATIVOS IV

FORMAÇÃO, PROFISSÃO, ÉTICA E ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO

Parâmetros	Homens	Mulheras
Participação no universo dos economistas do RJ	86%	14%
Introdução do exame de fim de curso		
• Concordo plenamente	88%	12%
• Concordo parcialmente	89%	11%
• Discordo totalmente	73%	27%
Exame tipo OAB para poder exercer a profissão		
• Concordo plenamente	87%	13%
• Concordo parcialmente	89%	11%
• Discordo totalmente	83%	17%
Conhecimento do Código de Ética dos Economistas		
• Não conhece	87%	13%
• Conhece superficialmente	80%	20%
• Conhece	93%	7%
Lê mensalmente o Jornal dos Economistas		
• Regularmente	86%	14%
• Eventualmente	89%	11%
• Não lê	97%	3%
Entidades devem priorizar a consolidação de um banco de informações básicas sobre o mercado de trabalho		
• Prioridade alta	83%	17%
• Prioridade média	89%	11%
• Prioridade baixa	97%	3%
Entidades devem priorizar a oferta de cursos de especialização e reciclagem profissional		
• Prioridade alta	84%	16%
• Prioridade média	86%	17%
• Prioridade baixa	91%	9%
Entidades devem priorizar a criação de programas de colocação e recolocação no mercado de trab.		
• Prioridade alta	86%	14%
• Prioridade média	83%	17%
• Prioridade baixa	83%	17%

ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

Caros colegas,

Em 1996 completamos quarenta e cinco anos de regulamentação da profissão de economista, e as circunstâncias apontam novos desafios e tendências complexas e contraditórias. As contínuas mudanças culturais, tecnológicas e organizacionais do mundo dos negócios contemporâneo e as intensas transformações políticas, sociais e econômicas do País requerem, em especial, profissionais altamente capacitados em múltiplas áreas do conhecimento ou com grau de especialização crescente. Nesse contexto de mudança, a prática das entidades dos economistas do Rio de Janeiro — Corecon RJ, Sindecon e Ierj —, de repensar a formação do economista e seu cotidiano de atuação profissional, precisa se voltar, cada vez mais, para a busca de informações atualizadas sobre a realidade de seus associados, de maneira a estruturar programas e metas de gestão. Este é o objetivo do questionário em anexo, uma primeira pesquisa para conhecer o perfil, o mercado de trabalho e algumas opiniões dos economistas do Rio de Janeiro, patrocinada pelas três entidades acima referidas.

A estruturação do atual levantamento levou em conta a experiência e as iniciativas de outras entidades como os Conselhos Federais de Medicina e de Administração, e os Conselhos Regionais de Economia de São Paulo e do Paraná, e pretende colher subsídios para o projeto de pesquisa nacional ora em discussão no Conselho Federal de Economia.

O universo de questões pertinentes era muito amplo. Assim, foram priorizadas as questões mais gerais, que retratassem: no primeiro bloco, as características sócio-econômicas e a formação acadêmica; no segundo bloco, as condições de trabalho e rendimento; um terceiro segmento englobando a avaliação da formação profissional e das entidades de representação dos economistas, e, por fim, algumas opiniões sobre temas políticos e econômicos atuais. A necessidade de informações não se esgota com essa primeira pesquisa, e temas específicos exigirão detalhamento posterior. Porém, optou-se por enxugar ao máximo o questionário, para não comprometer em demasia a agilidade e o tempo de resposta.

A pesquisa abrange uma amostra aleatória de 3.000 economistas ativos no cadastro do Corecon RJ em todo o estado, e prescinde de identificação do respondente, garantindo-se o sigilo quanto aos dados individuais.

Contamos com seu apoio e colaboração. Lembre-se que sua contribuição estará fornecendo elementos para a atuação das entidades dos economistas no Rio de Janeiro e no País e para a discussão do futuro de sua profissão.

Responda assim que receber e coloque logo na caixa de correio mais próxima, até o dia 24.02.97. Não é necessário selar.

Cordialmente,

Luiz Antônio Rodrigues Elias
Presidente do Corecon RJ

Reinaldo Gonçalves
Presidente do IERJ

Adhemar Mineiro
Coordenador do Sindecon



ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

PERFIL DOS ECONOMISTAS

1 Sexo

1 () masculino

2 () feminino

2 Raça

1 () branca

2 () negra

3 () amarela

4 () parda

5 () indígena

3 Nacionalidade

1 () brasileira

outra:

4 Naturalidade

1 () Rio de Janeiro, RJ

outra:

5 Faixa etária

1 () até 24 anos

2 () de 25 a 29 anos

4 () de 30 a 39 anos

4 () de 40 a 49 anos

5 () de 50 a 59 anos

6 () mais de 60 anos

6 Estado civil

1 () solteiro(a)

2 () descasado(a) ou viúvo(a)

3 () casado(a) ou vive com companheiro(a)

7 Quantos filhos você tem?

1 () um

2 () dois

3 () três ou mais

4 () nenhum

8 No seu domicílio, quantas pessoas do seu círculo familiar têm trabalho remunerado?

1 () uma

2 () duas

3 () três ou mais

9 Qual é a sua contribuição no orçamento doméstico?

1 () paga todas as despesas

2 () paga a maior parte das despesas

3 () compartilha igualmente as despesas

4 () contribui com uma parte menor nas despesas

5 () não contribui nas despesas ou só eventualmente

10 Seu pai ou mãe ou pessoa responsável pela família têm (ou tinham) curso superior completo?

1 () sim

2 () não

11 Você é usuário da Internet?

1 () sim

2 () não, mas sou usuário de micro e pretendo me conectar

3 () não, e embora usuário de micro, não pretendo me conectar

4 () não sou usuário de microcomputador

12 Qual é seu grau de autonomia em línguas estrangeiras?

Preencha o círculo com os nºs (1, 2, 3 ou 4) de acordo com a sua opção.

4: muito bom, 3: bom, 2: razoável e 1: fraco

a () inglesa

b () francês

c () espanhol

outro idioma:

13 Por que escolheu o curso de economia?

1 () já exercia atividades nessa área

2 () influência de outro economista na família

3 () expectativa de boas ofertas de emprego

4 () expectativa de boa remuneração

5 () afinidade intelectual com a profissão

6 () fácil acesso (custo, vagas, localização)

7 () 2ª opção no vestibular

outra razão:

14 Qual era o período do seu curso de graduação em economia?

1 () matutino

2 () vespertino

3 () noturno

15 Quantos semestres acadêmicos durou o seu curso de graduação?

1 () oito

2 () nove ou dez

2 () mais de onze

16 Você trabalhou durante o seu curso de graduação?

1 () sim, em horário integral, a maior parte ou todo o curso

2 () sim, em horário parcial, a maior parte ou todo o curso

3 () sim, em horário integral, durante parte do curso

4 () sim, em horário parcial, durante parte do curso

5 () não

17 No caso de ter concluído outra graduação, indique o nome do(s) curso(s):

18 Qual é o seu maior grau de formação acadêmica? No caso de cursos de especialização, indique o mais importante, ao seu ver, ou o mais recente.

1 () bacharelado

2 () especialização/curso com 360 h ou mais

3 () mestrado sem tese

4 () mestrado

5 () doutorado sem tese

6 () doutorado

7 () pós-doutorado

19 Em que tipo de instituição de ensino superior (IES) você concluiu

A graduação em economia?

1 () IES pública RJ

2 () IES particular RJ

3 () IES pública outro estado

4 () IES particular outro estado

5 () IES no exterior

E a pós-graduação acima?

6 () IES pública RJ

7 () IES particular RJ

8 () IES pública outro estado

9 () IES particular outro estado

10 () IES no exterior

ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

20 Especifique:

1 nome da IES onde concluiu a graduação em economia:

2 nome da IES onde concluiu a pós-graduação em economia:

3 nome do curso de pós-graduação acima:

21 Quando você concluiu:

A graduação em economia?

1 () em 1995 ou 1996

2 () entre 1990 e 1994

3 () entre 1985 e 1989

4 () entre 1980 e 1984

5 () entre 1970 e 1979

6 () entre 1960 e 1969

7 () antes de 1960

E a pós-graduação acima?

8 () em 1995 ou 1996

9 () entre 1990 e 1994

10 () entre 1985 e 1989

11 () entre 1980 e 1984

12 () entre 1970 e 1979

13 () entre 1960 e 1969

14 () antes de 1960

22 A que área pertence o curso de pós-graduação acima?

1 () economia

2 () administração

3 () engenharia

4 () informática

5 () estatística

outra:

23 Por que procurou o curso de pós-graduação?

1 () perspectiva de atuação na área acadêmica

2 () perspectiva de ascensão profissional

3 () necessidade de atualização profissional

4 () não conseguiu emprego

outro motivo:

24 De quais eventos você participou nos últimos 2 anos?

1 () Congresso Brasileiro dos Economistas

2 () ANPEC

3 () outros congressos no país ou no exterior

4 () seminários, palestras ou cursos com 40h ou mais

5 () nenhum dos eventos acima

25 Você tem acesso regular a novos livros, periódicos ou textos especializados em economia?

1 () sim, me mantenho atualizado na minha área

2 () não, tenho acesso eventual à literatura recente

3 () não tenho acesso à literatura recente

26 Qual é a principal publicação especializada ou revista técnico-científica que lê regularmente?

MERCADO DE TRABALHO DOS ECONOMISTAS

27 Desde a sua graduação, quantas vezes você já mudou de emprego ou de ocupação?

número de vezes:

28 Qual é a sua condição na ocupação principal (aquele trabalho no qual teve maior tempo de permanência em 1998)?

1 () empregado com carteira de trabalho assinada

2 () empregado sem carteira de trabalho assinada

3 () funcionário público civil ou militar

4 () empregador

5 () conta-própria, autônomo

6 () sem ocupação, procurando trabalho

7 () aposentado (sem trabalhar ou procurar trabalho)

8 () estudante (sem trabalhar ou procurar trabalho)

9 () está sem trabalhar voluntariamente

10 () desistiu de procurar trabalho

outra:

29 Há quantos anos você tem essa ocupação principal?

1 () até 1 ano

2 () mais de 1 a 3 anos

3 () mais de 3 a 5 anos

4 () mais de 5 a 10 anos

5 () mais de 10 a 25 anos

6 () mais de 25 a 30 anos

7 () mais de 30 anos

30 Se você mudou de emprego nos últimos dois anos ou está sem ocupação, qual o motivo?

1 () demitiu-se por insatisfação com a remuneração anterior

2 () demitiu-se por insatisfação com as atribuições anteriores

3 () foi demitido devido à reestruturação da empresa

4 () foi demitido devido à crise financeira na empresa

outro motivo:

31 Se você está sem ocupação, há quanto tempo procura trabalho?

1 () há cerca de três meses

2 () há cerca de seis meses

3 () há cerca de um ano

4 () há mais de um ano

32 Qual a natureza da empresa ou instituição em que você tem sua ocupação principal?

1 () instituição de ensino superior (IES) particular

2 () empresa privada nacional (exclusive IES)

3 () empresa privada de origem internacional

4 () empresa pública/economia mista do governo federal

5 () empresa pública/economia mista do governo estadual

6 () empresa pública/economia mista do governo municipal

7 () IES pública federal

8 () serviço público federal (exclusive IES)

9 () IES pública estadual

10 () serviço público estadual (exclusive IES)

11 () serviço público municipal

12 () entidades empresariais, sindicais, profissionais e políticas

13 () organizações não governamentais (ONGs)

14 () organismos multilaterais ou internacionais

outra:

ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

33 Qual é o setor de atividades da empresa ou instituição em que você tem sua ocupação principal?

- 1 () agropecuária
- 2 () indústria
- 3 () construção
- 4 () serviços de utilidade pública
- 5 () comércio
- 6 () transportes
- 7 () turismo
- 8 () atividades imobiliárias e aluguel
- 9 () consultoria empresarial
- 10 () pesquisas e desenvolvimento
- 11 () intermediação financeira e seguros
- 12 () educação e saúde
- 13 () correio e telecomunicações
- 14 () cultura, esporte e lazer
- 15 () administração pública
- 16 () outros serviços:

34 Qual é o porte da empresa ou instituição em que exerce sua ocupação principal? (PO: pessoas ocupadas)

- | | |
|----------------------------|--------------------------------|
| 1 () até 4 PO | 4 () mais de 99 até 999 PO |
| 2 () mais de 4 até 29 PO | 5 () mais de 999 até 4.000 PO |
| 3 () mais de 29 até 99 PO | 6 () mais de 4.999 PO |

35 Qual foi a sua faixa de rendimento total mensal em 1996?

- 1 () até R\$ 336
- 2 () mais de R\$ 336 até R\$ 560
- 3 () mais de R\$ 560 até R\$ 1.120
- 4 () mais de R\$ 1.120 até R\$ 2.240
- 5 () mais de R\$ 2.240 até R\$ 5.600
- 6 () mais de R\$ 5.600 até R\$ 11.200
- 7 () mais de R\$ 11.200

36 Você tem, regularmente, uma ou mais ocupações secundárias remuneradas? Assinale:

- 1 () ensino
- 2 () consultoria
- 3 () comércio

outra(s):

37 Se você tem alguma ocupação secundária

- 1 () professor universitário/IES pública
- 2 () professor universitário/IES particular
- 3 () professor do 1º ou 2º graus/escolas públicas
- 4 () professor do 1º ou 2º graus/escolas particulares

outras:

38 A sua jornada de trabalho total é de:

- 1 () 4h dia
- 2 () 6h dia
- 3 () 8h dia
- 4 () mais de 8h dia

39 A sua ocupação principal é relacionada ao curso

- 1 () sim
- 3 () não tem relação
- 2 () é pouco relacionada

40 Se você não está exercendo atividades relacionadas ao curso de economia, qual e(s) motivo(s)?

- 1 () impossibilidade de conseguir trabalho
- 2 () maior remuneração com a nova área
- 3 () maior afinidade intelectual com a nova área

outro motivo:

41 Quais atividades você exerce com maior frequência no seu trabalho?

- 1 () planejamento ou gestão empresarial ou organizacional
- 2 () planejamento ou gestão contábil e financeira
- 3 () planejamento ou gestão de recursos humanos
- 4 () planejamento ou gestão de produção
- 5 () desenvolvimento de novos processos e produtos
- 6 () comercialização ou marketing
- 7 () pesquisas e diagnósticos sócio-econômicos
- 8 () análise de conjuntura e previsão econômica
- 9 () estudos e pesquisas de mercado
- 10 () elaboração de projetos de investimento
- 11 () análise de investimentos e de aplicações financeiras
- 12 () ensino, treinamento e reciclagem profissional

42 Quais são as áreas de conhecimentos diretamente relacionados à economia que você utiliza com maior frequência no seu trabalho?

- 1 () desenvolvimento econômico e social
- 2 () macroeconomia
- 3 () microeconomia
- 4 () economia internacional
- 5 () economia regional
- 6 () finanças públicas
- 7 () contas nacionais
- 8 () preços e inflação
- 9 () mercado financeiro
- 10 () mercado de trabalho
- 11 () economia agrícola e da agroindústria
- 12 () economia industrial
- 13 () economia dos serviços
- 14 () infraestrutura econômica
- 15 () economia da tecnologia e da inovação
- 16 () economia do meio ambiente

outras:

43 Quais são os conhecimentos multidisciplinares que você utiliza com maior frequência no seu trabalho?

- 1 () contabilidade de custos
- 2 () contabilidade gerencial
- 3 () direito internacional
- 4 () direito trabalhista
- 5 () direito comercial
- 6 () métodos e técnicas de pesquisa
- 7 () métodos estatísticos e econometria

ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

- 8 () matemática financeira e análise de investimentos
 9 () elaboração de projetos de investimento
 10 () técnicas de planejamento e gestão de negócios
 11 () técnicas de desenvolvimento organizacional
 12 () técnicas de gerenciamento de recursos humanos
 13 () técnicas de marketing
 14 () técnicas de comunicação empresarial
 15 () microinformática e tecnologias de informação
 16 () línguas estrangeiras
 outros:

44. Indique o grau de satisfação em relação a alguns aspectos de seu trabalho atual:

Preencha o círculo com os nºs (1, 2, 3 ou 4) de acordo com a sua opção.

4: muito; 3: satisfeito; 2: pouco e 1: insatisfeito

- a () prazer intelectual
 b () remuneração
 c () ambiente e relacionamento
 d () status e prestígio
 e () estabilidade
 f () treinamento e ascensão profissional
 g () autonomia, liberdade e criatividade

A FORMAÇÃO, A PROFISSÃO, A ÉTICA E OS ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO: OPINIÕES DOS ECONOMISTAS

45 A atual estrutura do curso de graduação em economia implantada pela reforma curricular de 1984 atende aos requisitos básicos para a formação profissional e às necessidades do mercado de trabalho.

- 1 () concordo plenamente 4 () não tenho opinião formada
 2 () concordo parcialmente 5 () desconheço essa regulamentação
 3 () discordo totalmente

46 Cada instituição de ensino superior deve oferecer disciplinas opcionais de acordo com sua vocação visando à formação de profissionais com perfil adequado aos diferentes segmentos do mercado de trabalho, como a área acadêmica, mercado financeiro, comércio exterior, gestão empresarial ou do setor público, por exemplo.

- 1 () concordo plenamente 3 () discordo totalmente
 2 () concordo parcialmente 4 () não tenho opinião formada

47 A discussão recorrente sobre o desgaste da imagem pública do economista reflete:

- 1 () o descrédito junto à opinião pública dos chamados "economistas oficiais" identificados como responsáveis pelos sucessivos planos de estabilização microeconômica do governo federal

2 () a perda de nitidez das funções do economista, entre outros grupos de profissionais, com o processo de horizontalização e descentralização das organizações que exige profissionais com formação multidisciplinar e conhecimentos sólidos de métodos quantitativos e da microinformática

3 () Não tenho como avaliar essa questão
 outro motivo:

48 Como você vê a atuação da mulher na profissão de economista atualmente no Rio de Janeiro?

- 1 () crescente e sem discriminação de gênero
 2 () crescente, porém ainda com menor remuneração para atribuições iguais às dos homens e mais restrita aos cargos de menor hierarquia funcional
 3 () não tenho como avaliar essa questão
 outra opinião:

49 A maior presença da mulher economista no mercado de trabalho está introduzindo algum diferencial no exercício da profissão?

- 1 () não, em geral a mulher apresenta os padrões de comportamento, decisão e competição masculinos
 2 () sim, em várias áreas qualidades identificadas como predominantemente femininas são valorizadas e buscadas na seleção de profissionais
 3 () não tenho como avaliar essa questão
 outra opinião:

50 Os textos legais que regulamentam a profissão cumprem a função de definir e preservar os espaços de trabalho específicos do economista?

- 1 () sim
 2 () não, os textos legais não acompanharam as contínuas mudanças no mercado de trabalho
 3 () não conheço os textos ou só superficialmente

51 Qual é a sua opinião sobre a introdução do exame de fim de curso para mensurar a qualificação adquirida pelos alunos, no processo de avaliação dos cursos de graduação que o Ministério da Educação está implantando?

- 1 () concordo plenamente 3 () discordo totalmente
 2 () concordo parcialmente 4 () não tenho opinião formada

52 O exercício da profissão de economista deve ser condicionado à aprovação em um exame de fim de curso, como a prova dos advogados da OAB.

- 1 () concordo plenamente 3 () discordo totalmente
 2 () concordo parcialmente 4 () não tenho opinião formada

53 Você conhece o Código de Ética dos Economistas oficializado no Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) realizado em Gramado no último mês de agosto? (Ver JE, nº 87)

- 1 () sim
 2 () superficialmente
 3 () não conheço

ANEXO 2

O QUESTIONÁRIO

POLÍTICA ECONÔMICA: OPINIÕES DOS ECONOMISTAS

60 Da sua opinião sobre as afirmações abaixo, conforme a seguinte categorização:

- ☐ 1 CP - Concordo Plenamente
 ☐ 2 C - Concordo Parcialmente
 ☐ 3 D - Discordo
 ☐ 4 N - Não tenho opinião sobre o tema

	CP	C	D	N
A. As sete afirmações a seguir visam avaliar a sua opinião sobre a condução do Plano Real				
1. Após cerca de três anos, o processo de estabilização econômica está consolidado no país				
2. A taxa de câmbio valorizada, estabelecida inicialmente, deve ser mantida para o sucesso da estabilização				
3. Taxas de juros reais elevadas são fundamentais para o sucesso do plano como elemento de atração para os investidores internacionais, e devem ser mantidas, apesar de seus efeitos negativos sobre o consumo e o investimento no país.				
4. A consolidação da estabilização é fundamental para permitir a retomada do desenvolvimento econômico.				
5. A busca da estabilização a todo custo está inviabilizando a retomada do desenvolvimento econômico e agravando as condições econômicas e sociais do país.				
6. As condições favoráveis de financiamento no mercado financeiro internacional são essenciais ao sucesso da estabilização brasileira, no curto prazo.				
7. O déficit persistente da balança comercial e o crescimento do endividamento do país aumentam a fragilidade externa da economia brasileira.				
B. A abertura comercial e financeira levada a efeito nos últimos anos é fundamental para modernizar o parque industrial brasileiro e torná-lo mais competitivo no cenário internacional.				
C. A abertura comercial a todo custo e a sobrevalorização cambial provocam destruição do parque produtivo nacional e inibem a competitividade internacional do país.				
D. A reestruturação produtiva da economia brasileira nos últimos anos tem provocado a perda de qualidade do emprego.				
E. Com a redução da inflação, temas como ganhos de produtividade, remuneração variável, treinamento da mão de obra e reestruturação produtiva, entre outros, devem se tornar mais importantes para a defesa da renda e do emprego, introduzindo uma nova agenda nas discussões trabalhistas.				
F. O crescimento do endividamento interno e as altas taxas de juros reais geram um déficit fiscal de difícil administração.				
G. A aceleração dos processos de privatização e demais "reformas estruturais" propostas pelo atual governo serão suficientes, quando implementadas, para equacionar o desequilíbrio fiscal.				
H. A discussão do papel do Estado ainda reflete os argumentos corporativos e as armadilhas ideológicas que contrapõem estatização x privatização, ou o dilema Estado x Mercado, ao invés de buscar novos modelos que contemplem o interesse público, da população brasileira.				
I. A criação de fortes instrumentos setoriais de regulação é mais importante do que a discussão/implementação dos processos de privatização em si, pois é a existência do marco regulatório que poderá garantir que as empresas, sob controle público ou privado, possam operar no sentido do interesse público e do desenvolvimento do país.				
J. As empresas de setores estratégicos, como a CVRD e a Petrobrás, não deveriam ser privatizadas.				
K. A reforma Agrária é fundamental para o aumento da produção agrícola.				
L. A reforma Agrária é fundamental como fator de redução das injustiças sociais.				
M. O principal instrumento de redistribuição da propriedade da terra deve ser a forte penalização fiscal sobre a propriedade improdutiva.				
N. A integração com os outros países do Mercosul deve ser priorizada por ser um espaço de importância geopolítica e econômica com grande potencial.				
O. Em tese, a Constituição deveria ser alterada para permitir a reeleição para cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente da República).				
P. A reeleição, se aprovada, não deveria ser válida também para os atuais ocupantes de mandatos executivos.				
Q. A tese da reeleição deveria ser previamente submetida a consulta popular.				